

A construção da identidade do oficial do Exército Brasileiro



Reitor

Pe. Josafá Carlos de Siqueira SJ

Vice-Reitor

Pe. Álvaro Mendonça Pimentel SJ

Vice-Reitor para Assuntos Acadêmicos

Prof. José Ricardo Bergmann

Vice-Reitor para Assuntos Administrativos

Prof. Luiz Carlos Scavarda do Carmo

Vice-Reitor para Assuntos Comunitários

Prof. Augusto Luiz Duarte Lopes Sampaio

Vice-Reitor para Assuntos de Desenvolvimento

Prof. Sergio Bruni

Decanos

Prof. Júlio Cesar Valladão Diniz (CTCH)

Prof. Luiz Roberto A. Cunha (CCS)

Prof. Luiz Alencar Reis da Silva Mello (CTC)

Prof. Hilton Augusto Koch (CCBS)

Denis de Miranda

**A construção da identidade do
oficial do Exército Brasileiro**



© Editora PUC-Rio
Rua Marquês de S. Vicente, 225, Casa Editora PUC-Rio
Gávea – Rio de Janeiro – RJ – CEP 22451-900
Tel.: (21) 3527-1760/1838
edpucrio@puc-rio.br
www.puc-rio.br/editorapucrio

Conselho Gestor da Editora PUC-Rio

Augusto Sampaio
Danilo Marcondes
Felipe Gomberg
Hilton Augusto Koch
José Ricardo Bergmann
Júlio Cesar Valladão Diniz
Luiz Alencar Reis da Silva Mello
Luiz Roberto Cunha
Miguel Pereira
Sergio Bruni

Conselho Editorial da Coleção Sociologia das Forças Armadas

Eurico de Lima Figueiredo
José Murilo de Carvalho
Maria Celina D'Araújo

Revisão de texto

Cristina da Costa Pereira

Projeto gráfico de capa e miolo

José Antonio de Oliveira

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou transmitida por quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema ou banco de dados sem permissão escrita da Editora.

Este livro não será comercializado.

Miranda, Denis de

A construção da identidade do oficial do Exército Brasileiro / Denis de Miranda. – Rio de Janeiro : Ed. PUC-Rio, 2018.

102 p. ; 23 cm

Inclui bibliografia

ISBN: 978-85-8006-241-0

1. Identidade social. 2. Valores sociais. 3. Brasil. Exército – Oficiais. I. Título.

CDD: 302.5

Agradecimentos

Ao meu professor orientador Eduardo Raposo, pelas valiosas indicações, orientações e por sua permanente disponibilidade em me atender a qualquer hora.

Aos professores que participaram da Banca Examinadora, Maria Alice Rezende de Carvalho e Bernardo Sorj, que acreditaram neste projeto desde o início e pela honrosa disponibilização em avaliar o presente estudo.

Aos amigos do CEP: Sarita, Julio César, Camila, Daniel, Sandra da Hora, Débora, Adrianne e Ana Paula, pela fé e incentivo, corrigindo meus textos desde o início, pelos livros e artigos indicados e cedidos. Sem eles, não teria rompido a inércia e superado tantas barreiras para ser pesquisador.

A Vanusa Queiroz e Ana Roxo, sempre presentes e dispostas, com carinho e atenção, no suporte de toda e qualquer demanda.

Às amigas pesquisadoras Daniela Wortmeyer e Lauriani Albertini, que cederam seus textos acerca dos militares facilitando e orientando minhas análises e pesquisa.

Aos meus amigos e parceiros de trabalho Penoni e Ventura, que compensaram minhas ausências, trabalhando dobrado, para que eu pudesse frequentar as aulas do mestrado.

Ao meu amigo e irmão Everton Araujo dos Santos, que trilhou comigo as jornadas do mestrado desde a preparação inicial até a entrega do texto final, incentivando-me e lutando ao meu lado contra os obstáculos, que não foram poucos.

Aos meus chefes e companheiros do Exército Brasileiro, que me apoiaram, incentivaram e contribuíram em todas as etapas deste trabalho.

Aos meus pais Josias, Catarina e Suzana, que, além de dar amor, cuidaram para que nada faltasse: orações, ligações, mensagens e incentivos mil.

Ao meu filho único Guilherme, que me ama incondicionalmente até mesmo nas ausências que foram necessárias ao longo desses três anos de estudo.

À minha amada mulher e melhor amiga Renata, pelo incansável apoio e incentivo em todas as horas.

Ao meu Deus, que é fiel e me surpreende com bênçãos inimagináveis!



Sumário

- 9 Prefácio**
- 11 Introdução**
- 13 Capítulo 1**
Identidade moderna e pós-moderna
- 27 Capítulo 2**
Sociedade, instituições e militares
- 49 Capítulo 3**
Os valores militares
- 57 Capítulo 4**
Uma fotografia do oficial do século XXI
- 99 Referências bibliográficas**



Prefácio

ESTE LIVRO ESTÁ INSERIDO NO PROGRAMA PRÓ-DEFESA, financiado pela Capes e desenvolvido pelo departamento de Ciências Sociais da PUC-Rio e pelo Centro de Estudos de Pessoal do Comando do Exército, na linha de pesquisa da Sociologia das Forças Armadas. Como preconiza o Livro Branco da Defesa Nacional (2012), em uma sociedade democrática a academia desempenha importante papel junto às instituições do Estado, produzindo conhecimentos e análises que permitem romper os limites das verdades estabelecidas.

Nesse sentido, esse texto busca desvelar aspectos da identidade do oficialato do Exército Brasileiro, a partir de um referencial teórico e de um mergulho em dados extraídos num *survey*, elaborado de forma a investigar, entre outras questões, o culto dos valores que moldam o caráter militar. Esse *survey* faz parte de um estudo consolidado por Raposo, Carvalho e Schaffel (2017), sobre o que pensam os oficiais brasileiros.

O enfoque assumido pelo autor considera que a identidade é o resultado, ao mesmo tempo, estável e provisório, individual e coletivo, subjetivo e objetivo, biográfico e estrutural de vários processos de socialização que, em conjunto, formam os indivíduos e definem as instituições. A identidade não é jamais concedida. Ela é sempre construída e reconstruída em um ambiente de incerteza, mais ou menos grande e mais ou menos durável. Na explicitação desta noção de identidade, Denis Miranda, que é oficial do Exército e aluno do doutorado em Ciências Sociais da PUC-Rio, tenta introduzir a dimensão subjetiva, vivida, psíquica no âmago da análise sociológica. A identidade, no enfoque adotado, “preenche o espaço entre o interior e o exterior – entre o mundo pessoal e o mundo público” (Hall, 2006: 12).

Na fronteira entre a modernidade e a pós-modernidade, explorada no contexto do livro, como observa o crítico cultural Kobena Mercer, referenciado por Stuart Hall, “a identidade somente se torna questão quando está em crise algo que se supõe como fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza” (Mercer apud Hall, 2006: 43).

Tal deslocamento tem a ver com a ruptura de quadros de referência, construídos e reconstruídos por gerações, que se encontram em um mundo social, ancorados em suas certezas, seus ideais, suas ideologias, divisando o futuro, tendo como parâmetro a melhoria do presente e encontrando no passado sólidas localizações como indivíduos sociais.

É justamente em busca dessas rupturas, no universo da oficialidade do Exército Brasileiro, que essa obra foi concebida e concluída, com a única certeza de que um novo caminho de investigação foi aberto e que restaram muitos outros para serem explorados nessa área, pensada como tão homogênea, mas que na realidade se apresenta como tão diversa, quando da análise mais aprofundada da identidade profissional do militar.

Sarita Schaffel



Introdução

ESTE LIVRO BUSCA ENTENDER A IDENTIDADE DOS MILITARES do Exército Brasileiro, por intermédio da investigação de sua oficialidade. Para isso, analiso o “caráter militar”, que é o termo usado na “caserna” que mais se aproxima do conceito sociológico de “identidade”. O objetivo é o de colaborar com o desvelamento de parte da elite da sociedade brasileira, através do estudo dos oficiais do Exército Brasileiro. Para tanto, são abordadas questões referentes ao culto dos valores militares que formam o “caráter militar” ou, em outras palavras, a construção da identidade do militar.

O Exército passa hoje por um período chamado de Revolução em Assuntos Militares (RAM) em substituição ao período chamado de Evolução em Assuntos Militares (EAM). A intenção do Alto-Comando é preparar a instituição para enfrentar os novos desafios do século XXI, através de um pensar prospectivo e estratégico.

Acredito que esta obra, que mapeia a identidade do oficial do Exército Brasileiro, certamente é útil para colaborar com a Revolução em Assuntos Militares na formação e especialização dos oficiais que atuarão sob os diversos cenários que se apresentarem nas próximas décadas. Academicamente, a pesquisa procura desvelar a identidade do oficialato do Exército Brasileiro, que é ainda pouco conhecida pela sociedade brasileira, apesar de constituir a elite de uma das instituições nacionais de caráter permanente que tem feito parte da construção da história deste país.

Parto do pressuposto de que todo referencial teórico militar — composto de manuais, leis, portarias, *Vade-mécum*, diretrizes, notas informativas e obras literárias de autores militares — foi elaborado segundo conceitos, que procuram manter um sentido de perenidade nos fundamentos da identidade dos militares.

A inquietação sociológica motivadora da pesquisa pode ser descrita como: 1) Que desafios enfrenta o Exército Brasileiro na construção da identidade de sua oficialidade? 2) No referencial teórico e conceitual do mundo militar existe alguma variação (ou a possibilidade de sofrer variações) do conceito de identidade ou da construção da identidade dos oficiais do Exército? A análise dos dados do *survey* revelará a invariabilidade da identidade da oficialidade formada a partir da década de 1970 ou revelará variação em alguma parte desse universo? Caso haja mudança, qual a intensidade dessa variação?

Uma abordagem parcial desse tema já foi realizada por Edmundo Campos Coelho em 1976. O autor escreveu ainda durante o regime militar e finaliza seu livro com suas impressões de como aconteceria a transição do poder dos líderes militares para a classe política, o que só ocorreu passados mais nove anos. Seu trabalho tratou mais da identidade da insti-

tuição, enquanto que agora o foco são os seus integrantes, realizando uma abordagem da construção da identidade dos oficiais de carreira do Exército.

Para alcançar os objetivos traçados para este texto, foi preciso constituir uma base teórica suficientemente forte para sustentar toda a argumentação elaborada acerca da construção da identidade do oficial do Exército Brasileiro. Seguindo o método sociológico, foi necessário iniciar pelo entendimento do que é identidade. Além da conceituação, buscou-se também o apoio da psicologia social e da filosofia, que se revelaram consideravelmente úteis para compormos um quadro que abrangesse o conceito de identidade individual, profissional e coletiva.

Da filosofia extrai-se que a identidade individual é formada dialeticamente entre indivíduo e sociedade, podendo ser mutável e até mesmo inconsciente. As mudanças ocorrem motivadas pela necessidade que o indivíduo tem de, permanentemente, ser reconhecido pela sociedade. “Esse ato passa, mas eu sou e permaneço daqui por diante um eu que decidi desta ou daquela maneira, [...] enquanto ela [a decisão] é válida para mim, posso voltar a ela muitas vezes” (Husserl, 2001: 83).

A parte final do livro é dedicada à análise do *survey*¹ aplicado junto aos oficiais de carreira do Exército formados na Academia Militar das Agulhas Negras (Aman). Ao responderem ao *survey*, mais de seiscentos oficiais opinaram acerca das questões sociológicas formuladas. Rigoroso método estatístico foi seguido garantindo um nível de confiança superior a 98%, com margem de erro inferior a 5%. Todos os dados do questionário foram confrontados com a base sociológica conceitual dos capítulos anteriores para obtermos, ao final, um inédito, amplo e fiel perfil da oficialidade do Exército Brasileiro.

¹ Veja a análise do *survey* no capítulo 4.

Capítulo 1

Identidade moderna e pós-moderna

ENTENDER AS CONFORMAÇÕES E DIFERENÇAS ENTRE A IDENTIDADE na modernidade e na pós-modernidade é um desafio que se buscará clarificar com a análise dos textos de quatro autores que mostram suas percepções sobre o tema em relação a fatores como história, arte, arquitetura, tempo e espaço.

Harvey e a condição pós-moderna

David Harvey (1993) inicia seu livro *Condição pós-moderna* com um relato do que acontecia na cidade de Londres no início da década de 1970 baseado no trabalho de Jonathan Raban intitulado *Soft City*, publicado em 1974. Raban se opôs à ideia de que a cidade estava se racionalizando e automatizando em decorrência do sistema de produção e consumo em massa. Isso corresponde à ideia de que um processo de homogeneização de valores estava em curso. Para ele, na verdade, estava ocorrendo um processo de produção de signos e imagens. A individualização promovia marcas de distinção social enquanto esses indivíduos desempenhavam cada um por si papéis diversos.

Para Harvey, as constatações de *Soft City* formam sinais da chegada da pós-modernidade.

A citação abaixo em que o autor faz referência e acréscimos ao texto da revista de arquitetura *Precis 6* esclarece como entender a passagem do moderno para o pós-moderno:

Geralmente percebido como positivista, tecnocêntrico e racionalista, o modernismo universal tem sido identificado como a crença no progresso linear, nas verdades absolutas, no planejamento racional de ordens sociais ideais, e com a padronização do conhecimento e da produção. O pós-moderno, em contraste, privilegia a heterogeneidade e a diferença como forças libertadoras na redefinição do discurso cultural. [...] A fragmentação, a indeterminação e a intensa desconfiança de todos os discursos universais ou totalizantes são o marco do pensamento pós-moderno. (Harvey, 1993: 19)

O pós-modernismo é definido por Harvey de forma mais sucinta como a rejeição ou morte das “metanarrativas” que são teorias de aplicação universal. A pretensão dessas metanarrativas era a de “legitimar a ilusão de uma história humana universal”. O pós-modernismo veio então para pluralizar, heterogeneizar o que o modernismo queria totalizar.

O autor parte do pressuposto de que o ponto consensual para a compreensão do pós-modernismo é sua relação com o moderno e para explicar o modernismo separa todo um capítulo de sua obra. É interessante destacar que, paradoxalmente, no surgimento do modernismo, havia declarações de fragmentação, efemeridade e mudança caótica.

O Iluminismo abraçou igualmente a transitoriedade, o fugidio e o fragmentário como condições necessárias para a consecução do ideal da modernidade, da libertação humana.

Convém ressaltar que os ideais iluministas estiveram presentes em momentos marcantes da história brasileira. Tiradentes, que era militar, mártir da Inconfidência Mineira, era adepto do Iluminismo e é considerado um herói e exemplo a ser seguido, conforme se verifica no discurso do general Rui Alves Catão, comandante militar do Leste, alusivo ao dia da Inconfidência Mineira proferido em 2010:

E é assim que devemos imaginá-lo e representá-lo, para exemplo de todos os brasileiros: o Alferes garboso e resoluto que olha para a frente, confiante no glorioso destino do Brasil. Antes de imaginá-lo morto, vamos visualizar sua imagem como se estivesse vivo, a indicar-nos o caminho do dever para com a Pátria. (Catão, 2010)

É fácil perceber que o discurso militar acima é claramente “moderno” ao concitar os militares de hoje ao patriotismo seguindo os exemplos de Tiradentes. No texto de título “Iluminismo e Maçonaria”,² extraído do sítio eletrônico da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, verificamos a estreita ligação entre militares e o Iluminismo, em destaque o próprio patrono do Exército:

Iluministas se filiaram às Lojas Maçônicas como um lugar seguro e intelectualmente livre e neutro, apropriado para a discussão de suas ideias, principalmente no século XVIII, quando os ideais libertários ainda sofriam sérias restrições dos governos absolutistas na Europa continental.

O lema iluminista “Liberdade, Igualdade, Fraternidade” exprime as aspirações teóricas da sociedade maçônica que, se atingidas, levariam a um alto grau de aperfeiçoamento de toda a humanidade.

Entre outros, são nomes ilustres desse pensamento o filósofo Immanuel Kant; os pensadores e ativistas Voltaire, Diderot e Montesquieu; o Marquês de Pombal, secretário do reino de Portugal; os articuladores da independência Joaquim Gonçalves Ledo e José Bonifácio de Andrada e Silva, primeiro grão-mestre do Grande Oriente do Brasil; Dom Pedro I, imperador do Brasil; Marechal Deodoro da Fonseca, chefe do primeiro governo republicano do Brasil; Duque de Caxias, patrono do Exército Brasileiro. (Alesp, 2010)

Essa ligação estreita entre modernidade e Iluminismo é de vital importância para se entender o Exército Brasileiro que, sob a influência da razão do modernismo, principalmente nas décadas de 1920, 1930 e 1940, deixou de ser apenas uma organização e amadureceu, tornando-se uma instituição com identidade própria. Pensar hoje nas consequências do pós-modernismo sobre a identidade desse Exército formado por princípios iluministas é pensar em uma recriação, reconstrução e talvez em um paralelo com a “destruição criativa” que vem a seguir.

2 Divulgado no sítio eletrônico da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo em agosto de 2010. <http://www.al.sp.gov.br/porta/site/Internet/DetailNoticia?vgnextoid=f6b3657e439f7110VgnVC M100000590014acRCD&id=282866&textoBusca=caxia;iluminismo&flRealca=T#inicio>

O projeto modernista passou pela aplicação da “destruição criativa”, já que era inviável construir um novo mundo sem destruir o existente. “Simplesmente não se pode fazer um omelete sem quebrar os ovos, como observou toda uma linhagem de pensadores modernistas de Goethe a Mao” (Harvey, 1993: 26).

O sociólogo Max Weber é citado pelo autor por esclarecer que a expectativa dos iluministas era ilusória. O vínculo necessário da ciência com o desenvolvimento, e da racionalidade com a liberdade humana universal, afeta todos os planos da vida social, cultural e econômica. Weber conclui:

O desenvolvimento da racionalidade proposital-instrumental não leva à realização concreta da liberdade universal, mas à criação de uma jaula de ferro da racionalidade burocrática da qual não há como escapar. (Harvey, 1993: 25)

Ainda em Harvey, a passagem do modernismo para o pós-modernismo é datada pela arquitetura como tendo acontecido às 15h32m de 15 de julho de 1972 quando o Pruitt-Igoe, uma construção típica moderna da cidade de St. Louis (EUA), foi dinamitado por ter sido considerado inabitável e decadente pelas autoridades locais. No pós-modernismo, estratégias pluralistas e orgânicas tomaram o lugar dos planejamentos de larga escala por zoneamento funcional do modernismo. Uma cidade pós-moderna é uma colagem de espaços e misturas, um lugar onde ocorre revitalização.

Nos anos 1980, personalidades como o papa João Paulo II e o príncipe de Gales realizaram discursos pós-modernistas, o que dá a ideia do alcance que a “estrutura do sentimento” teve na época. “[...] a razão tinha de se tornar um mero instrumento para subjugar os outros (*Baltimore Sun*, 9 de setembro de 1987). O projeto pós-moderno é reafirmar a verdade de Deus sem abandonar os poderes da razão” (Harvey, 1993: 47).

Outra face do pós-modernismo é sua personalidade esquizofrênica quando comparado ao modernismo, que é paranoico. Isso nos leva a perceber no pós-modernismo uma preocupação com o significante e não com o significado, com as aparências superficiais e não com as raízes, preocupação com o prazer presente e não com um futuro melhor.

Somente em termos de um tal sentido centrado de identidade pessoal podem os indivíduos se dedicar a projetos que se entendem no tempo ou pensar de modo coeso sobre a produção de um futuro significativamente melhor do que o tempo presente e passado. O modernismo dedicava-se muito à busca de futuros melhores, mesmo que a frustração perpétua desse alvo levasse à paranoia. Mas o pós-modernismo tipicamente descarta essa possibilidade ao concentrar-se nas circunstâncias esquizofrênicas induzidas pela fragmentação e por todas as instabilidades (inclusive linguísticas) que nos impedem até mesmo de representar coerentemente, para não falar de conceber estratégias de produzir, algum futuro radicalmente diferente. (Harvey, 1993: 57)

Como o pós-modernismo não se preocupa com o progresso, ao contrário abandona a memória e a continuidade, fica evidente também que valores, crenças e descrenças não fazem

parte do seu esforço em julgar o espetáculo social como ele é. A televisão vem explicar bem essa nova maneira de ver o mundo através dos meios eletrônicos disponíveis hoje. Nada há que prenda a atenção para um progresso da humanidade. Assiste-se na TV a um mix do passado, presente e ficção sem direção definida. As pessoas passam grande parte do dia diante dessas tecnologias eletrônicas sem objetivo concreto de construção, de crescimento. É tudo superfície e nada de raiz. Colagens e ausência de profundidade. “E todos esses elementos são aspectos vitais da prática artística na condição pós-moderna” (Harvey, 1993: 63).

O consumismo visto na televisão é decorrente do capitalismo avançado que temos e seu surto inflacionário afeta a estética, a arte pós-modernista, assim como afeta os mercados comerciais. A fragmentação da arte é a expressão direta do que ocorre no tecido social e econômico em consonância com o nível de capitalismo que temos.

Para Harvey, o pós-modernismo não deve e não pode ser visto simplesmente como uma corrente artística autônoma, pois ele está enraizado na vida cotidiana e nos dá condições de observar as mudanças profundas que promove sobre a estrutura do sentimento.

A Identidade descrita por Bauman

No seu livro intitulado *Identidade*, Bauman (2005) faz a ligação entre identidade e pertencimento como sendo interdependentes. Enquanto a pessoa se vê pertencente ao seu habitat natural ela ignora a sua identidade. A questão da identidade só lhe ocorre quando o seu pertencimento é abalado. Nenhum outro lugar no mundo lhe dará a mesma sensação de pertencimento que tinha antes. Ora ligeiramente, ora ostensivamente, essa pessoa se sentirá “deslocada”. A globalização acelera esse processo gerando cada vez mais refugiados e migrantes. Na contemporaneidade, “*as identidades flutuam no ar*” (Bauman, 2005: 19).

Fazendo uma análise temporal, Bauman fala que na pré-modernidade a nacionalidade era vinculada ao local do nascimento, não dando muita oportunidade para ninguém se questionar sobre sua identidade. Ele cita ainda que os grandes pensadores sociais Weber, Durkheim e Simmel não abordaram diretamente a questão da identidade por não ser da época deles essa preocupação. Só passou a ser problema depois que a ação do indivíduo podia fazer diferença na identidade, o que só ocorreu a partir da modernidade. Na modernidade, a identidade passou a ser uma tarefa de construção individual. Cada um era responsável por fazer sua biografia, sua identidade. O esforço pessoal era determinante para a construção da identidade. Cada classe social tinha uma trajetória clara a ser percorrida. Por exemplo, para ser considerado burguês, não bastava ter nascido em família de burgueses, tinha que agir como burguês, falar como burguês, sentir como burguês. É importante dizer que os sinais desse caminho eram claros e previsíveis ao longo de toda a vida da pessoa. Era possível traçar a rota sabendo que o objetivo seria alcançado. As regras eram claras, seguras e permanentes. Era o tempo da autoidentificação. Isso era possível pela confiança na sociedade. As instituições eram duráveis e o futuro era certo, previsível. Essas certezas com o tempo foram se desfazendo, assim como a confiança foi se esvaindo. Era a pós-modernidade se avizinando.

Na análise temporal de Bauman, para a pós-modernidade temos “a liquefação das estruturas e instituições sociais. Estamos passando agora da fase sólida para a fase fluida. E os

fluidos são assim chamados porque não conseguem manter a forma por muito tempo...” (Bauman, 2005: 57). Diante das incertezas que se apresentarem, é melhor estar preparado para todas as possibilidades. É nesse ambiente incerto, fluido, que as pessoas vivem e precisam escrever suas biografias, formar e reinventar suas identidades em cada vez menor intervalo de tempo. A sociedade age agora de forma inesperada, não previsível, não localizável. Ela é volátil e versátil. Bauman indica que nesse ambiente só é possível viver com uma estratégia que leve a pessoa a derrotar a sociedade na sua própria maneira de jogar. É preciso adquirir a capacidade de mudança incessante, a habilidade de terminar rapidamente o que começou e partir para um novo começo. Não é mais possível construir uma identidade duradoura. “Uma identidade coesa, firmemente fixada e solidamente construída seria um fardo, uma repressão, uma limitação da liberdade de escolha. Seria o presságio da incapacidade de destravar a porta quando a nova oportunidade estiver batendo” (Bauman, 2005: 60).

Quando questionado sobre o fenômeno do ressurgimento do nacionalismo, Bauman discorda que haja uma ressurgência do nacionalismo. Para ele esse termo “nacionalismo” não cabe mais sem que se façam as devidas emendas necessárias, conforme cita as orientações de Derrida. Passa a falar do assunto como sendo uma nova safra de reivindicações visando autonomia ou independência. Destacando duas razões para isso: proteção contra a globalização e a reavaliação do pacto entre Nação e Estado. As duas razões decorrem do enfraquecimento da soberania nacional. Para a solução dessa crise social de enfraquecimento da soberania nacional, os Estados procuram se proteger como Bauman descreve a seguir, mas conclui que essa busca de soluções locais para problemas globais é ineficaz:

O objetivo mais ampla e intensamente cobiçado é a escavação de trincheiras profundas, possivelmente intransponíveis, entre o dentro e o fora de uma localidade territorial ou categórica. Fora: tempestades, furacões, ventos congelantes, emboscadas na estrada e perigos por toda parte. Dentro: aconchego, cordialidade, *chez soi*, segurança, proteção. Já que, para manter o planeta inteiro seguro [...], nos faltam [...] ferramentas e matérias-primas adequadas, vamos construir, cercar e fortificar um espaço indubitavelmente nosso e de mais ninguém, um espaço em cujo interior possamos nos sentir como se fôssemos os únicos e incontestáveis mestres. O Estado não pode mais afirmar que tem poder suficiente para proteger o seu território e os seus habitantes. (Bauman, 2005: 65, 66)

Bauman, incitado a se posicionar sobre o conceito de identidade ocidental de Slavoj Žižek, declara que o conceito de identidade sempre será motivo de discussão e de controvérsia.

O campo de batalha é o lar natural da identidade. Ela só dorme e silencia no momento em que desaparecem os ruídos da refrega. [...] A identidade é uma luta simultânea contra a dissolução e a fragmentação; uma intenção de devorar e ao mesmo tempo uma recusa resoluta a ser devorado. (Bauman, 2005: 84)

A identidade cultural na pós-modernidade segundo Stuart Hall

A terceira leitura da identidade é a apresentada por Stuart Hall (2006) em sua obra *A identidade cultural na pós-modernidade*, publicada originalmente em 1992. Sua proposta é explorar questões sobre identidade cultural que chama de modernidade tardia, avaliando se existe uma crise de identidade e em que direção segue.

Aquele sujeito unificado, o indivíduo da era moderna, está fragmentado. O mundo social estabilizado pelas velhas identidades já não existe mais. Os quadros de referência de estabilidade para as sociedades estão se deslocando sob efeito da chamada crise de identidade. O cenário visualizado por Hall é este em que as identidades modernas estão deslocadas, fragmentadas, ou melhor, “descentradas”. Mudanças estruturais são sentidas nas classificações sociais, étnicas, sexuais, raciais e de nacionalidade e se refletem nas identidades pessoais. A crise de identidade decorre da descentração do indivíduo de seu mundo social e cultural, mas também de si mesmo. A citação de Mercer esclarece esse ponto: “a identidade somente se torna uma questão quando está em crise, quando algo que se supõe como fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza” (Hall, 2006: 9). O autor tem três concepções de identidade: a primeira para o sujeito do Iluminismo, a segunda para o sujeito sociológico e a terceira para o sujeito pós-moderno.

A identidade do sujeito do Iluminismo é baseada nas capacidades de razão, consciência e ação que esse indivíduo tinha e mantinha de forma continuada ao longo de sua existência. “O centro essencial do eu era a identidade de uma pessoa” (Hall, 2006: 11).

O sujeito sociológico era o reflexo da complexidade do mundo moderno e já não era autônomo, mas se entendia na relação com os outros sujeitos. Era um ser interativo formado entre o eu e a sociedade, entre o pessoal e o público. Era unificado, predizível e estável.

A fragmentação desse indivíduo sociológico, estável é que conceitua o sujeito pós-moderno. Ele é reflexo das mudanças ocorridas na estrutura e nas instituições. Para ele não há uma identidade fixa ou permanente. Existe a necessidade de possuir uma identidade para cada paisagem social ou cultural. Esse sujeito não é mais definido biologicamente, mas historicamente. A identidade segura, coerente, fixa virou fantasia, utopia.

A diferença entre as sociedades tradicionais e as modernas é a mudança constante. Nisso Hall concorda com Anthony Giddens em suas argumentações. Na citação que faz de Giddens destaca:

[...] nas sociedades tradicionais, o passado é venerado e os símbolos são valorizados porque contêm e perpetuam a experiência de gerações. A tradição é um meio de lidar com o tempo e o espaço, inserindo qualquer atividade ou experiência particular na continuidade do passado, presente e futuro, os quais, por sua vez, são estruturados por práticas sociais recorrentes. (Hall, 2006: 14, 15)

Outro gancho que faz Hall é com o texto de David Harvey acerca da modernidade em que ela rompe com a condição precedente em um processo sem-fim de rupturas e fragmentações.

A diferença é a principal característica das sociedades na modernidade tardia. Várias posições de sujeitos surgem a partir das divisões dos antagonismos sociais produzidos na pós-modernidade. A ruptura da sociedade não acontece porque diferentes elementos e

sujeitos podem ser convenientemente reagrupados, articulados de uma maneira tal que mantenham a sociedade viva. A ruptura ocorre pela necessidade de fluidez das identidades.

A questão das várias identidades assumidas por um mesmo sujeito da modernidade tardia é apresentada como sendo uma necessidade, já que uma identidade singular não daria conta de atender às necessidades das pessoas nas diversas frentes que estão inseridas. Essa politização da identidade é entendida como uma política de diferença.

Em Hall também está presente a evolução da identidade em três momentos. Na era pré-moderna as estruturas e as tradições eram divinamente estabelecidas. Não havia espaço para um indivíduo autônomo. Entre o Humanismo Renascentista e o Iluminismo é que surgiu o “indivíduo soberano” da modernidade. Essa ruptura com o passado, ocorrida entre os séculos XVI e XVIII, é considerada como “o motor que colocou todo o sistema social da modernidade em movimento” (Hall, 2006: 25). A Reforma Protestante e o Humanismo Renascentista são os marcos dessa mudança de *status* do indivíduo da pré-modernidade para a modernidade.

Seguindo a análise temporal de Hall, na medida em que as sociedades modernas foram se desenvolvendo e ficando mais complexas, tomaram formas mais sociais e coletivas e os grandes processos, antes firmados na razão, passaram a ser firmados em um indivíduo mais social. As teorias biológicas de Darwin e o surgimento das ciências sociais foram decisivos para essa mudança de foco do indivíduo para o coletivo. A sociologia apresenta considerável crítica ao individualismo racional do sujeito cartesiano. O desenvolvimento do indivíduo deve ser visto de forma subjetiva nas relações sociais mais amplas que estabelece. A reciprocidade da internalização do exterior no sujeito e a externalização da ação dele no mundo social forma a Teoria da Socialização.

A fragmentação das identidades que acometeu o sujeito cartesiano não é um fenômeno único. Ocorre também um forte deslocamento que é descrito através de rupturas no discurso do conhecimento moderno. Hall descreve cinco grandes avanços ocorridos a partir da segunda metade do século XIX que interferem no conhecimento e descentram o sujeito cartesiano.

O primeiro avanço foi com a teoria do anti-humanismo teórico de Althusser, que afirma não haver uma essência universal de homem alojada em cada sujeito individual. Outro avanço foi realizado pelo linguista Ferdinand de Saussure, que observa analogia entre a língua e a identidade, na qual a impossibilidade de controle entre ambas é comum. Assim como na linguagem não há controle sobre os efeitos de significado, na identidade também sempre existe a instabilização provocada pela diferença.

O avanço seguinte foi descrito com a descoberta do inconsciente por Freud. Sua teoria arrasa o conceito de sujeito racional de Descartes. Segundo Freud, nossas identidades são formadas com base em processos psíquicos e simbólicos do inconsciente, assim como nossa sexualidade e a estrutura de desejos. Essa lógica funciona de maneira muito diferente da razão. A identidade do sujeito é formada ao longo do tempo, inconscientemente, sendo incompleta, está sempre em um processo de desenvolvimento. Vem até sugerir que o termo identificação deveria substituir identidade, por representar melhor um processo inacabado, em andamento.

Michel Foucault produziu uma genealogia do sujeito moderno que é apresentada por Hall como o quarto avanço que interfere no conhecimento. O “poder disciplinar” é descrito por Foucault como a preocupação em regular e vigiar a espécie humana, o indivíduo e seu corpo. O objetivo básico é produzir corpos dóceis.

O paradoxo assinalado por Hall dos estudos de Foucault está evidenciado no fato de que quanto mais organizada e disciplinada for uma instituição na modernidade tardia, mais isolado ficará o sujeito individual.

O quinto descentramento está caracterizado pelo impacto do feminismo promovido nos anos 1960. O feminismo constitui o marco histórico do nascimento da “política de identidade”, ou seja, uma identidade para cada movimento social diferente. Assim surgiram as identidades das mulheres, dos negros, dos pacifistas etc. Os conceitos de sujeito cartesiano e sociológico são questionados pelo feminismo pela clássica distinção entre o dentro e o fora, o privado e o público. A subjetividade, a identidade e o processo de identificação também foram politizados.

Essas cinco evidências da descentração do sujeito do Iluminismo com sua identidade fixa e estável são, para esse autor, provas de que o sujeito moderno não dá mais conta de atender às demandas por flexibilidade, identidades abertas, contraditórias, inacabadas e fragmentadas do mundo pós-moderno.

Outra questão é a da identidade nacional, o modo como as identidades culturais se comportam em um mundo globalizado. As identidades nacionais não são inatas, mas são construídas e precisam ser representadas e reconhecidas. Os sentimentos de lealdade e identidade vêm do simbolismo que uma comunidade compartilha. Hall cita Benedict Anderson para esclarecer que “a identidade nacional é uma comunidade imaginada” (Hall, 2006: 51). Uma Nação pode ser formada a partir de eventos históricos, imagens, símbolos e rituais que representam experiências partilhadas, vitórias, derrotas, catástrofes sofridas, espaço físico compartilhado... São conexões estabelecidas entre indivíduos nas suas existências e permanecem após suas mortes. Outra maneira de se ter uma Nação é apresentada por Hobsbawm como “invenção da tradição”:

Tradição inventada significa um conjunto de práticas..., de natureza ritual ou simbólica, que buscam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, a qual, automaticamente, implica continuidade com um passado histórico adequado. (Hall, 2006: 54)

Hall informa que o discurso de cultura nacional não é tão novo como parece. Existe um desejo de se voltar às glórias do passado, mas também de avançar em direção ao futuro. A busca no passado pretende retomar a identidade perdida e até mesmo purificar a sociedade tirando de seu meio aqueles que ameaçam a identidade desejada para possibilitar um futuro promissor. Ernest Renan é citado por Hall ao apresentar os princípios espirituais da unidade de uma Nação: “a posse em comum de um rico legado de memórias..., o desejo de viver em conjunto e a vontade de perpetuar, de uma forma indivisiva, a herança que se recebeu” (Hall, 2006: 58).

Nem sempre uma Nação é formada por lealdade, união e identificação simbólica. Ocorrem casos de formação mediante a conquista violenta. Há também que se perceber que dentro de uma Nação existirão sempre classes sociais diversas e diferentes etnias, além do fato de que certas culturas foram na verdade impostas no passado por colonizadores ou conquistadores. Dessa maneira a cultura nacional deve ser pensada não como unificada, mas como que constituindo um “dispositivo discursivo” que incorpora a diferença na identidade. “A Europa Ocidental não tem qualquer Nação que seja composta de apenas um único povo, uma única cultura ou etnia. As Nações modernas são, todas, híbridos culturais” (Hall, 2006: 62).

Tratando da compressão espaço-tempo e identidade, Hall concorda com David Harvey mostrando que a globalização encurta a noção das distâncias e o mundo parece menor. Para Harvey “...quanto ao impacto da globalização sobre a identidade é que o tempo e o espaço são também as coordenadas básicas de todos os sistemas de representação” (Hall, 2006: 70).

A identificação da globalização pode ser colocada acima do nível da cultura nacional a ponto de apagar uma identidade nacional, fragmentando seus códigos culturais e colapsando o equilíbrio interno existente forçando uma interdependência global e pluralista. “Na medida em que as culturas nacionais tornam-se mais expostas a influências externas, é difícil conservar as identidades culturais intactas ou impedir que elas se tornem enfraquecidas através do bombardeamento e da infiltração cultural” (Hall, 2006: 74).

A homogeneização é apresentada como uma possível consequência da globalização. Porém o autor destaca em três aspectos que ela pode não se concretizar. Primeiramente, por andar paralelamente às identidades locais, reforçando-as. Em segundo, por ser um processo desigual em sua “geometria do poder”, não ocorre com a mesma intensidade em todos os lugares ao mesmo tempo. E, finalmente, porque a globalização tem se mostrado retida à dominação global ocidental, enquanto que as identidades culturais estão em todo o mundo.

[...] parece então que a globalização tem, sim, o efeito de contestar e deslocar identidades centradas e fechadas de uma cultura nacional. Ela tem um efeito pluralizante sobre as identidades, produzindo uma variedade de possibilidades e novas posições de identificação, e tornando as identidades mais posicionais, mais políticas, mais plurais e diversas; menos fixas, unificadas ou trans-históricas. Entretanto seu efeito geral permanece contraditório. (Hall, 2006: 87)

Uma das contradições está no fato de que, no lugar de ocorrer homogeneização, pode acontecer uma tradução. Essa tradução pode se dar na medida em que pessoas dispersadas (deslocadas de seus países) carreguem fortes vínculos com suas origens e tradições e lá nos seus locais de destino consigam absorver também uma nova cultura. Essas pessoas não perdem completamente suas identidades, porém passam a ser híbridas por terem traços de identidade de culturas diferentes. Nesse caso a homogeneização não acontece, mas a globalização e a pós-modernidade forçam o surgimento de novas identidades.

Outro movimento inesperado que impede a homogeneização é a prática do fundamentalismo presente hoje principalmente no islamismo. As bases religiosas fundadas no Corão tentam manter a identidade cultural de países orientais em torno de Estados religiosos.

O alinhamento de Hall com o pensamento de Zigmunt Bauman é percebido no argumento comum do ressurgimento da etnia como obstáculo à homogeneização decorrente da globalização. A busca pela identificação étnica ocorre cada vez menos por imposição institucionalizada e cada vez mais por uma poderosa demanda simbólica pronunciada por comunidades livres e flexíveis.

A conclusão de Hall é que os rumos incertos da globalização têm sinalizado que o que parece estar ocorrendo não é global, mas é na verdade um lento e desigual descentramento do Ocidente.

A modernização reflexiva de Beck e Giddens

Beck e Giddens (1997) defendem que a discussão entre modernidade e pós-modernidade já está cansativa, desgastada. Em seu lugar apresentam o conceito de modernidade reflexiva.

Para Ulrich Beck, modernização reflexiva é a modernização da modernização. As constantes transformações provocadas pela modernização geram a própria transformação daquela modernização. Esse processo de mudança ocorre sem revolução, de forma silenciosa. Não há relação direta dessas mudanças com as utopias propostas pela sociedade socialista, nem é decorrência de uma falência do capitalismo. Ao contrário, as vitórias do capitalismo é que provocam essa nova forma social. O processo normal de modernização evolui para uma modernização adicional que é a da própria modernização, a radicalização da modernização.

Assim, em virtude do seu inerente dinamismo, a sociedade moderna está acabando com suas formações de classe, camadas sociais, ocupação, papéis de sexos, família nuclear, agricultura, setores empresariais e, é claro, também com os pré-requisitos e as formas contínuas do progresso técnico-econômico. Este novo estágio, em que o processo pode se transformar em autodestruição, em que um tipo de modernização destrói outro e o modifica, é o que eu chamo de etapa da modernização reflexiva. (Beck; Giddens; Lash, 1997: 12)

Contra as convicções tradicionais da sociologia e o autoentendimento democrático da sociedade, a transição de uma época social para outra pode ocorrer, na modernidade reflexiva, sem a influência ou ação política e de forma não intencional, implicando inseguranças nessa sociedade de difícil delimitação. Nada impede também que a modernização reflexiva se apoie em momentos de mudanças sociais como crises, revoluções e transformações sociais. Diante dessas possibilidades, Beck finaliza argumentando se é possível um autocontrole da modernidade quando aplicada a si mesma.

Quando Bauman caracteriza a identidade moderna como sendo fruto da construção do sujeito, seguindo caminhos claros e precisos emitidos pela sociedade daquela época, abre espaço para pensarmos os reflexos das mudanças da sociedade brasileira sobre a carreira

das armas. Nesse momento, cabe pensarmos a situação vivida hoje no Exército Brasileiro. Com a particularidade de ser uma instituição que oferece uma carreira estável em que é possível traçar o futuro profissional desde o ingresso até a aposentadoria, sabendo-se claramente os passos que devem ser percorridos para subir cada degrau funcional. Um oficial pode traçar hoje um plano de carreira com a previsão dos principais pontos de inflexão que deverá seguir até a aposentadoria. Por exemplo, um oficial que ingressou no Exército, em 1990, tem em seu plano de carreira os anos previstos para todas as promoções (tenente, capitão, major, tenente-coronel, coronel, general de brigada...), os anos em que pode fazer aperfeiçoamentos e cursos e o tipo de organização militar em que poderá servir, conforme for sendo promovido até 2035. Fica clara a preferência de muitos jovens brasileiros pela estabilidade ao escolher a carreira militar, o que é visto pelos autores progressistas acima analisados como utopia da racionalidade moderna.

Ao afirmar que não é mais possível construir uma identidade individual duradoura, Bauman nos leva a questionar como deve ser a melhor formação da identidade profissional dos oficiais do Exército que atenda às condicionantes atuais, ou seja, como deve ser a formação do oficial do século XXI, conforme os desafios traçados pelo Comando do Exército em diretrizes recentes.

No meio militar é comum usarmos a designação de que “todo militar é um ser cartesiano”. O senso comum é que esse termo “cartesiano” significa algo metódico, racional, mas creio que a maioria desconhece a origem do termo como sendo decorrente de uma postulação do filósofo Descartes para o indivíduo capaz de explicar as coisas reduzindo-as aos elementos essenciais, irreduzíveis. A leitura da obra de Stuart Hall serve para a compreensão do que é ser cartesiano. O problema está na percepção dessa classificação. Para Hall não parece elogio, porém os militares têm orgulho de serem assim classificados. Penso ser fruto do processo de socialização por que passam desde a entrada na caserna. Como já vimos anteriormente com a análise do texto de Harvey, o Iluminismo privilegia a razão e agora vemos a razão no indivíduo cartesiano. Assim como ainda hoje percebemos no Exército as influências do culto às ideias do Iluminismo, ser cartesiano, estar situado no centro do conhecimento, ser um sujeito “racional”, segundo o que pregava o Iluminismo, ainda é incentivado em nossas fileiras. Constatamos que isso pode ser considerado uma forte âncora a nos prender ao modo de agir da modernidade e impedir a flexibilização descontrolada imposta pela pós-modernidade. A razão por si só não deu conta de solucionar os problemas do século XX e não podemos contar somente com ela para enfrentarmos os desafios do século XXI.

Ao citar o poder disciplinar descrito por Michel Foucault, Stuart Hall mostra a preocupação vigente na modernidade em regular e vigiar a espécie humana, o indivíduo e seu corpo, produzindo corpos dóceis. Entre as instituições escolhidas por ele para acontecer esta vigilância estão os quartéis, além das escolas, hospitais, entre outros. Nas Forças Armadas existe um conceito chamado de “disciplina consciente” que diz não ser necessária outra pessoa para vigiar um militar. Ele próprio deve exercer essa vigilância sobre si mesmo, já que conhece todos os regulamentos e normas da caserna. Essa docilidade, segundo o conceito foucaultiano, expõe as marcas da modernidade nessas instituições. Outra marca que os conceitos de Foucault desnudam é em relação ao gosto pela organização e disciplina que

destacam os militares do seio da sociedade pós-moderna, pois a tendência à disciplina e à organização acaba por isolar o sujeito individual. Esse isolamento é claramente percebido no modo como um militar se refere a quem não pertence aos seus próximos. Ao denominar o civil de “paisano”, um militar deixa claro que esse sujeito não pertence ao seu grupo, não comunga dos mesmos valores e por isso é um ser alheio à disciplina e à organização.

Até que ponto interessa ao Exército entrar na pós-modernidade? Ou melhor, deixar que os princípios da pós-modernidade passem a ser seguidos nos seus quartéis? Existirá um ponto de equilíbrio então? Como formar chefes militares sem que a disciplina e a organização inerentes à carreira os impeçam de ter a proximidade sadia com a sociedade em que estão inseridos? De nossa escola de formação bélica saem apenas oficiais para a própria instituição, tendo o currículo escolar naturalmente voltado para isso. Seria viável pensar em uma integração com outras instituições de ensino superior para que os cadetes possam ter disciplinas eletivas levando-os para cursar fora ou trazendo universitários e professores para frequentarem disciplinas eletivas na Academia Militar? Não seria de todo uma novidade, já que o Instituto Militar de Engenharia (IME) forma ao mesmo tempo militares e civis, atendendo às necessidades de profissionais para o Exército e também para a sociedade, sendo o ingresso para o instituto muito concorrido e o diploma extremamente bem-conceituado. Também não seria novidade esse tipo aberto de formação se olharmos para os modelos alemão ou espanhol nos quais os militares frequentam cursos superiores graduando-se fora da instituição militar e só depois finalizando o curso bélico. Assim os cursos são híbridos: parte na instituição militar, parte na sociedade civil, em instituições civis regulares de ensino superior.

Constatar que o Exército é uma instituição moderna não é atribuir pecado a ele. O progressismo não eliminou o conservadorismo. A pós-modernidade atua nas bases da sociedade, mas seu movimento não é global e inevitável, como adverte Ulrich Beck. Outras instituições conservadoras estão presentes no cenário nacional além do Exército e são valorizadas pela sociedade, que também pode ser ainda considerada conservadora. Podemos citar como conservadoras certas Igrejas Cristãs Protestantes, o Judiciário, certas instituições de ensino e ainda a Academia Brasileira de Letras.

Em relação ao conservadorismo do Exército, talvez devamos intensificar o foco de observação sobre a maneira como seus guardiães legitimam o universo de símbolos da instituição. Com a chegada das novas gerações que ingressam na carreira militar, com experiências incorporadas da pós-modernidade, um universo simbólico militar estático para formar a identidade desses novos oficiais pode ser inócuo. Resgato a citação de Berger utilizada no primeiro capítulo deste texto:

Justamente porque o universo simbólico não pode ser experimentado como tal na vida cotidiana, mas transcende esta última por sua própria natureza, não é possível ensinar sua significação pela maneira direta em que se ensinam os significados da vida cotidiana. [...] Este problema intrínseco acentua-se quando versões divergentes do universo simbólico começam a ser partilhadas por grupos de habitantes. [...] os procedimentos repressivos habitualmente empregados contra tais grupos pelos

guardiães das definições oficiais da realidade não nos dizem respeito neste contexto. O que importa para nossas considerações é a necessidade de essa repressão ser legitimada, o que naturalmente implica pôr em ação vários mecanismos conceituais destinados a manter o universo oficial contra o desafio herético. (Berger, 1966: 140)

Jarbas Passarinho, que foi instrutor da Aman, depois oficial de Estado-Maior, servindo ao Exército por muitos anos e passando depois para política como senador e ministro de Estado, constata que:

Novos critérios de valores morais, revelações científicas revolucionárias, particularmente no domínio do psíquico, outros conceitos de liberdade e de direitos humanos, mudaram de modo radical a feição dos exércitos, pondo em relevo como nunca a responsabilidade dos chefes, no tocante a obterem integral cooperação de seus soldados. (Passarinho, 1987: 20)

Ele relata a diferença de identidade entre alguns líderes militares. Em Frederico³ evidenciou que comandava o Exército prussiano com base na coação e na violência. Napoleão, sob o impacto da Revolução Francesa, em vez de coagir, lisonjeava seus soldados, preocupava-se com o bem-estar deles e deixava-se tratar com certa intimidade por seus subordinados. Com o advento da Primeira Grande Guerra, surge uma nova era nas relações entre comandantes e comandados, quando o respeito mútuo passa a vigorar como um dever de um líder democrático. Nessa evolução temporal percebemos variação de identidade militar entre ícones militares decorrentes da evolução do ambiente que os cercava. Evidencia-se, portanto, mais uma vez, a impossibilidade de que as instituições militares possuam referenciais fixos, fundamentos imutáveis e universais que possam ser reunidos em lista resumida de valores perenes. Porém, nessa pesquisa, a abordagem teórica feita da pós-modernidade e sua flexibilidade exacerbada não têm mostrado alternativa mais adequada à transformação do Exército Brasileiro na Era do Conhecimento, para atender aos desafios do século XXI. O Exército Brasileiro, como braço armado do Estado, não pode servir de laboratório para experiências de mudanças pelo simples desejo de mudar porque tudo muda. Muitas mudanças certamente já ocorreram desde sua consolidação como instituição na primeira metade do século XX, mas a impossibilidade de poder errar hoje mostra que é preciso saber preservar as conquistas alcançadas e medir os impactos antes de novas mudanças. Assim, é improvável que correntes pós-modernas entrem, sem resistência, pela porta da frente do Exército Brasileiro.

³ Frederico II foi rei da Prússia entre 1740 e 1772 e é considerado como um grande chefe e estrategista militar.



Capítulo 2

Sociedade, instituições e militares

A construção social e institucional da realidade

BERGER E LUCKMANN (1966) DIZEM QUE EM QUALQUER SOCIEDADE somente uma parcela pequena de pessoas preocupa-se com a produção de teorias. A maioria apenas aprende, pratica e desfruta dessas teorias formuladas. Essa vida não teórica conforma o senso comum, o que é vivido por todos sem a percepção de ideias. Para o entendimento de uma sociedade é necessário buscar entender a estrutura do mundo, do sentido comum e da vida cotidiana. Durkheim diz que a primeira regra, a fundamental, deve ser considerar os fatos sociais como coisas e Weber observou que o objeto de conhecimento para a sociologia é o complexo de significados da ação, significados esses que são subjetivos. Portanto, para a adequada compreensão da realidade vivida por uma sociedade deve-se investigar a maneira pela qual esta realidade é construída.

Ao se propor investigar a construção da identidade de parcela da sociedade brasileira formada pelos oficiais do Exército Brasileiro, devem-se adotar isenção e imparcialidade. Daí avultou a dificuldade do investigador social que a todo instante precisou rever suas interpretações à luz do método científico para não contaminar seu trabalho ou deixar escapar alguma característica importante do objeto pesquisado. Convém frisar que o autor pertence ao universo pesquisado, experimentou e vivenciou todo o processo de aquisição da cultura militar sob um regime de internato ao longo de quatro anos na Academia Militar das Agulhas Negras e, durante a pesquisa, permaneceu sendo socializado e socializando no desempenho do papel de oficial superior combatente da ativa com mais de vinte e cinco anos de experiência militar.

Berger, por seu turno, salienta que “a vida cotidiana apresenta-se como uma realidade interpretada pelos homens e subjetivamente dotada de sentido para eles na medida em que forma um mundo coerente” (Berger; Luckmann, 1966: 35).

Dessa forma, o mundo da caserna é percebido como extremamente coerente por um militar. Aliás, temos no relato de um cientista social que o mundo da caserna é percebido pelos militares como mais coerente e melhor que o mundo dos civis. Celso Castro verificou isso quando investigou os cadetes⁴ em 1987.

Por exemplo, enquanto os militares seriam em geral ativos, disciplinados, respeitosos, altruístas e preocupados com a Pátria, os “paisanos” seriam em geral preguiçosos,

⁴ Cadete – aluno da Academia Militar das Agulhas Negras (Aman), estabelecimento de ensino superior responsável pela formação básica dos oficiais de carreira combatentes no Brasil.

indisciplinados, individualistas e ocupados apenas com seus próprios interesses. Ou seja, a mensagem que se transmite é a de que em geral os militares são não apenas diferentes dos civis, mas que também são melhores; uma elite, fundada sobre princípios éticos e morais corretos e sãos. Dentro dessa visão, o modo de vida militar seria superior ao civil porque fundado na experiência da preeminência da sociedade, do conjunto, sobre os indivíduos. A carreira militar é representada como uma “carreira total”, um mundo coerente, repleto de significação e onde as pessoas “têm vínculos” entre si. Essa experiência totalizadora é o núcleo da nova identidade militar, e reafirmada cotidianamente através do companheirismo que se desenvolve entre os cadetes nas atividades físicas, nos alojamentos, nos exercícios militares e em outros momentos do dia a dia na Aman. (Castro, 2004: 83, 84)

O regime de internato promove o contato pleno e constante entre cadetes dos diversos anos com oficiais instrutores. Até 2011, o curso tinha duração de quatro anos em Resende/RJ e passou para cinco anos a partir de 2012, sendo que o primeiro ano ocorre agora em Campinas/SP.

A realidade da vida cotidiana está organizada em torno de “aqui” de meu corpo e do “agora” do meu presente. Este “aqui e agora” é o foco da minha atenção à realidade da vida cotidiana. Aquilo que é “aqui e agora” apresentado a mim na vida cotidiana é o *realissimum* de minha consciência. (Berger; Luckmann, 1966: 38, 39)

Esse contato pleno entre cadetes e oficiais instrutores dá naturalidade e realismo ao cotidiano. Ao chegar à Aman, o cadete observa o comportamento dos demais que lá estão e absorve por osmose a cultura militar. Daniela Wortmeyer, capitã psicóloga que trabalhou na Aman e pesquisou cadetes entre 2005 e 2007, observou que a socialização ocorre centrada em torno das práticas mais do que em crenças e valores. Para a pesquisadora, a capacitação dos agentes de socialização também deveria merecer especial atenção, pois nem todos os instrutores observados tinham a real percepção dos objetivos centrais do processo de socialização. Ela indica como desafio a busca enfática dos valores essenciais da organização na condução do processo de socialização, possibilitando maior flexibilidade na atuação dos sujeitos quanto a aspectos superficiais da cultura.

Quem escolhe hoje seguir a carreira das armas no nosso país, em particular ingressando no Exército Brasileiro como oficial de carreira, aprende nas primeiras instruções na caserna que os pilares do Exército são a hierarquia e a disciplina. Logo a seguir, aprende quais são os valores militares. Na lista publicada no *Vade-Mécum* de número dez (VM 10),⁵ outorgado pelo comandante do Exército, constam apenas seis valores, referenciais fixos, fundamentos imutáveis e universais, considerados suficientes para distinguir o perfil que se espera de um integrante da Força Terrestre. Esses valores militares são: patriotismo, civismo, fé na missão do Exército, amor à profissão, espírito de corpo e aprimoramento técnico-profissional.

5 Secretaria Geral do Exército (SGEX). *Vade-Mécum de Cerimonial Militar do Exército: Valores, Deveres e Ética Militares* (VM. 10). 2002.

Diante do exposto, levantam-se as seguintes questões: 1) será que os efeitos da pós-modernidade podem ser sentidos também na carreira militar, no perfil dos seus integrantes? 2) será que o soldado brasileiro mudou e passou a ser incompatível com os valores militares fixos, fundamentos imutáveis e universais?

Para o comando do Exército é certa a definição de “carreira militar”:

A carreira militar não é uma atividade inespecífica e descartável, um simples emprego, uma ocupação, mas um ofício absorvente e exclusivista, que nos condiciona e autolimita até o fim. Ela não nos exige as horas de trabalho da lei, mas todas as horas da vida, nos impondo também nossos destinos. A farda não é uma veste, que se despe com facilidade e até com indiferença, mas uma outra pele, que adere à própria alma, irreversivelmente para sempre. (SGEX, 2002, capítulo 1)

A sociedade brasileira e seus valores

Euclides da Cunha⁶ faz um profundo apanhado da formação da sociedade brasileira destacando aspectos importantes para entendermos os valores cultuados por brancos, negros e índios que habitaram nossas terras a partir de 1500 e nos quatrocentos anos seguintes.

Até o início do século XX, era comum a teoria do determinismo de Taine, segundo o qual o homem era produto do meio ambiente, da raça e do momento histórico. Além do determinismo, Euclides expressa claramente seu racismo, também muito acreditado em seu tempo. Mesmo tendo escrito segundo esses dois princípios abandonados hoje, sua obra é útil para entendermos os valores dos habitantes do Brasil nos seus primeiros quatro séculos.

O autor afirmava que não tínhamos unidade de raça e que nunca teremos. A mistura das três raças: o português branco, o escravo negro e o índio amarelo, dá um tipo desequilibrado, possuidor de rudimentar moralidade resultando no pardo. Ele também escreve acerca do mulato, cariboca, cafuz, sertanejo, gaúcho e jagunço (visão racista).

A variabilidade do meio físico (determinismo do meio ambiente) também é apresentada para mostrar dois Brasis diversos: o do Norte e o do Sul. Surgem histórias distintas para as duas partes. No Norte maior agitação, porém sem fecundidade, no qual os costumes eram importados da Europa, capitânias esparsas, com mesma rotina, amorfas. No Sul surgiam novas tendências, maior vigor no povo que era mais prático e aventureiro, progressista por fim.

Surge a figura do “paulista” como fruto das terras do Rio de Janeiro, Minas, São Paulo e regiões do Sul. Era um tipo autônomo, aventureiro, rebelde, libérrimo, dominador da terra, insurreto, formador das “Bandeiras”. O sulista vivia alheio à luta contra os invasores holandeses do Norte. Sua luta era contra a metrópole portuguesa. Daí surge um aspecto interessante de nossa história que é a ausência de patriotismo como valor, já que, naquele momento, século XVII, não havia sentimento comum entre os habitantes em relação ao Brasil como Nação. Os habitantes do Norte se uniram para combater o batavo, enquanto os habitantes do Sul aproveitaram o momento para buscar autonomia regional, dando o reinado de um minuto⁷ a Amador Bueno. Na visão de Euclides da Cunha, os interesses eram regionais e não

6 Na obra *Os sertões*, publicada em 1902 — segunda parte chamada “O homem”.

7 Quando D. João IV de Bragança assumiu o trono de Portugal, em 1640, no ano seguinte Amador

nacionais. Cabe a comparação dessas ideias apresentadas da obra de Euclides com o texto a seguir extraído do site oficial do Exército Brasileiro sobre sua história:

Em verdadeira simbiose da organização tática portuguesa com operações irregulares, índios, brancos e negros formaram a primeira força que lutou e expulsou os invasores do nosso litoral. Portanto, a partir da memorável epopeia de Guararapes (1648), não havia apenas homens reunidos em torno de um simples ideal de libertação, mas sim, as bases do Exército Nacional de uma Pátria que se confirmaria a 7 de setembro de 1822. (www.exercito.gov.br/01inst/Historia/index.htm)

Continuando a busca para entender os valores da sociedade brasileira na sua formação, é interessante estudar Vianna Moog em sua obra *Bandeirantes e pioneiros*, escrita por esse gaúcho entre 1954 e 1955. No capítulo III descreve a teoria do “mazombo”. Filho de português, porém nascido no Brasil, o mazombo era uma categoria social a que ninguém queria pertencer. Era um brasileiro sem vontade de ser brasileiro. Aliás, o termo “brasileiro” era apelido dado, nos primeiros anos de colonização, ao português que voltava do Brasil para Portugal com fortuna, porém já marcado moral e psicologicamente pelo que viveu no Novo Mundo. Fato semelhante aconteceu com o espanhol, que voltava rico das Índias Ocidentais, sendo apelidado de indiano.

Voltando ao mazombo, o que o caracteriza em termos de valores, ou melhor, a falta de valores, era a ausência de gosto pelo trabalho, descaso por tudo o que não fosse a fortuna rápida, a falta de iniciativa e a falta de pertencimento a grupo ou local. Na verdade, era um forasteiro de alma. Seu sentimento era o de pertencer à Europa, porém seu corpo tinha nascido no Brasil. Esse termo pejorativo de mazombo permaneceu em uso até o início do século XX, caducando depois até o esquecimento, mas os sentimentos de derrotismo, imoralidade, tristeza e indiferença pelas coisas nacionais não desapareceram de todo no brasileiro filho ou neto de português.

É coerente dizer que Vianna não era determinista como o foi Euclides da Cunha. Para Vianna, não existia nada de estrutural ou hereditário em matéria de caráter. O mazombo “era apenas vítima inconsciente de suas heranças culturais” (Moog, 1954: 109).

No capítulo IV intitulado “Imagem e símbolo”, Vianna apresenta ideias dos valores cultuados no Brasil entre os séculos XVI e XX. Partiu da definição de que pioneiro era o homem que cultivava, que construía, que ocupava a terra e permanecia nela e que bandeirante era o extrativista, o que exercia atividades predatórias e depois voltava à sua terra de origem. Vianna mostra que no Brasil a valorização do bandeirante como mito é o que entusiasma. O interessante é que, ao citar os feitos dos bandeirantes, elevam-se características que são do pioneiro. Isso tudo é da menor importância, pois o que vale é o simbolismo da figura do bandeirante. Uma imagem que foi transformada em símbolo. Para Vianna, talvez essa seja a imagem que o brasileiro mais cultua e preza.

foi aclamado rei em São Paulo pelo poderoso partido de influentes e ricos castelhanos, porém o próprio Amador Bueno recusou a honra, e com a espada desembainhada, deu vivas, como leal vassalo, ao rei de Portugal, em quem se restaurava a monarquia portuguesa depois de sessenta anos de União Ibérica.

No Exército, pode-se verificar um exemplo dessa influência cultural. Em São Paulo, na cidade de Barueri, o nome histórico dado ao Vigésimo Grupo de Artilharia de Campanha Leve é “Grupo Bandeirante”. Uma enorme pintura lá existe, na parede do prédio do comando, a figura de um homem sisudo, um bandeirante, vestido com trajes do Brasil Colônia: barba grande, chapéu largo na cabeça, botas nos pés e sua arma, um bacamarte, a tiracolo. A pintura exprime a veneração do bandeirante, que serve para inspirar os militares paulistas pelos feitos daqueles antepassados desbravadores de espírito guerreiro do estado de São Paulo.

A explicação dada por Vianna para a substituição do conceito do pioneiro pelo do bandeirante é decorrente do fato de o bandeirante ter chegado primeiro ao Brasil e sua figura já estava instalada na imaginação popular. A partir daí os atributos positivos do pioneiro passaram para o bandeirante como homem de valor, corajoso, destemido, forte, trabalhador que ama a sua terra. Tudo isso é mito, visto que o brasileiro ainda apresenta traços marcantes do bandeirante, daquele que busca a fortuna rápida, o individualismo exacerbado, a instabilidade social, a devastação dos recursos naturais, antes para atender ao mercado externo que ao interno.

Percebe-se que Vianna leu a obra *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, e no capítulo VI “Sinais dos tempos” critica o conceito de “homem cordial”. Essa crítica é no sentido de que, para Vianna, o homem brasileiro é mais voltado à delicadeza que à cordialidade. O conceito de homem cordial de Holanda será tratado a seguir, mas Vianna concorda que no brasileiro é evidente o que chama de “jeito”, o jeitinho brasileiro. Explica que vem esse “jeito” da necessidade de, no Brasil, vencer-se a natureza tateando, contornando, aguardando as oportunidades, sutilmente. Isso lembra um ditado militar que diz: “Enquanto o mundo gira, o milico se vira!”, no sentido de arrumar um jeito para tudo, de não parar diante de obstáculos. A missão tem que ser cumprida custe o que custar, nisso valendo a criatividade, o jeito.

Agora sim o conceito de homem cordial da obra *Raízes do Brasil* pode ser analisado para a melhor compreensão dos valores do homem brasileiro. Quando se lê o artigo de Rachel Bertol⁸ quando o escritor diz concordar que o termo “homem cordial” é ambíguo e que o real sentido é o de um homem superficial, dado às emoções, às coisas do coração, da esfera do íntimo e não à cordialidade no sentido da amenidade no trato. O homem cordial de Buarque pode até ser mau, já que é indiferente às coisas da lei que contraria suas afinidades emotivas. Uma dessas características do homem brasileiro apontada por Holanda, do homem cordial, é a de ter dificuldade em manifestar uma reverência prolongada ante um superior, que é o respeito à hierarquia, uma das bases do militarismo. Isso talvez possa explicar a dificuldade de alguns brasileiros em seguir a carreira das Armas que exige o respeito aos superiores, à hierarquia.

Em outro trecho da obra, Holanda afirma: “No Brasil é precisamente o rigorismo do rito que se afrouxa e se humaniza.” Há menos de dez anos, a maneira de marchar no Exército foi modificada. Antes era exigido do militar um maior vigor da batida das solas dos pés no

8 Artigo publicado no jornal *O Globo* em 13/7/2002, que trata das entrevistas de Sérgio Buarque de Holanda em 1958 e 1977.

chão, agora o marchar é mais leve e o tocar dos pés no chão deve ser quase natural. Será fruto de décadas de falta de uniformidade, de luta contra uma natureza do homem brasileiro?

Para Roberto DaMatta, o verdadeiro problema sociológico é discutir a diversidade entre as instituições (1997: 34). “O social é, pois, uma espécie de miolo entre o estímulo e a resposta, entre a natureza e o grupo, entre o grupo e a pessoa” (1997: 35). Os valores da sociedade podem tomar forma quando ocorre a conscientização de se focar a atenção sobre um elemento em detrimento de outros. É através do estudo dos ritos que se toma ciência desses elementos para a transformação de algo natural em social. “É pela dramatização que tomamos consciência das coisas e passamos a vê-las como tendo sentido, vale dizer, como sendo sociais.” (1997: 36). Para auxiliar o entendimento de certos termos militares, é coerente apresentar antes:

- O indivíduo como sendo um ser livre, que tem direito a um espaço próprio, igual a todos os outros homens. Esse indivíduo é regido por leis impessoais que funcionam como instrumento de opressão e controle.
- A pessoa é um ser preso à totalidade social à qual se vincula de modo necessário, é complementar aos outros e não tem escolhas, porém goza por ser reconhecido em seus direitos e privilégios.
- O malandro expressa o paradigma daquele que não respeita os valores de autoridade e poder, mesmo os conhecendo, aproveitando-se deles para seu benefício próprio.
- O caxias é aquele das normas, cumpridor das leis, o certinho.
- O renunciador vem do misticismo, das procissões. Ele rejeita todo o sistema e cria seus próprios valores, sua própria vida.

Para dramatizar e expressar os valores do grupo social formado pelos militares do Exército Brasileiro, segue-se um caso real e recente da caserna. Diversos militares compõem as forças de manutenção de paz no Haiti sob o comando da Organização das Nações Unidas (ONU).

Participar de uma missão de paz em outro país é considerado um privilégio para um militar. A oportunidade de pôr em prática certas capacidades só treinadas em exercícios é um grande desafio. É necessário passar por um rigoroso treinamento antes da partida e uma seleção psicológica também. É interessante ver que certos valores militares são colocados à prova durante a missão. Nesse momento, as fragilidades do homem se evidenciam e aqueles que não têm suas escalas de valores em consonância com a atividade a realizar acabam se destacando negativamente perante o grupo. O contato com a miséria de um país desolado pela guerra, a falta de recursos, o calor excessivo, o clima de tensão, o afastamento da família etc, levam o homem ao estresse em vários níveis. Alguns chegam a pedir para voltar antes do prazo previsto e muitos têm dificuldades de adaptação às suas vidas no retorno ao Brasil.

Em janeiro de 2010 o Haiti sofreu com um forte terremoto que vitimou vinte e um brasileiros. Em junho, Ban Ki-moon, secretário-geral da ONU, veio ao Brasil para prestar sua solidariedade aos familiares das vítimas brasileiras. A cerimônia aberta ao público foi precedida de uma conversa do secretário-geral com os familiares das vítimas a portas

fechadas. Essa foi a orientação da ONU previamente passada aos oficiais integrantes da organização militar que sediava o evento. Tudo preparado, ensaiado, testado várias vezes, como é costume militar. Na hora combinada, chega Ban Ki-moon e sua equipe cadastrada. Porém, uma autoridade regional da ONU, que não estava prevista nem autorizada para participar da primeira reunião com os familiares, tentou seguir para o salão sendo barrada por um militar responsável pelo protocolo. O caso gerou certo desconforto, mas cai como uma luva para exemplificar uma expressão que Roberto DaMatta apresenta. Foi perfeitamente audível num raio de dez metros a fala da autoridade que parece ter lido o livro do DaMatta, pois usou todas as letras certinhas ao olhar fixamente para o militar do protocolo e bradar: “Sabe com quem está falando?” Se tivesse cessado aí já estaria bom, mas estamos diante de um caso clássico de embate entre um malandro e um caxias. Eis que o militar do protocolo energicamente responde: “Estou cumprindo ordens. Queira se retirar, por favor!!!” A postura dele era ereta, semblante fechado, braços abertos na horizontal, uma mão espalmada e na outra o indicador mostrando a porta lateral de saída. Quem estava perto parou para ver o desfecho da cena. Alguns segundos depois, sob os olhares do militar e de todos os demais presentes, a autoridade vira-se para a porta lateral e mantém sua pose enquanto caminha em direção à saída. Lá fora, ao ser abordada por outro integrante do protocolo que a conduziria para o local da segunda cerimônia aberta a todos, a autoridade exclama: “Não aceito desculpas. Diga ao seu comandante que estou me retirando agora pela desconsideração manifestada a minha pessoa.”

No episódio narrado, percebemos claramente os papéis de indivíduo, pessoa, malandro e caxias. Ficou faltando exemplificar a figura do renunciador. Momentos antes do embate entre o malandro e o caxias, um repórter fotográfico estava previamente posicionado no local reservado à mídia que faria a cobertura do evento (local para indivíduos). No exato momento em que o secretário-geral estava ao alcance de sua máquina, outro fotógrafo, esse conhecido no meio militar (conceito de pessoa), posicionou-se na linha de visada para tirar fotos com privilégios, impedindo a atuação dos demais fotógrafos e cinegrafistas. Aquele repórter fotográfico, cumprindo seu papel de renunciador, que cria suas próprias regras, não hesitou e gritou em alta voz: “Sai da frente seu filho da #&*\$#!!!!” Diante de tamanha clareza, o outro saiu rapidamente, mas continuou desempenhando seu papel de “pessoa” no restante do evento.

As obras dos autores apresentadas, seus conceitos e ideias, esclarecem e respondem em bom tom as inquietações apresentadas neste capítulo. Convém reforçar a ideia do filósofo Isaiah Berlin (1991) quando refuta a verdade única, destaca-a como utopia e apresenta a pluralidade e o entrelaçamento de valores como possíveis e normais no homem.

A desconstrução do mito do patriotismo entre os brasileiros no século XVII por Euclides da Cunha também merece destaque, pois nos mostra, juntamente com os conceitos de mazombo, bandeirantes e pioneiros de Vianna Moog, a necessidade de entendermos as motivações, os valores dos homens daquela época em busca dos seus interesses pessoais e regionais contra qualquer outro grupo dominador, seja holandês, francês, espanhol ou português.

A falta de rigor em ritos, os conceitos de cordialidade, indivíduo e pessoa, presentes nas obras de Sérgio Buarque de Holanda e Roberto DaMatta, esclarecem a dificuldade de os brasileiros evidenciarem certos valores cultuados na caserna.

Podemos acrescentar, além da visão de Holanda e DaMatta, outra descrita por um militar. Esse foi Jarbas Gonçalves Passarinho, que trilhou a carreira de oficial do Exército até ao posto de tenente-coronel de Artilharia quando passou à política assumindo o cargo de governador do Pará em 1964. Ele escreveu acerca da liderança militar em livro editado pela Biblioteca do Exército (Passarinho, 1987). Desse livro podemos extrair uma visão de como a oficialidade do Exército percebia os soldados brasileiros dos anos 1980, ou seja, uma visão crítica de uma parcela da juventude brasileira daqueles tempos. Passarinho diz do soldado e, generalizando para o brasileiro, constata que são faltos de civismo. Atrela essa falta de civismo à falta de estudo formal. Diz que neles não há garbo. Segundo ele, falta, nos soldados e até nos cadetes, gosto pela apresentação pessoal. Já a iniciativa, o desprezo pelo perigo e bom humor eles possuem, além de companheirismo e espírito crítico. Destaca que o sentimento de independência é marcante, cabendo ao líder granjear-lhes a confiança para depois obter seguidores fiéis. Passarinho constatou que o tipo de líder ideal para comandar soldados brasileiros é o do tipo persuasivo, já que o autoritário não teria sucesso diante desse tipo médio de homem brasileiro que conseguia perceber.

A fim de dar luz à pluralidade e evitar a fixação de valores perenemente ao homem, qualquer que seja seu grupo, convém citar Immanuel Kant: “Do madeiro tão torto do qual é feito o homem nada de totalmente reto pode ser talhado” (Berlin, 1991: 27).

Teorias do Brasil

O estudo das teorias do Brasil é útil para a organização dos conceitos basilares desta pesquisa. As perspectivas que as ciências sociais utilizam para clarificar o processo de formação e evolução do Brasil são particularmente importantes para entendermos o Exército Brasileiro como instituição que tomou forma junto com o Estado, participando dos principais acontecimentos históricos nacionais.

Uma das matrizes das ciências sociais para o entendimento do Brasil está posta pela dicotomia entre ordem burguesa e liberalismo político.

Em livro editado em 1978, Santos apresenta o surgimento das ciências sociais no Brasil que têm se desenvolvido sob a influência de dois processos que descreve como sendo o primeiro de absorção e de difusão interna dos avanços metodológicos gerados nos centros culturais no exterior e o segundo processo como sendo os estímulos produzidos no Brasil pelo desenrolar da história econômica, social e política. Ele ressalta que o importante é a forma como é absorvida e difundida a produção estrangeira e o tipo de interação existente entre os eventos sociais e a reflexão científica.

Na gênese do nosso país como Colônia, era Portugal que ditava a forma de absorção e difusão da produção intelectual estrangeira que aqui chegava. Desse fato decorre a importância de se perceber o momento histórico pelo qual passava aquela metrópole. Esse período, conhecido como a Segunda Escolástica Portuguesa, caracterizou-se por ser fiel à Contrarreforma e por se fechar às conquistas do conhecimento do mundo moderno. As influências jesuíticas é que marcaram profundamente o universo cultural do Brasil Colônia. Somente com a reforma universitária promovida pelo Marquês de Pombal e a reação anti-escolástica ocorrida em Portugal é que as influências se transformaram, os jesuítas foram

expulsos do Brasil e da metrópole e uma primeira geração de cientistas fez-se perceber em terras brasileiras. Para Santos, esses primeiros cientistas brasileiros formularam o projeto de independência nacional.

Com a chegada da Família Real ao Brasil em 1808, a abertura dos portos e a criação da Imprensa Régia, revogam-se as proibições para a impressão e circulação de livros, jornais e revistas, criam-se as Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia, a Escola de Belas Artes e a Academia Militar. Após a independência em 1822, criaram-se as Faculdades de Direito de Olinda, Pernambuco e São Paulo que formaram os centros de discussão do pensamento científico, econômico, social e político brasileiro. Somente em 1919 é que surge a Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro e, em 1933, em São Paulo, é organizada a Escola Livre de Sociologia e Política.

Santos salienta que o longo período que vai da independência até a década de 1930 deixou os intelectuais brasileiros desprovidos de instituições especializadas na absorção, geração e difusão de conhecimentos sociais. Conclui-se que a produção intelectual de conhecimentos sociais no Brasil teve pouco impulso até 1930.

A evolução das ciências sociais resulta, para Santos, da junção de dois processos:

[...] por um lado, é necessário que a sociedade seja suficientemente complexa para que se torne exigência objetiva a constituição de um saber capaz de permitir a intervenção racional nas interações sociais; de outro, é também indispensável que a disciplina já se tenha de tal modo desenvolvido que possa responder ao desafio e às exigências do processo social. (Santos, 1978: 28)

No Brasil essa conjunção de processos só ocorreu após a abolição da escravatura, do surgimento da sociedade de classes e da absorção dos métodos e técnicas do trabalho científico moderno.

Seguindo a análise cronológica do autor, mostra-se o fim da Guerra do Paraguai (1870) por ser um marco importante no qual se viu o surgimento de

[...] um exército nacional relativamente organizado, com o prestígio de haver vencido uma guerra, e conseqüentemente credor da gratidão nacional, e vulnerável a pregações modernizadoras, especialmente aquelas que contemplassem um regime onde a ordem, a disciplina, e evidentemente seus garantidores fossem prezados e cultivados. (Santos, 1978: 37)

Esse período pós-guerra também é marco da influência positivista sobre os militares, principalmente no Norte do país.

A década de 1920 é marcada pelas obras de Oliveira Vianna e Gilberto Freyre que elaboram uma extensa e complexa agenda de problemas, tais como os de raça, as funções do Estado, os limites do privatismo e a legitimidade do poder público.

Mil novecentos e trinta e a revolução aparecem até a década de 1970 como o núcleo de problemas a serem resolvidos teórica e praticamente. A significação da revolução envolve

os militares e a relação destes com as demais forças sociais. O tenentismo, os movimentos de 1935 e 1938, surtos comunistas e integralistas mostram a violência como tema no processo político.

Apesar da ausência de sistematização acadêmica, até a década de 1930, diversos autores solidificaram o repertório de problemas nacionais mediante classificações das mais diversas e podem até hoje ser utilizados para entender o Brasil. Eram conservadores, outros eram autoritários, integralistas, católicos, indecisos, revolucionários ou somente inquietos.

Esse processo de análise dos problemas brasileiros sofreu ruptura quando do golpe de Estado de 1937 que paralisou, pela propaganda e coação, a atividade intelectual vigente. Alguns intelectuais chegaram a ser presos e as ideias que defendiam trocaram de lugar com as doutrinas oficiais.

A ruptura só teve fim com a queda de Vargas em 1945. Somente após isso houve a retomada da atividade intelectual no Brasil, alimentada pelos investigadores e cientistas sociais formados nas Faculdades de Filosofia e Escolas de Sociologia nacionais.

Na busca por explicar o caminho percorrido no Brasil pelas análises sociais, Santos aponta a dicotomia entre liberalismo e autoritarismo como o aspecto marcante das análises no período da década de 1930. A dicotomia se explica pela forma especial de se perceber o conflito político.

Tal percepção dicotômica não se viu nas análises do período anterior, no qual os intelectuais registravam os movimentos políticos bem-sucedidos. Para esses, a política era vista “como permanente disputa pelo poder, empreendida por homens hábeis e experientes, onde o conteúdo específico de orientações políticas alternativas é avaliado segundo os resultados tático-políticos que produz” (Santos, 1978: 42).

No período conhecido como Primeira República (1889-1930), os militares faziam parte da classe mais baixa da sociedade, juntamente com funcionários, comerciantes e trabalhadores da indústria. A classe superior era formada pelos industriais e proprietários de terras. A quebra do monopólio político vigente à época, somada ao crescimento da pequena burguesia, formou o cenário necessário para os levantes militares de 1922, 1924 e 1926, culminando com a revolução de 1930.

O autor procura explicar a década de 1930 e as seguintes conforme destacado a seguir:

O paradigma que está por trás de todas as análises da década de 1930 e seguintes é também o da ordem burguesa. É esta concepção de organização social que permite identificar dicotomias e, particularmente, que permite sugerir regras de ações para reduzi-las. (Santos, 1978: 54)

O estudo dessa obra de Wanderley Guilherme dos Santos mostra que a ordenação do pensamento político e social brasileiro pode ser visto por diversos ângulos, porém o importante é reter que não existe uma história única de ideias políticas e sociais no Brasil.

Em outra obra, datada de 1970, Wanderley Guilherme dos Santos procura apresentar a política brasileira vigente na década de 1970 a partir do que considera o esforço de expressão de avaliações de alguns homens com aguçada percepção e que gozavam de certo poder

de influência sobre a opinião pública, porém não utilizavam métodos científicos nas suas análises. O autor explica que talvez eles não dispusessem de tempo ou habilidade para desenvolverem pesquisas cuidadosas e tentaram racionalizar os acontecimentos políticos para suas audiências. Esses analistas eram normalmente jornalistas políticos, altos burocratas, economistas e líderes políticos.

A imaginação política, portanto, é aquele primeiro laboratório onde as ações humanas, não importa se significantes ou insignificantes, relacionadas ou não umas às outras, entram como matéria-prima, são processadas e transformam-se em história política. Os principais determinantes que constituem a imaginação política são: premência de tempo, dados heterogêneos e fragmentados, disposição interior e perícia pessoal. (Santos, 1970: 138)

O reflexo de toda essa imaginação política é sentido no comportamento político dos públicos influenciados, suas ações, movimentos e escolhas políticas futuras.

Para exemplificar como ocorre a formação de uma imaginação política, Santos se vale das análises dos formadores de opinião dos acontecimentos ocorridos em 1964.

Ele separa os formadores de opinião que escreveram sobre 1964 em dois grupos: os que eram contra o movimento e os que eram a favor. Três anos após o movimento já era possível separar 114 textos desses dois grupos.

Novamente caímos na forma dicotômica de análise dos fatos sociais e políticos que já foram explicitados no texto anterior de Wanderley Guilherme dos Santos.

Outro autor, Bernardo Ricupero, propõe-se a mostrar as diversas interpretações do Brasil no período compreendido entre a Proclamação da República (1889) e a década de 1930, que corresponde ao pleno desenvolvimento da universidade nacional. Ele se pergunta o motivo pelo qual essas interpretações não ocorreram antes e nem se desenvolveram com o mesmo impulso depois desse período traçado em sua análise.

A explicação que dá à primeira dúvida é que entende como normal o fato de os intelectuais, após a independência, estarem preocupados em descrever a emancipação mental, em formar uma crítica literária propriamente brasileira e uma historiografia nacional. A escravidão também foi obstáculo para as ciências sociais no Brasil antes da República, já que havia certo acordo tácito para que esse assunto fosse deixado de lado e os assuntos que tomavam conta da literatura eram os mandos e desmandos do imperador, a centralização e a descentralização política.

A segunda pergunta é explicada pelo autor com o argumento de que a universidade mudou o padrão de reflexão sobre o país. A prevalência de ensaios foi substituída por monografias acerca de temas específicos, acarretando perdas no sentido de obliterarem a compreensão de como esses temas são inseridos num quadro mais amplo e vantagens no sentido de que os trabalhos apresentavam maior rigor científico.

Convém ressaltar que essa obra de Ricupero localiza claramente no tempo a evolução das interpretações do Brasil, consoante o que foi apresentado anteriormente por Wanderley Guilherme dos Santos.

Antonio Marcelo J. F. da Silva (2005) escreveu sua tese de doutorado acerca dos escritos de Tavares Bastos, que pode ser utilizada para bem esclarecer o pensamento liberal brasileiro.

A ideia de indivíduo que Tavares Bastos possuía é a seguinte: a forma como o indivíduo age está condicionada pela maneira como ele se insere no meio social. Ele compreendia o conjunto das ações individuais como reflexo daquilo que fora produzido historicamente pelo social, tanto de maneira positiva quanto de maneira negativa. A ideia de liberdade é o que Bastos defende.

Ao analisar o conceito de poder político segundo Rousseau, Bastos declara que a forma como foi estabelecido, distorceu o fundamento original, tornando-se necessário um novo pacto em que a soberania residiria unicamente na vontade geral. Para Tavares Bastos esse poder no Brasil tornou-se corrupto em virtude da maneira como a propriedade foi tratada desde o início como exemplo de desigualdade entre os que detêm a propriedade e os outros desprovidos. O modelo jurídico-político foi construído de tal maneira que os direitos e obrigações civis serviriam para apenas uma parcela da sociedade, sem causar estranheza nas outras parcelas, que consideravam isso tudo muito natural.

Este é o meio que pode explicar como é o indivíduo que nele nasce, vive sem ter um espírito público e ao mesmo tempo é permissivo em relação ao escravismo.

Tavares Bastos, portanto, não defendia um modelo de liberalismo anglo-saxão, pois, acreditando na influência do meio para formar o indivíduo, admitia a tese de que o Estado poderia, de cima para baixo, suprir essa ausência de liberdade dos indivíduos, sendo esta a única alternativa para o caso brasileiro. Bastos concorda com Rousseau em que o Estado precisa ser forte para reduzir a desigualdade entre os homens.

Para Tavares Bastos a reforma do Estado seria o caminho para se consertar a maneira incorreta e promíscua da sociedade tratar com as instituições políticas. O caminho seria a despolitização do poder público, a profissionalização do funcionalismo e o enxugamento da máquina estatal, visando tão somente a funcionalidade da própria máquina.

Eduardo Raposo (2008) escreveu artigo que esclarece como ocorreu a formação e o caráter do Estado Brasileiro a partir da discussão das desigualdades encontradas nas relações existentes na moderna sociedade brasileira. Para o autor, existe um paradoxo na formação das instituições públicas brasileiras que advém dos temas de modernidade difundidos da Europa protestante e também dos países que sofreram as consequências da Revolução Francesa em contraste com as influências ibéricas e seu controle político na base de construção dos estados no Brasil.

Esse paradoxo explica a existência de duas tradições no Brasil que se enfrentam em um movimento oscilatório constante com o objetivo de consolidar as instituições políticas nacionais segundo seus interesses. Uma tradição visava a democracia, o desenvolvimento econômico e a justiça social. A outra tradição visava usar as instituições públicas como moeda de troca em barganhas corporativas e negociações políticas.

É este sentido paradoxal que procuro atribuir à expressão “Leviatã-ibérico”, Leviatã, como metáfora hobbesiana das sociedades que se organizaram politicamente a partir de um pacto que transferiu para o Estado atribuições e compromissos, fazendo-o responsável pela ordem e pela segurança pública. (Raposo, 2008: 60)

A respeito do Estado brasileiro, acrescenta Eduardo Raposo, um aspecto central e inicial deve ser destacado: foi forjado no curso de sua história sob a influência de tradições civilizatórias diferentes e mesmo paradoxais, o que trouxe características e consequências que se desdobram até o dia de hoje. Em sua fase colonial, sofreu a fortíssima influência da metrópole portuguesa que era gerida por um Estado na luta de retomada de controle sobre populações e territórios que estavam nas mãos dos árabes há sete séculos. Portugal, que foi o primeiro país a surgir no mundo moderno, já no século XII, nunca teve seu Estado regulado e limitado pela atuação dos grupos de comerciantes e de religiosos que, cada vez mais fortes e independentes, surgiram nos países da Europa continental. Essa situação de força do Estado e de falta de projetos alternativos por parte de outros grupos sociais marcou toda a história portuguesa tendo transbordado para as terras brasileiras como efeito da colonização aqui implantada. Raposo é incisivo ao referir-se à influência ibérica na formação da identidade da América Latina como sendo fruto desse paradoxo entre a busca pela dominação pura e a realização dos objetivos da modernidade burguesa.

No Brasil fica evidente para Raposo que essa cultura híbrida tenha influenciado a formação de nossas instituições públicas que se caracterizam por serem hierárquicas, corporativas e patrimoniais.

Os anos da década de 1930 também trazem fortes consequências para a formação das instituições nacionais brasileiras, pois a industrialização que se propagou por aqui foi sob a tutela de um Estado forte que controlou as atividades estratégicas, os orçamentos e um considerável funcionalismo público, além da criação e controle sobre conselhos e associações patronais.

A prosperidade advinda do desenvolvimentismo instaurado na Nova República propiciou oportunidades de ganho para os grupos aliados aos governantes. O controle político passou a ser objetivo de conquista, já que representava também o poder para transformar as instituições políticas de acordo com os interesses particulares, enquanto que os demais grupos tentavam desestabilizar essas instituições que os excluía.

Esta dinâmica fez oscilar permanentemente as identidades e atribuições das instituições públicas nacionais à mercê das pressões e dos interesses das diferentes coalizões políticas que se alternavam historicamente no poder. (Raposo, 2008: 62)

Assim, a instabilidade da vida política nacional desenvolveu-se em simbiose com o Estado corporativo que então estava sendo constituído, Estado que, tendo sido o principal estrategista da modernização nacional, consolidou uma sociedade estratificada e hierarquizada. Tais aspectos foram decisivos para a formação social, política e institucional do Brasil moderno. (Raposo, 2008: 63)

Essa instabilidade é a manifestação que melhor sintetiza a ambiguidade do Estado constituído no Brasil, Estado que distribuiu desigualmente os resultados da modernidade que, sob sua liderança, se instalou no país. Tal ambiguidade nos remete a outros paradoxos da formação social e institucional brasileira, cunhados pelos seus principais intérpretes – como atraso e modernidade; centro e periferia; público e privado; desenvolvimento e subdesenvolvimento; estatismo e liberalismo; ordem

oligárquica e ordem burguesa; democracia e hierarquia; iberismo e americanismo; desenvolvimento nacional e desenvolvimento global –, que procuram chamar a atenção para nosso hibridismo civilizatório. Estas tensões precisam ser compreendidas para ajudar a explicar o que é o Brasil. (Raposo, 2008: 63)

Essas três citações acima esclarecem a opinião do autor acerca da formação das instituições das instituições públicas nacionais, do padrão político que vigora dos anos 1930 até os dias de hoje e o tipo de formação social que se instalou no país.

No capítulo seguinte de sua obra, Raposo trata das origens e processos. Descreve sobre a formação do Estado forte francês e dos Estados fracos, o inglês e o norte-americano, perante suas sociedades civis. Explica que o feudalismo não chegou a deixar herança considerável nos países ibéricos, o que trouxe consequências diretas para o tipo de centralização e desenvolvimento das instituições desses países e influenciou na formação das instituições dos países que colonizaram na América. Essa forte centralização é vista como considerável obstáculo para a consolidação da democracia, como presenciamos na história de nosso país e nos demais do continente.

Tal como vimos nas interpretações de Wanderley Guilherme dos Santos, Raposo também ressalta a reforma pombalina (1755-1777) como importante marco na trajetória política de Portugal e também do Brasil no sentido da modernidade.

A independência do Brasil realizada por um português manteve a centralização do poder do Estado sobre a sociedade civil. A Constituição promulgada em 1824 era unitária e centralizadora. Outro fato importante dessa época para entendermos a formação da identidade do Exército Brasileiro, está na militarização da Guarda Nacional que foi possível através da Lei Interpretativa do Ato Adicional que entrou em vigor em 1841. Os poderes locais foram aniquilados e a autoridade das assembleias das províncias foi limitada.

Apoiado em Schwartzman e Weber, Raposo evidencia o patrimonialismo no Brasil como decorrência normal de um Estado formado sem a presença de revoluções burguesas. Luiz Werneck Vianna também é citado por Raposo como sendo partícipe dessa constatação de que o patrimonialismo é um dos principais traços de nossa formação.

O corporativismo no Brasil é evidenciado por termos um Estado que concede o monopólio a algumas entidades para representarem interesses de grupos da sociedade, sendo este um corporativismo do tipo estatal no qual as subunidades territoriais estão muito subordinadas ao poder da burocracia central.

O hibridismo da formação social brasileira fica claro para Raposo após apresentadas suas duas argumentações anteriores. A primeira argumentação vem das raízes ibéricas com suas características de centralismo, patrimonialismo e corporativismo. A segunda argumentação é a do desenvolvimento de uma agenda moderna, voltada para a democracia e para o desenvolvimento.

É significativo e peculiar que tal hibridismo, presente em diferentes interpretações sobre a formação brasileira, tenha resistido e se adaptado a todos os períodos de nossa história recente, transformando-se em uma marca da nossa sociedade. (Raposo, 2008: 75)

Tivemos no Brasil diversos períodos de crescimento econômico, de desenvolvimento industrial, de modernização, democratização e redemocratização, sem deixarmos de perceber também que ocorria a prática da desigualdade e da exclusão. Essa característica híbrida do nosso Estado nos coloca em crise diante do desafio de uma realidade global em transformação.

A formação da instituição Exército Brasileiro

Para entendermos o Exército Brasileiro, sua formação e desenvolvimento, utilizaremos a concepção da perspectiva organizacional adotada por Edmundo Campos Coelho. Wanderley Guilherme dos Santos prefacia a obra de Coelho dizendo que, talvez não deliberadamente, a percepção tradicional foi subvertida e a história política do Brasil foi vista sob um novo ângulo, o da evolução da organização militar. Para Santos

[...] o fio condutor da análise consiste em abordar o comportamento do Exército Brasileiro – ao longo da História – como expressão do estágio de amadurecimento, complexidade e peso social relativo em que se encontrava, a cada momento, o próprio Exército, enquanto organização complexa. (Coelho, 1976: 9)

Coelho sugere que três processos conexos marcam a evolução do Exército dentro de um lapso temporal que vai da proclamação da Independência até 1976 quando ele escreveu sua obra. O primeiro processo refere-se ao grau de interesses e necessidades da própria organização como fatores de seu comportamento político; o segundo processo é o crescente grau de autonomia nas relações com outros segmentos da sociedade; e o terceiro processo caracteriza-se pelo progressivo “fechamento” aos influxos da sociedade civil.

A análise dos momentos iniciais da formação do Exército como instituição no período da Independência do Brasil leva a percepção de que havia uma sensível ação ostensiva, desenvolvida por políticos da época, chamada de política de erradicação. Essa política de erradicação caracterizou-se por ser uma forma violenta, durante o Primeiro Império, de hostilização contra a existência de uma força armada permanente e profissional. Durante o Segundo Império e a República Velha essas ações hostis foram dissimuladas, porém permaneceu a marginalização, sob formas mais prudentes, tais como a cooptação das lideranças militares. A origem talvez seja a natural repulsa nutrida na população pelas tropas coloniais portuguesas que eram repressoras e violentas. Soma-se a essa repulsa a característica da oficialidade do Exército que era formada de “brasileiros adotivos” leais ao imperador e, só depois dele, leais à nação brasileira que começara a existir. Naquele período de Independência vivia-se o espírito antimilitar liberal. Coelho cita um pronunciamento de um parlamentar durante a Constituinte de 1823:

Desde que as nações passaram a ter forças militares regulares e disciplinadas, elas foram escravizadas, porque as corporações que vivem debaixo de leis tão duras e despóticas, como são os regulamentos militares, que interesses podem ter de que outros cidadãos gozem de legislação mais doce e fácil... Esse bem não chega para o soldado, eles não têm, pois, interesse em que ela exista. (Santos, 1976: 38)

A classe política do Império nunca se acomodou com a existência de um Exército nacional. Para eles deveria existir uma milícia civil e regional, formada por cidadãos-soldados. Uma das consequências desse incômodo é percebida pela redução drástica dos efetivos do Exército em 1831, que passou de cerca de 30.000 homens para pouco mais de 14.300. Com a exceção do período da Guerra do Paraguai, somente após a proclamação da República é que os efetivos do Exército voltaram aos níveis de 1830.

Naquele período não era apenas a classe política que tinha preconceito contra os militares. As formas violentas com que ocorria o recrutamento militar, o tratamento desumano, os constantes castigos físicos e o atraso de até dois anos no pagamento dos soldos promoviam na classe das massas uma imagem de que os militares eram grosseiros e violentos. Essa imagem negativa do Exército prevaleceu no seio da sociedade brasileira até os anos 1930. A carreira militar só atraía aqueles jovens com tradição militar na família e os que não tinham alternativa de emprego. Toda essa política de erradicação provocou certa hibernação na caserna. O Exército acabou por se ajustar ao cenário negativo e adaptou-se para continuar existindo. O retraimento à rotina dos quartéis por mais de meio século foi a saída encontrada.

A história nacional tem descrito a questão militar como uma das razões para a proclamação da República. Segundo Coelho, a perspectiva do Exército pode ser formada pelas suas aspirações frustradas, por uma crise de liderança, por clivagens internas e, por fim, pela democratização do Exército. Quando Coelho fala das aspirações frustradas, fala do desaparecimento e do treinamento deficiente que na caserna se intensificou após a Guerra do Paraguai quando os recursos financeiros minguaram para as Forças Armadas. A crise de liderança surgiu após a morte do Duque de Caxias em 1880. Coelho faz a seguinte citação: “no auge da questão militar escreveu Deodoro a Cotegipe, a respeito dos repetidos fatos tendentes à humilhação da classe militar, que ‘se ainda vivesse Caxias, fatos de tal natureza certamente não se dariam’”(Coelho, 1976: 49). Com a morte de Caxias, os militares sentiram que o Exército estava acéfalo e desprotegido. As clivagens internas estavam por conta de dois grupos que perseguiram objetivos diferentes. O grupo dos militares mais antigos queria ver a honra da corporação restabelecida, enquanto o grupo dos jovens oficiais queria a derrubada do regime monárquico. Não havia unidade de pensamento e isso ficou evidente durante a República Velha. A democratização do Exército ocorre depois da morte de Caxias, que foi considerado um líder carismático que tinha acesso aos subordinados, mas, como todo líder desse tipo, não lhes era acessível. Para Coelho, a facilidade com que os oficiais subalternos acessavam Deodoro e as demais autoridades militares levanta a suspeita de que, livre da influência da democratização, dificilmente Deodoro teria optado pela alternativa de deposição da monarquia.

A ascensão militar ocorre com a proclamação da República e significou para o Exército o rompimento da relação de dependência absoluta da sociedade civil, já que passava a ser detentor do poder. Esse momento de individualização da instituição também marca a consciência de que era necessária a aquisição de uma identidade para o Exército.

Com a proclamação da República, este sentimento de individualidade manifestou-se, sobretudo entre os oficiais “científicos”, sob a forma de uma aguda consciência de sua condição militar e da existência do Exército como entidade única e distinta

da sociedade brasileira. [...] O nascer desta autoconsciência e autoestima militares, não fora, entretanto, acompanhada da criação de instituições, valores e ideais e de perspectivas propriamente profissionais, isto é, de um *caráter militar* distinto. [...] elas terminaram por servir quase que exclusivamente à função de fornecer aos oficiais, individualmente, uma autoimagem lisonjeira que os compensava dos vexames e privações anteriores. (Coelho, 1976: 65, 66)

Para Coelho, faltou aos militares uma liderança de tipo institucional, com a presença de uma perspectiva sistêmica que deixasse de fora oportunismos e vantagens de curto prazo, em prol de políticas de médio e longo prazo para transformar a organização em instituição na consciência de seus membros.

Entre os militares permaneceu o mito da função moderadora presente no período imperial. Os militares nutriram um sentimento de que a sociedade brasileira precisava se regenerar por ação até mesmo ditatorial.

A classe política que retoma o poder com a eleição de Prudente de Moraes, sucedendo o marechal Floriano Peixoto, fez a cooptação de lideranças militares através da coparticipação no mando político e das benesses dos cargos burocráticos da administração militar. A decorrência refletiu-se nas precárias condições de funcionamento do Exército, com equipamentos deficientes, armamento obsoleto, falta de munição para treinamento, baixas condições de vida nos corpos de tropa para os militares não cooptados pela classe política.

O Exército mostrara-se, durante as campanhas de Canudos, incapaz de desempenhar com eficiência até mesmo a sua função constitucional menos questionável, a de defesa da ordem interna. Os sucessivos fracassos na luta contra os sertanejos de Antonio Conselheiro atingiram fundo a já abalada credibilidade na competência profissional do Exército. (Coelho, 1976: 75)

O marco do início da virada do Exército em busca de sua profissionalização ocorreu durante o governo de Hermes da Fonseca (1910-1914). O cenário foi marcado pela Revolta da Chibata (1910) e pela Guerra Santa do Contestado (1912). Naquele clima de insatisfações dentro dos quartéis um grupo de jovens oficiais foi mandado estagiar no Exército alemão. Na verdade foram três grupos distintos enviados à Alemanha. O primeiro grupo em 1906, o seguinte em 1908 e o último em 1910. Esses grupos, que foram pejorativamente chamados de “jovens turcos”, deram início a uma campanha de aperfeiçoamento profissional que mudaria o Exército. A atuação dos grupos ameaçava aqueles oficiais que recebiam privilégios que não fossem pelo merecimento profissional. Foram muito hostilizados por oficiais superiores, abalados em seus interesses individuais, já que recebiam privilégios advindos da cooptação de políticos civis. Já entre o grupo dos oficiais subalternos, as ideias dos jovens turcos tiveram plena repercussão. Beirando a utopia, os jovens turcos idealizavam a promoção das reformas e o aperfeiçoamento militar apesar das regras do jogo político.

Em suma, a concepção de um Exército Brasileiro apolítico era a de uma organização desvinculada de seu contexto societal, idealizada na identificação de seus interesses

com os interesses nacionais, impermeável aos conflitos no seu meio ambiente. A artificialidade desta concepção foi comprovada quando os mais ardentes de seus divulgadores, os jovens turcos, viram-se eles próprios, no centro de conspirações políticas. (Coelho, 1976: 81)

Durante a década de 1920, intensificaram-se as mudanças no Exército pela modernização e profissionalização. Uma missão militar francesa foi recebida no Exército Brasileiro e deu impulso às mudanças, em meio aos movimentos tenentistas (1922 e 1924) que eram inspirados pelo desejo de “alterar aspectos do regime que constituíam um obstáculo real à formulação de uma política militar ajustada às aspirações dos quadros mais profissionalizados e modernizantes do Exército” (Coelho, 1976: 87). Esse movimento tenentista mostrou-se, mais uma vez, um esforço em busca de melhorias de curto prazo. As reivindicações giravam em torno dos problemas imediatos e as questões da organização militar tornaram-se secundárias. Alguns expoentes dos movimentos tenentistas alcançaram cargos políticos e, como nos primeiros anos da República, acomodaram-se a ponto de serem domesticados pela classe política. O que restou de positivo desse movimento foi o fim da velha elite militar e a ascensão dos oficiais mais competentes formados dentro da concepção da missão militar francesa.

A importância dos jovens turcos e da missão militar francesa atribuída por um civil, cientista social, Edmundo Campos Coelho, é corroborada por Jeovah Motta (2001), coronel do quadro de Estado-Maior que serviu ao Exército por 37 anos e especializou-se na formação da oficialidade da instituição. Motta escreve o que está citado a seguir:

Depois do Marechal Hermes, como ministro e presidente (1907-1914), tivemos a guerra na Europa e novo Governo. Dois fatores atuavam então, favorecendo a ação do novo ministro, general Caetano de Farias: a própria guerra, com o seu clima propício às iniciativas no campo da administração militar, de um lado, e do outro, a ação dinamizadora dos oficiais que haviam estagiado na Alemanha. Embora pouco numerosos, esses oficiais se fizeram muito atuantes, já nos gabinetes de comando, já através de *A defesa nacional*, em cujas páginas os problemas eram lançados em tom persuasivo e vibrante. (Motta, 1998: 221)

O ano de 1919 foi para o Brasil, administrativamente, um ano tampão [...] mas para o Exército foi tempo muito produtivo, graças à ação de um ministro muito capaz e operoso, o general Alberto Cardoso de Aguiar. A guerra vinha de terminar, os seus ensinamentos ainda estavam sendo compendiados. O ministro agiu célere, [...] deixou de sua ação traços marcantes, dentre eles se destacando o contrato da Missão Francesa, para instruir o Exército e assessorar o Estado-Maior, as encomendas de aviões e armamento, a reorganização do quadro de oficiais, o enquadramento das escolas militares num esquema geral coerente. [...] A Missão Francesa há dois anos estava no Brasil e já conhecia muito bem os diversos aspectos peculiares à nossa situação militar. (Motta, 1998: 222)

Motta destaca três reformas marcantes no Exército. A reforma de Hermes em 1908, que resultou nas ações dos jovens turcos, a polêmica reforma Caetano de Faria em 1915 e a de 1921 do ministro Calógeras, que serviu para assinalar o ingresso do Exército na era moderna em relação aos aspectos de organização, ordem de batalha e comando.

Com essas colocações acerca das reformas e suas datas, percebemos que Motta e Coelho, um militar e o outro civil, analisam o Exército de forma semelhante e nos dão uma base sólida para percebermos que a instituição começou a formar sua identidade como é reconhecida até hoje não antes da segunda metade da República Velha.

Encerrada a República Velha (1930), a consolidação do Exército como instituição passava pela necessidade de se atingirem níveis inéditos de coesão interna para atender às necessidades do Estado Novo. Nesse período, portanto, surgem com maior clareza os traços mais marcantes da identidade do Exército Brasileiro com a adoção de uma doutrina militar de efeitos duradouros.

Em parte, a eficiência da doutrina no que diz respeito à identidade do Exército deveu-se à forma pela qual sua liderança absorveu e reinterpretou para consumo do espírito militar o impacto da Revolução Constitucionalista de 1932, da II Grande Guerra e, sobretudo, da Intentona Comunista de 1935. Pois se a Intentona estimulou a coesão militar, a doutrina deu-lhe um propósito. (Coelho, 1976: 98)

Em outro ponto marcante Motta e Coelho concordam que devem-se à importância das reestruturações impetradas pelo general Pedro Aurélio de Góes Monteiro como ministro da Guerra entre 1934 e 1938. Góes Monteiro foi reconhecido por sua capacidade intelectual e técnica. Motta escreve sobre Góes Monteiro o seguinte:

Imaginou, então, notabilizar-se na gestão de sua pasta realizando administração renovadora, com toques de modernidade e de ineditismos. [...] E, para seus propósitos, cercou-se de um brilhante grupo de oficiais, filhos diletos da Missão Francesa, e ávidos por uma reestruturação geral do Exército. Do irrequietismo ministerial e das concepções desse grupo nasceria, em 1934 e 1935, um conjunto de leis que, de fato, colocariam sob outros moldes a nossa estrutura militar. (Motta, 2001: 227)

De igual modo, Coelho destaca a importância de Góes Monteiro para a reestruturação do Exército:

O que chamaremos de doutrina e política militar da época foi obra intelectual deste homem do qual se disse, significativamente, que “já era general desde tenente”. [...] O que de imediato distingue o pensamento de Góes Monteiro é a total ausência dos usuais clichês e lugares-comuns que em todas as épocas, sobretudo nas de crise, os chefes militares utilizam para ocultar divergências e clivagens internas ou para consumo diário do espírito militar. [Coelho cita Góes Monteiro] “Sempre achei que vivemos num país que, a despeito das aparências em contrário, tem uma espécie de

repulsa pelo espírito militar, sendo que, desde os tempos coloniais, o que tem prevalecido nas organizações *soi-disant* militares é o espírito miliciano ou pretoriano e não o verdadeiro espírito do soldado.” (Coelho, 1976: 100, 101)

Na sua simplicidade aparente de ideias, Góes Monteiro foi, segundo Coelho, o primeiro militar a expor uma concepção coerente e global entre o Exército e a sociedade civil. As concepções anteriores procuravam colocar o Exército em semelhança com a sociedade civil e seu espírito. O pensamento de Góes Monteiro dava uma dimensão própria do Exército – uma identidade. Coelho destaca esse pensamento citando a fala do próprio ministro:

[...] sendo o Exército um instrumento essencialmente político, a consciência coletiva deve-se criar no sentido de se fazer a política do Exército, e não a política no Exército... A política do Exército é a preparação para a guerra, e a esta preparação interessa e envolve todas as manifestações e atividades da vida nacional, no campo material [...] e no campo moral, sobretudo no que concerne à educação do povo e à formação de uma mentalidade que sobreponha a tudo os interesses da Pátria. (Coelho, 1976: 103)

Essa identidade do Exército passa a ser reconhecida pela sociedade ao passo que um sentimento de solidariedade militar passa a vigorar na caserna, fruto das reestruturações que sofreu a instituição.

A Intentona Comunista fechara o ciclo dos pronunciamentos isolados de guarnições e corpos de Exército. A organização militar atingira o grau de complexidade a partir do qual qualquer ação haveria de requerer o concurso de unidades com funções de tal maneira interdependentes que só o controle de órgãos centrais de coordenação, tais como os Estados-Maiores, seria capaz de garantir condições de sucesso. A esta “solidariedade orgânica” sobrepôs-se, durante o Estado Novo – e pela primeira vez na história do Exército —, uma doutrina definidora do papel da organização militar na sociedade brasileira. O sistema de comunicações organizacional, já bem desenvolvido, foi mobilizado para difusão dessa doutrina e para a criação de um sentimento comunitário. (Coelho, 1976: 111,112)

A solidariedade, embora não sendo unidade de pensamento, facilita o desenvolvimento de uma comunidade de perspectivas, ainda que circunscrita à interpretação de alguns poucos fatos. Mas se estes fatos são centrais na vida da organização eles constituirão um poderoso fator de integração cognitiva. (Coelho, 1976: 113)

Essa solidariedade marca a instituição até hoje, juntamente com a disciplina e a hierarquia. Desenvolveu-se a ideia de que os escalões superiores devem ser sempre preservados em sua autoridade e prestígio. Em uma instituição hierarquizada não cabe espaço para manifestações das opiniões individuais de seus integrantes para fora da instituição. Quem fala pela instituição é seu comandante. “A tese que predominou foi a de que o Exército não

é um partido onde as várias tendências possam se manifestar livre e independentemente da linha hierárquica. [...] Também as organizações têm seu processo de aprendizado” (Coelho, 1976: 118, 119).

Percebe-se que o Estado Novo trouxe para o Exército a perceptível transformação de uma organização em instituição. *Grosso modo*, antes de 1930 era uma organização e após 1930 passou a ter poder, tornou-se uma unidade ativa, uma instituição com identidade própria.

Temos que ter em mente, ainda, o que defende o cientista político José Murilo de Carvalho (2006). Para ele as Forças Armadas não são simples representantes de grupos sociais. A sociologia tem mostrado que as organizações possuem características e vidas próprias. Ele concorda com a definição de Goffman acerca das instituições totais.

Essas instituições, pelo fato de envolverem todas as dimensões da vida de seus membros, constroem identidades fortes. Quando plenamente desenvolvidas, requerem de seus membros uma radical transformação de personalidade. São exemplos desse fenômeno as antinomias entre homem velho e homem novo, nas ordens religiosas, e entre militar e paisano, nas organizações militares. Uma identidade mais forte aumenta o grau de autonomia da organização em relação ao meio ambiente. (Carvalho, 2006: 13)



Capítulo 3

Os valores militares

Caráter e valores na visão militar

OS VALORES FORMAM UM TEMA DE IMENSURÁVEL IMPORTÂNCIA PARA OS MILITARES, haja vista que sempre é abordado pelos chefes militares, tal como segue abaixo nas palavras do comandante do Exército em sua diretriz de 2011-2014:

Conforme o Exército Brasileiro desloca-se para o futuro, nos primeiros passos de um Processo de Transformação, podemos antecipar que as incertezas são muitas e os desafios imensos. Dois esteios da Força, contudo, nos sustentarão: os Recursos Humanos e os Valores Centrais da Instituição.

Nesse sentido, encontramos no Caderno de Instrução do Projeto de Liderança da Aman (CIPL) as seguintes definições:

No sentido geral, caráter é um conjunto de características individuais, de condições fundamentais de inteligência, sensibilidade e vontade que distinguem um indivíduo dos demais.

Sob o aspecto moral, é a energia da vontade e a firmeza de princípios e propósitos que conferem ao indivíduo uma diretriz bem definida em sua conduta. Esta é a “pessoa de caráter”, que possui *sensu moral* corretamente orientado.

O caráter da pessoa se consolida à medida que ela *internaliza valores* nos cinco níveis taxonômicos do domínio afetivo: receptividade, resposta, valorização, organização e caracterização.

Nas escolas de formação de oficiais e sargentos do Exército, procura-se obter uma adequação do caráter dos discentes. O que se deseja é desenvolver neles um caráter compatível com as exigências da cidadania e com as necessidades da vida militar, particularmente aquelas impostas pelas situações de combate, dando-lhes, além disso, instrumentos que os capacitem a estabelecer sólidos laços de liderança com seus comandados. (CIPL, p. 22-23)

Do ponto de vista filosófico, o termo *valor* refere-se a uma propriedade das coisas ou do comportamento individual pelo qual é satisfeito um determinado fim, julgado

importante por um grupo de pessoas, fazendo nascer uma hierarquia de valores a ser seguida.

Os *valores* dizem respeito, também, aos princípios que, por codificarem um ideal de plenitude moral, devem ser buscados pelos indivíduos. (CIPL, p. 23-24)

Manoel Brochado, coronel reformado do Estado-Maior do Exército, em seus textos, procura demonstrar a importância de uma sólida base de caráter tanto individual como coletivo que os militares devem possuir. Essa base sólida precisa, portanto, ser muito bem construída durante o processo de socialização dos militares. Para ele, o caráter tanto individual como coletivo é constituído de valores incorporados e que direcionam suas atitudes e comportamentos.

Quando trata do caráter coletivo, com foco na atividade militar, define que este é constituído de “valores que se relacionam com o assentimento, incorporado ao caráter individual ou coletivo, nas qualidades objetivas e subjetivas que sustentam as profissões de uma sociedade humana e as atividades de seus respectivos profissionais.” (Brochado, 2007: 23)

A construção do caráter tanto individual quanto coletivo dos militares proporciona a existência de uma consciência coletiva.

Essa *consciência coletiva ativa*, justamente, identifica a energia anímica “radiante” do *caráter coletivo*. Trata-se de um fenômeno peculiar, que surge e se acrescenta à dinâmica interativa para a incorporação de *valores* dentro de um *agrupamento humano*; Podemos defini-la, portanto, como a percepção dos *valores* que conformam o *caráter coletivo* de um *agrupamento humano*, instalada no âmbito desse agrupamento como uma faculdade grupal e que, por estímulo de *liderança*, passa a exercer supervisão constrangedora — pela vigilância, pela permanência e pela continuidade — sobre eventuais desvios desses *valores* em *atitudes* incorretas, *comportamentos* inadequados, *sentimentos* impróprios ou *reações* indesejáveis por parte de cada um de seus integrantes. (Brochado, 2007: 25-26)

Cabem as questões nesse contexto: a construção do caráter militar individual e coletivo é um processo consensual ou ocorre alheio à vontade dos indivíduos? Se é consensual, por que precisa ser constantemente reforçado e os grupos vigiados permanentemente por seus líderes? A energia anímica radiante do caráter coletivo se mostrará consistente em cada indivíduo de um pequeno grupo no combate irregular por quanto tempo? Para que a energia anímica subsista, mesmo entre os indivíduos dos pequenos grupos isolados, é preciso que a construção do caráter militar seja mais intensa?

As respostas a essas questões devem levar em conta que o processo de aquisição tradicional de caráter militar implica o afastamento do grupo do restante da sociedade para que o reforçamento ocorra constantemente. Também é preciso ponderar o reflexo desse isolamento sobre o papel da instituição militar que busca maior proximidade e integração com a sociedade hoje.

A diretriz do comandante do Exército para o período de 2011-2014⁹ destaca um conjunto de dez fatores críticos para o êxito da missão do Exército. Seguem abaixo o primeiro, segundo e último dos fatores críticos que reforçam o dilema de termos militares cada vez mais comprometidos com os valores institucionais, tendo coesão, espírito de corpo e, ao mesmo tempo, integrado à Nação:

1. Comprometimento com a missão, a visão de futuro e os valores, deveres e a Ética do Exército.
2. Coesão, alicerçada na camaradagem e no espírito de corpo, capaz de gerar sinergia para motivar e movimentar a Força na consecução de seus objetivos.
10. Integração à Nação, identificando suas necessidades, interpretando seus anseios, comungando de seus ideais e participando de suas realizações, conforme nossa Missão Constitucional ou por meio de Ações Subsidiárias.

A definição de “espírito de corpo” do CIPL diz que “é a alma coletiva dos integrantes de uma determinada organização militar” (CIPL, p. 39). Brochado define o espírito de corpo conforme abaixo:

Representa a consciência do valor grupal existente entre militares de agrupamentos de combate em todos os níveis, que é capaz de ligá-los à própria instituição militar, à sua unidade operacional e aos agrupamentos institucionais subjacentes, constituindo-se em importante força aglutinante que sustenta a disciplina e o moral profissional. (Brochado, 2007: 134)

O espírito de corpo é alcançado pela prática da solidariedade, camaradagem e cooperação entre os integrantes de uma instituição militar que se tornam capazes de cumprir as missões mais difíceis. Todos aprendem e acreditam que a força do grupo é a chave para o sucesso no cumprimento das missões da instituição militar e deve ser estimulada constantemente, mesmo em tempos de paz. Para isso, a prática de esportes é sempre estimulada nos quartéis, assim como os árduos exercícios de campanha e os brados de guerra.

É claramente observável que o espírito de corpo conforma-se como forte aglutinador dos integrantes do grupo ao mesmo tempo em que serve para excluir os indivíduos que não pertencem ao grupo. Essa separação é constantemente verbalizada nos quartéis. Militares se tratam por “guerreiros” ou “combatentes” enquanto os civis são tratados por “paisanos”, ou seja, pessoas que não utilizam farda, que não são militares, que não envergam o mesmo uniforme e o mesmo espírito. Essa separação extrapola o sentido de simples termos de tratamento.

Recentemente, artigos militares expõem os constantes conflitos que se apresentam quando grupos de militares participam de operações interagências nas quais é necessária a integração com civis e outros militares dessas agências diversas. A dissonância é sentida e não poderia ser diferente, já que nos quartéis o espírito de corpo reforça que só os integrantes

⁹ Diretriz encontrada no sítio eletrônico www.eb.mil.br/missao-e-visao-de-futuro

do mesmo grupo, os que lutam juntos e vivem juntos é que vencem as batalhas. Nos relatórios militares fica explicitado que, nas operações interagências, cada grupo tende a procurar uma fatia da missão e a integração não se dá por completo.

Por outro lado, o grande volume das diversas operações interagências tem servido para colocar lado a lado os integrantes de cada instituição, forçando-os a trabalhar juntos com o mesmo objetivo. Pela própria definição de espírito de corpo, percebemos que passa a surgir a possibilidade de mudar a percepção do militar em relação ao civil quando vencidas as barreiras do estranhamento pela forçada prática da solidariedade, camaradagem e cooperação de seus integrantes que planejam, treinam, executam e vencem juntos as missões reais ou de exercício. Talvez seja esse o ponto inicial que devemos explorar para alcançarmos o sucesso diante do décimo fator crítico destacado na diretriz do comandante do Exército que trata da necessária integração à Nação.

Durkheim e os valores

Durkheim via a sociedade como expressão da solidariedade praticada entre os indivíduos. Para ele a consciência coletiva seria a responsável pela formação dos valores morais que passam a exercer pressão sobre os homens nos momentos de suas escolhas. Essa consciência coletiva diria respeito aos valores do grupo a que o indivíduo pertence, sendo transmitida entre as gerações pela educação e conformando-se em fator fundamental para a vida social. A consciência coletiva pode, portanto, ser variável e determinante da intensidade da coesão do grupo. Para o grupo formado por militares, encarando-os como sendo uma sociedade em particular, existe uma consciência coletiva e certos valores, ditos militares, são compartilhados. Nesse grupo espera-se sempre uma padronização do comportamento de cada indivíduo segundo o significado atribuído a cada valor militar.

Na pesquisa bibliográfica realizada em leis, manuais e regulamentos militares foram encontradas diversas definições de quais seriam os valores militares. Muitas vezes o termo “valores militares” ou simplesmente “valores” são utilizados para expressar a identidade, a base de formação do caráter de um militar ou o “espírito militar”, mas na maioria das vezes não se acha a lista destes valores, ficando solta no ar a definição.

Primeiramente vamos verificar o que prevê o Estatuto dos Militares que é o código de ética da profissão militar, Lei Nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, da Presidência da República. A lista é a seguinte: Patriotismo, civismo, fé na missão do Exército, amor à profissão, espírito de corpo e aprimoramento técnico-profissional. O estatuto, por ser uma lei federal, é, portanto, também válido para a Marinha e para a Força Aérea. Antes deste estatuto de 1980, outros foram sancionados em forma de lei federal. O primeiro e o segundo estatutos, os de 1941 e 1946, não falavam de valores militares, porém indicavam, indiretamente, como sendo deveres militares, praticar as virtudes militares, demonstrar coragem, ser leal, ser ativo e perseverante, ter espírito de camaradagem, entre outros. Somente a partir do terceiro Estatuto dos Militares (1969) surge uma lista de valores militares igual a do quarto estatuto publicado em 1971 e do quinto e atual estatuto de 1980.

Outro regulamento, agora interno, somente do Exército, é o *Vade-Mécum* de cerimonial militar do Exército, de 23 de abril de 2002 (VM-10). Dele extrai-se:

As Instituições Militares possuem referenciais fixos, fundamentos imutáveis e universais. São os valores militares. As manifestações essenciais dos valores militares são: patriotismo, civismo, amor à profissão, fé na missão do Exército, espírito de corpo e aprimoramento técnico-profissional. Esses valores influenciam, de forma consciente ou inconsciente, o comportamento e, em particular, a conduta pessoal de cada integrante da Instituição. (VM-10, capítulo 2)

Neste mesmo *Vade-Mécum* consta a lista dos deveres militares. É entre os deveres militares que achamos a Disciplina, a Hierarquia e a Lealdade tão citadas pelos militares como se fossem valores militares, porém não é o que está previsto nos regulamentos militares.

Os deveres militares emanam de um conjunto de vínculos morais e jurídicos que ligam o militar à Pátria e à Instituição. São deveres militares: dedicação e fidelidade à Pátria; respeito aos símbolos nacionais; probidade e lealdade; disciplina e respeito à hierarquia; rigoroso cumprimento dos deveres e ordens; trato do subordinado com dignidade. (VM-10, capítulo 3)

O regulamento militar mais atual que trata dos valores militares é o Manual de Campanha C 20-10 - Liderança Militar, de 24 de agosto de 2011. Este manual é assinado pelo chefe do Estado-Maior do Exército e largamente utilizado nas escolas militares do Exército durante o processo de socialização dos novos oficiais e praças.

Valores – Dentre os diversos valores estabelecidos pela Ética Militar, os quais também se encontram previstos no Estatuto dos Militares, destacam-se, a seguir, os considerados mais importantes para o líder militar. Valores básicos: honra, honestidade, verdade, justiça, respeito, lealdade e integridade.

Valores militares: patriotismo, civismo, idealismo, espírito de corpo, disciplina e interesse pelo aprimoramento técnico-profissional.

Aqui vemos a disciplina e o idealismo como sendo valores militares, diferentemente do que consta do Estatuto dos Militares e do *Vade-Mécum* citados anteriormente. No caso do idealismo, consta no texto do manual a explicação de que resulta da fusão de dois vetores que são valores militares – a fé na missão do Exército e o amor à profissão.

Outro conjunto de valores militares pode ser encontrado na Brigada de Operações Especiais, em Goiânia/GO, que é uma organização de elite do Exército integrada por militares rigorosamente selecionados, altamente capacitados e equipados. Lá estão dispostas, nos refeitórios, quadros murais, nas alamedas internas e nos informativos eletrônicos ou impressos as seguintes mensagens:

Quadro 1
Extrato de mensagens da Brigada de Operações Especiais do Exército

VALORES: esta é a nossa força	
VALORES	FRASES DE APOIO
Iniciativa	Fazer acontecer.
Espírito de corpo	Ninguém fica para trás.
Camaradagem	Companheirismo a toda prova.
Competência	Errar nunca.
Coesão	Ninguém é mais forte que todos juntos.
Patriotismo	Brasil acima de tudo.
Trabalho em equipe	Juntos superamos qualquer obstáculo.
Decisão	Decidir com coragem, firmeza e responsabilidade.
Persistência	Tentar sempre, desistir nunca.
Coragem	Enfrentar o desconhecido.
Atitude	Um gesto que contagia.
Comprometimento	“...dedicar-me inteiramente ao serviço da Pátria...”
Lealdade	Ser fiel em qualquer situação.
Dever	Missão dada, missão cumprida.
Honra	Está no homem, não no posto.
Disciplina	A base de nossa Força.

Assim, na Brigada de Operações Especiais, os valores cultuados são: iniciativa, espírito de corpo, camaradagem, competência, coesão, patriotismo, trabalho em equipe, decisão, persistência, coragem, atitude, comprometimento, lealdade, dever, honra e disciplina.

Teorias frente a frente

Voltando para o estudo dos valores, percebemos que a teoria militar apresentada por Brochado difere em um ponto importante da já apresentada no CIPL e também da mais recente visão acadêmica de Roakeach (capítulo 1 deste livro). Brochado não vislumbra os valores conformados em uma “escala”, mas apresenta-os como isolados, podendo um indivíduo ter um valor e não ter outro do grupo de valores da sua cultura. Na citação podemos ver que para o autor é possível um agrupamento humano possuir um grupo de valores distinto que formarão um caráter coletivo a esse grupo:

O caráter coletivo, dessa forma, dentro de um enfoque abrangente, deve ser definido pelo conjunto de valores aceitos e professados pela maioria dos integrantes de um agrupamento humano e pelas atitudes, comportamentos, sentimentos e reações, com os procedimentos semelhantes que lhes decorrem, capazes de conferir a esse agrupamento como um todo, um peculiar perfil psicológico que provocará uma

conduta coletiva característica. Se por hipótese tomarmos a referência de determinado *valor* aceito e professado por muitas pessoas dentro de um *agrupamento humano*, a identificação de sua incorporação ao *caráter coletivo* não se reduzirá à simples constatação de um número que o represente como maioria. Há um intenso e contínuo processo de interação psicológica em cuja dinâmica grupal se identificará uma nova e extraordinária energia. (Brochado, 2007: 27)

O CIPL apresenta os valores isolados como faz Brochado, mas no aporte teórico diz que os valores são propriedades do comportamento individual com a finalidade de satisfazer um fim determinado e são dispostos segundo uma hierarquia. Assim, dá a entender que esta hierarquia é fixa conforme a cultura do grupo a que o indivíduo pertence. No caso da profissão militar, existem os Valores Militares. “Valores Militares são preceitos que, por corporificarem um ideal de plenitude profissional, devem ser buscados pelos militares” (CIPL, p. 27).

A versão acadêmica de Schwartz apresenta que cada indivíduo possui uma escala que congrega todos os valores da cultura a que pertence.

Segundo a teoria, o sistema de valores pode ser tratado como um todo integrado em relação ao comportamento. [...] Isso significa, em primeiro lugar, que as condutas estarão mais relacionadas com alguns tipos de valor do que com outros. Em segundo lugar, que, uma vez determinado que tipo de valor está positivamente associado a uma conduta, os demais valores irão descendo na estrutura circular, até chegar à menor associação, e de novo subirão no sentido contrário, até chegar ao tipo de valor oposto àquele considerado no início.

Tal observação é pertinente por vermos, na nova teoria de valores apresentada por Ros & Gouveia, que cada indivíduo tem seu caráter construído segundo uma escala de valores e destaca a possibilidade de que esta escala pode ser modificada com o emprego de técnicas específicas. “[...] nós não somos conscientes dos valores que orientam nossa conduta, por isso, autoconfrontar as pessoas com os valores relevantes pode ajudá-las a se comportar de acordo com eles” (Ros; Gouveia, 2006: 99).

No estudo atento da teoria de Brochado e também do CIPL percebe-se uma tendência à necessidade de uma ressocialização do indivíduo, com a substituição do seu caráter “civil” por outro novo “militar” para atender às particularidades da carreira das Armas:

A carreira militar não é uma atividade inespecífica e descartável, um simples emprego, uma ocupação, mas um ofício absorvente e exclusivista, que nos condiciona e autolimita até o fim. Ela não nos exige as horas de trabalho da lei, mas todas as horas da vida, nos impondo também nossos destinos. A farda não é uma veste, que se despe com facilidade e até com indiferença, mas uma outra pele, que adere à própria alma, irreversivelmente para sempre. (SGEX, 2002, parte 3)

Na leitura de Ros & Gouveia percebo que a nova teoria dos valores sinaliza para a possibilidade de uma adaptação mais suave e menos traumática dos indivíduos mediante um rescalonamento cuidadoso, sistematizado e consentido dos valores cultuados pelos indivíduos. A técnica da autoconfrontação de Rockeach mostrou-se eficiente para a mudança de atitudes e condutas em até 96% dos casos tais como: diminuição do racismo, apoio aos direitos humanos, perda de peso, deixar de fumar e melhora do estilo de vida.

Esse ponto talvez seja um indicador de um novo caminho a ser adotado no processo da formação profissional militar que, sendo menos abrupto, mantenha nos indivíduos os laços com a sociedade civil. A maior sintonia com a sociedade civil pode ser um aspecto facilitador para as operações militares do século XXI com cenários de intensificação dos conflitos em amplo espectro.

Essa nova teoria acerca dos valores ainda precisa ser testada e validada em agrupamentos militares e será muito bom vermos impactos positivos de uma nova metodologia de socialização militar que ajude a instituição a melhor gerenciar os fatores críticos destacados na diretriz do comandante do Exército (2011-2014).

Ao observar o processo de socialização militar adotado por outros países, podemos perceber que exércitos considerados eficientes formam seus oficiais em sistema híbrido de ensino, sendo parte em instituições abertas e parte em instituições militares. Certas instituições militares servem também para formar líderes civis para a sociedade que atuarão com a marca de valores militares. Não há modelo universal que indique que a formação eficiente de um militar só pode ocorrer em ambiente formal controlado e separado de outras instituições de ensino por longo tempo.

O desafio que está diante de nós é o de aprofundar os estudos para em seguida passar para a revisão dos manuais militares que tratam dos valores, do caráter militar, e temas afins para que sirvam de referência para que o processo de socialização profissional nas escolas militares ocorra de forma a possibilitar real integração com a sociedade brasileira, visando atender às necessidades do Estado previstas em sua carta magna.

Há que se olhar para a frente. Renovar o antigo que habita em cada soldado profissional é um necessário ato de coragem. Sem desprezar o permanente, desfazer-se do provisório; sem perder os valores que conformam e dão credibilidade à nossa Instituição, abrir as claraboias para o arejamento e preparar-se para vencer a guerra do futuro – com tudo que ela terá de “nunca visto”. É este o desafio que concito todos a enfrentar.

General de Exército Enzo Martins Peri
Comandante do Exército

(Texto extraído das Diretrizes do Comandante do Exército de 2011-2014)

Capítulo 4

Uma fotografia do oficial do século XXI

A necessidade da aplicação da pesquisa

A APLICAÇÃO DO *SURVEY* AOS OFICIAIS FOI NORTEADA PELA NECESSIDADE de se responder às seguintes inquietações: a invariabilidade da identidade da oficialidade formada a partir da década de 1970 revelará variação em alguma parte do universo de oficiais? Caso haja mudança, qual a intensidade dessa variação?

A decisão de realizar uma pesquisa quantitativa foi o instrumento para se obter empiricamente uma fotografia do perfil do grupo estudado, ou seja, o perfil da identidade da oficialidade do Exército Brasileiro. A oficialidade do Exército é formada por vários grupos. Existem os da área de saúde (médicos, dentistas, veterinários, farmacêuticos, enfermeiros); do quadro complementar de oficiais (QCO); do quadro de engenheiros militares (QEM); os técnicos temporários (OTT); do quadro auxiliar de oficiais (QAO) que começam a carreira como sargentos e terminam como oficiais; e os oficiais de carreira formados pela Academia Militar das Agulhas Negras (Aman). Somente os oficiais da Aman e do QEM realizam seus cursos de graduação superior em instituições do Exército. Os engenheiros militares graduam-se no Instituto Militar de Engenharia (IME) e os cadetes graduam-se em ciências militares na Aman. Os demais graduam-se em instituições civis e depois ingressam no Exército. Em nossa pesquisa, somente o grupo dos oficiais formados na Aman foi chamado a opinar. Tal fato explica-se por ser este o grupo que detém o poder de decisão estratégica, que define o rumo da instituição. Somente oficiais formados na Aman podem chegar ao mais alto posto do generalato, que é o de general de exército e compor o Alto-Comando do Exército. Os demais grupos executam atividades complementares à atividade-fim da instituição.

O método da pesquisa

Trata-se da aplicação de um questionário que procura conhecer características sociológicas de um grupo profissional, mediante uso de técnicas padronizadas de coleta de dados. Optou-se por executar um levantamento (*survey*), interrogando diretamente uma parcela dos integrantes do grupo cujo comportamento se desejava conhecer, para depois, mediante análise quantitativa e qualitativa, obter as conclusões correspondentes aos dados coletados.

Assim sendo, os dados puderam ser coletados de uma amostra significativa do universo pesquisado.

Procurei me assegurar de conseguir um elevado número de respondentes e a internet foi a plataforma escolhida por oferecer o alcance, a velocidade, a aleatoriedade e a confiabilidade.

de necessários ao trabalho. É certo também que a escolha de um site profissional, especializado em aplicação de levantamentos (*surveys*), facilitou o envio das questões, a coleta das respostas e a ampla análise dos dados. Para esse fim, foi contratado um plano de assinatura mensal pago junto ao site Survey-Monkey, maior empresa mundial em pesquisa online, que atende a grandes empresas de renome no mercado nacional e internacional.

A impessoalidade proporcionada pela internet foi positiva por um lado e negativa por outro. Foi necessário escolher bem as palavras que foram enviadas aos pesquisados por *email* para estimulá-los a responder o questionário enviado. O temor era que não acatassem o convite de clicar no *link* que os levaria ao questionário *online* por medo de ser um gatilho para vírus, um golpe ou ser encarado como *spam*. O lado positivo da impessoalidade da internet foi que reduziu a possibilidade de respostas “politicamente corretas”, que não fossem a expressão sincera da opinião dos respondentes. No texto enviado, ficou claro que a identidade de cada respondente seria preservada eletronicamente. Com isso, buscou-se espantar o receio de que suas respostas poderiam trazer algum prejuízo ao respondente.

Abaixo segue o primeiro *email* convite, expedido em 30 de outubro de 2012, para o primeiro de grupo de oficiais.

Sou Denis de Miranda, maj. Art (AMAN 92)

Estou na fase de conclusão do mestrado em sociologia das Forças Armadas pelo Programa Pró-Defesa, uma parceria do MD com a PUC-Rio para pesquisas científicas com elevado rigor metodológico acerca das nossas instituições militares. Para validar minha pesquisa, envio ao senhor um questionário, só com perguntas objetivas, que pode ser respondido em cerca de 15 minutos. Sua identidade será preservada automaticamente pelo sistema que computará suas respostas diretamente no servidor online. Ninguém terá acesso às respostas individuais, somente a equipe de pesquisadores selecionados do Pró-Defesa receberá as tabelas consolidadas pelo sistema com as respostas de todo o universo. São necessários ao menos cinquenta respondentes, todos oficiais formados na AMAN, por isso peço sua contribuição.

É importante que procure responder em momento que esteja tranquilo e possa refletir acerca de cada proposição.

O link abaixo dará acesso ao questionário online.

[SurveyLink]

Não quero responder

[RemoveLink]

Nas primeiras vinte e quatro horas após o envio desta mensagem, eu já tinha a primeira centena de questionários respondidos. Nos dias seguintes enviei mais convites, pois era necessário ir formando listas atualizadas diretamente do site oficial do Exército, copiando os *emails* um a um.

Recebi *email* de um oficial que me fez pensar um texto melhor para o convite. Ele queria se certificar de que o convite era sério. Percebi que era necessário dar mais garantias aos oficiais. Uma característica que precisa ser levada em consideração é que os militares são

ariscos e desconfiados. São treinados para desconfiar de mensagens recebidas, pois a desinformação é uma técnica muito utilizada em situações de conflito. A procedência destes convites deve ser verificada. Abaixo segue o novo convite que foi enviado a todos os que não haviam respondido ainda.

Sou Denis de Miranda, maj. Art (AMAN 92)

Reenvio ao senhor o questionário. Creio que possa ter interpretado o primeiro envio como spam ou possível vírus, mas envio meu *email* pessoal para que o senhor possa confirmar a veracidade das informações que passo.

Meu *email* pessoal é denis2000@oi.com.br e sirvo atualmente no Cmdo 18ª Bda Inf Fron em Corumbá-MS. Estes dados podem ser comprovados no Almanaque online do site do Exército.

Estou na fase de conclusão do mestrado em sociologia das Forças Armadas pelo Programa Pró-Defesa, uma parceria do MD com a PUC-Rio para pesquisas científicas com elevado rigor metodológico acerca das nossas instituições militares. Para validar minha pesquisa, envio ao senhor um questionário, só com perguntas objetivas, que pode ser respondido em cerca de 15 minutos. Sua identidade será preservada automaticamente pelo sistema que computará suas respostas diretamente no servidor online. Ninguém terá acesso às respostas individuais, somente a equipe de pesquisadores selecionados do Pró-Defesa receberá as tabelas consolidadas pelo sistema com as respostas de todo o universo. São necessários ao menos cinquenta respondentes, todos oficiais formados na AMAN, por isso peço sua contribuição.

É importante que procure responder em momento que esteja tranquilo e possa refletir acerca de cada proposição.

O link abaixo dará acesso ao questionário online.

[SurveyLink]

Não quero responder

[RemoveLink]

Deste momento em diante, aumentada a confiabilidade do convite, as respostas chegaram em elevado número, como era desejado. Reparei que nos dias 8 e 9 de novembro apenas mais dois questionários foram recebidos e achei por bem finalizar a coleta de respostas no site no dia 10 de novembro, ao meio-dia.

Segue um resumo de dados fornecido pelo site Survey-monkey:

Tabela 1

Coletor de <i>email</i>	
Destinatários	2.115
Respondidos	643 (571 completos e 72 parciais)
Não respondidos	1.472
Com opt out	8
Devolvidos	104

Universo e amostra

Os dados abertos mais atualizados do efetivo do Exército estão publicados no Boletim do Exército número 29,¹⁰ de 24 de julho de 2009, onde estão os efetivos máximos previstos para toda a instituição. Esses são os efetivos válidos até hoje. Desse boletim podemos extrair os números da tabela a seguir:

Tabela 2

Posto	Universo	Amostra
General-de-Exército	14	90
General-de-Divisão	35	
General-de-Brigada	74	
Coronel	1.006	
Tenente-Coronel	1.093	249
Major	2.294	216
Capitão	3.796	
1º Tenente	1.561	88
2º Tenente	894	
Total geral	10.767 (somente oficiais de carreira)	643

Tomando por base este efetivo de 10.767 oficiais como o universo para nossa pesquisa, supondo este número máximo como o efetivo existente hoje, precisaríamos de uma amostra de 371 oficiais para termos uma margem de erro aceitável de 5% e um nível de confiança de 95%. Explicando melhor, a margem de erro é uma medida de quão perto os resultados são susceptíveis de ser na realidade e o nível de confiança serve para indicar a confiabilidade de uma estimativa. Para nossa pesquisa, em que 571 oficiais responderam o questionário integralmente, já subimos o nível de confiança de 95% para 98%, o que nos permite utilizar estatisticamente, com sobras, estas respostas para validar nossa pesquisa. Os questionários foram considerados incompletos mesmo quando apresentavam apenas uma pergunta sem resposta.

¹⁰ Disponível no site www.sgex.eb.mil.br/index.php?option=com_wrapper&view=wrapper&Itemid=100261

Durante a análise de cada questão ou no cruzamento entre duas ou mais, serão utilizadas todas as respostas validadas automaticamente pelo sistema Survey-Monkey.

Respostas obtidas no questionário aplicado

Questão 1

Quanto tempo o senhor tem de serviço militar?		
	% de respostas	Contagem de respondentes
Até 10 anos	13,7%	88
Entre 11 e 20 anos	33,6%	216
Entre 21 e 30 anos	38,7%	249
Mais de 30 anos	14,0%	90
		Total de 643

Análise da questão 1

Esta primeira pergunta visava dividir o universo em quatro grupos, a fim de possibilitar a análise de cada uma das demais questões pelo tempo de serviço dos oficiais respondentes. Daqui em diante o grupo com até 10 anos de serviço será denominado grupo A, os que têm entre 11 e 20 anos de serviço de grupo B, os que têm entre 21 e 30 anos de grupo C e os que têm mais de 30 anos de grupo D, conforme tabela abaixo:

	Amostra	Postos que compõem este grupo majoritariamente	Efetivo previsto de oficiais no Exército
Grupo A Até 10 anos	88	1º e 2º Tenentes	2.455
Grupo B Entre 11 e 20 anos	216	Capitães	3.796
Grupo C Entre 21 e 30 anos	249	Majores e Tenentes-coronéis	3.387
Grupo D Mais de 30 anos	90	Coronéis e Generais	1.129

Questão 2

O senhor é filho de militar?					
	Grupo A	Grupo B	Grupo C	Grupo D	Total
Não. Meus pais são civis	69,3%	54,7%	48,8%	56,7%	54,7%
Sim. Meu pai é praça	13,6%	28,5%	32,3%	28,9%	28,0%
Sim. Minha mãe é praça	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Sim. Meu pai é oficial	17,0%	17,3%	20,6%	16,7%	18,4%
Sim. Minha mãe é oficial	0,00%	0,00%	0,4%	0,00%	0,2%

	Grupo A	Grupo B	Grupo C	Grupo D	Média
Pais são civis	69%	54%	48%	56%	55%
Pais são militares	31%	46%	52%	44%	45%

Análise da questão 2

Carvalho (2006: 18) constatou que, entre 1962 e 1966, 35% dos cadetes da Aman eram filhos de militares. Ele cita que no Império o recrutamento era considerado aristocrático e na República passou a ser endógeno. Partindo desse patamar de 35%, o recrutamento de oficiais do Exército pode ser considerado ainda mais endógeno nos dias de hoje em que a pesquisa apontou que 45% dos oficiais são filhos de militares.

Como a entrada das mulheres no Exército é algo recente, não temos representatividade dos seus filhos no universo de oficiais de carreira. Somente um oficial do grupo C indicou ter mãe no posto de oficial que provavelmente não é do Exército, já que este militar tem ao menos 35 anos de idade.

Percebe-se que a proporção de filhos de militares é grande, chegando quase à metade do universo. Entre esses filhos de militares, a maior incidência é de filhos de praças (28%). Entre os filhos de oficiais alguns indicaram espontaneamente que seus pais foram praças e depois oficiais do quadro auxiliar de oficiais. Esta alta proporção de quase metade da oficialidade ser de filhos de militares pode estar em processo de redução, já que o gráfico indica uma tendência de queda, em que no grupo A a porcentagem é menor que no grupo B, que é menor que no grupo C. Esta porcentagem de 31% dos oficiais do grupo A serem filhos de militares está muito abaixo da média do universo pesquisado, que é de 45%.

Questão 3

O senhor estudou em colégio militar?					
	Grupo A	Grupo B	Grupo C	Grupo D	Média
Não	59,1%	51,4%	45,4%	45,6%	49,3%
Sim. Por menos de 3 anos	8,0%	9,7%	10,8%	8,9%	9,8%
Sim. Por mais de 3 anos	33,0%	38,9%	43,8%	45,6%	40,9%

Análise da questão 3

Quadro resumo da questão 3					
	Grupo A	Grupo B	Grupo C	Grupo D	Média
Não estudaram em colégios militares	59%	51%	45%	46%	49%
Estudaram em colégios militares	41%	49%	55%	54%	51%

Percebe-se que as respostas desta questão reforçam a percepção do recrutamento endógeno analisado na questão anterior, já que, em média, 51% dos oficiais estudaram em colégios militares. O gráfico também apresenta uma tendência de queda do número de oficiais que estudaram em colégios militares, em que a proporção no grupo A (41%) é menor que nos grupos B (49%), C (55%) e D (54%). A redução começa a ocorrer justamente entre os grupos B e C. Os oficiais do grupo A e B, com menor número de filhos de militares, nasceram todos depois da década de 1970. Talvez tenhamos encontrado um reflexo da ação da pós-modernidade no recrutamento em que os jovens passam a ter mais liberdade para a escolha profissional.

Questão 4

O senhor possui curso de Estado-Maior?					
	Grupo A	Grupo B	Grupo C	Grupo D	Média
Não	97,7%	95,4%	64,3%	31,1%	74,7%
Sim	2,3% *	4,6%	35,7%	68,9%	25,3%

* Indica provável erro de preenchimento da resposta, já que o curso de Estado-Maior não é disponibilizado para tenentes.

Análise da questão 4

O curso de Estado-Maior é de acesso por concurso interno para capitães, majores e tenentes-coronéis com vagas limitadas. Aos que cursam são oferecidas várias vantagens como a possibilidade de exercer o comando de organizações militares, uma gratificação incorporada a mais no salário, vantagens pecuniárias indiretas, maior possibilidade de servir no exterior, cursos diferenciados, possibilidade de atingir o generalato etc. Percebe-se do gráfico que o grupo D é formado por uma maioria de oficiais de Estado-Maior (68,9%), enquanto que no grupo C a porcentagem é de 35,7%. A inversão da proporção de oficiais com e sem estado-maior entre os grupos C e D indica que os oficiais que não têm curso de Estado-Maior tendem a se aposentar assim que completam 30 anos de serviço. Estes dados são indicativos importantes que merecem ser cruzados com os de outras questões que expressam satisfação com a carreira e vocação.

Questão 5

Indique a classe social em que seus pais (ou seus responsáveis legais) se enquadravam quando o senhor ingressou no Exército					
	Grupo A	Grupo B	Grupo C	Grupo D	Total
Classe alta	1,1%	0,5%	0,0%	1,1%	0,5%
Classe média alta	8,0%	6,9%	6,8%	6,75	7,0%
Classe média	69,3%	66,7%	75,5%	65,6%	70,3%
Classe baixa	21,6%	25,9%	17,7%	26,7%	22,2%

Análise da questão 5

Independentemente do critério de definição das classes sociais, a opinião dos oficiais respondentes mostra uma concentração de oficiais oriundos da mesma classe, considerada por eles como sendo média, nem alta, nem baixa. Carvalho, ao analisar o recrutamento do início da República, disse que em 1941 a carreira militar não era a preferida da elite civil e o analfabetismo, elevado nas classes mais baixas, impedia o acesso ao oficialato. Esses dados poderão trazer mais evidências quando cruzados com dados de procura de ascensão social, remuneração e estabilidade de emprego.

Questão 6

O senhor fez algum curso de graduação civil?					
	Grupo A	Grupo B	Grupo C	Grupo D	Total
Não.	71,6%	61,9%	50,4%	53,9%	57,7%
Sim. Concluí o curso presencial.	1,1%	16,3%	27,0%	20,2%	18,9%
Iniciei curso presencial, mas não concluí.	25,0%	17,2%	16,5%	19,1%	18,3%
Sim. Concluí o curso a distância.	1,1%	1,9%	3,6%	5,6%	3,0%
Iniciei curso a distância, mas não concluí.	1,1%	2,8%	2,8%	1,1%	2,3%

Análise da questão 6

Quadro resumo da questão 6					
	Grupo A	Grupo B	Grupo C	Grupo D	Média
Não cursaram outro curso superior	71%	61%	50%	54%	58%
Iniciaram/concluíram outro curso superior	29%	39%	50%	46%	42%

Em 1977, o general de exército Ariel Pacca da Fonseca, chefe do Departamento de Ensino e Pesquisa do Exército, proferiu a aula inaugural¹¹ aos capitães do curso de aperfeiçoamento de oficiais em Realengo/RJ. Durante sua palestra, disse:

Muitos já não encaram a profissão militar como a exigir uma dedicação exclusiva – é outro sintoma muito grave de desprofissionalização. Eu lhes afirmo: cheguei ao último posto da hierarquia sempre encarando com muita seriedade e responsabilidade as funções e missões recebidas, como a maioria; jamais me foi possível, como aos melhores oficiais que conheci e conheço, sequer, pensar em cursar uma faculdade ou ter outro emprego. (Fonseca, p. 16)

Pelas respostas apresentadas nesta questão verifica-se que já não é mais desaconselhado à oficialidade cursar outras graduações além da Aman. O índice mais baixo do grupo A (29%) de oficiais que iniciaram/concluíram outra graduação reflete talvez a falta de tempo normal do início da carreira militar e a necessidade de um intervalo logo após a saída do internato, mas já representa quase um terço do universo. Verifica-se que entre os grupos B e C o índice aumenta para 39% e chega a 50%. O índice do grupo D (46%) talvez ainda seja reflexo do período em que cursar outras graduações não era bem-visto pelos chefes militares como o acima citado. Atualmente, é comum ver nos quadros de avisos dos quartéis e até no próprio site oficial do Exército cartazes e *banners* de instituições de ensino superior conveniadas com o Exército oferecendo cursos de graduação presenciais e a distância com aproveitamento dos créditos da Aman. Um exemplo é o curso de graduação oferecido pela Unisul Virtual em parceria com a Fundação Trompowsky de apoio à educação no Exército. Nesse convênio, o oficial que cursou a Aman pode se graduar em administração de empresas em dois anos a distância.

Percebe-se que estes dados estão alinhados com as observações dos autores analisados no capítulo 2 (Modernidade e Pós-modernidade). Harvey citou que na pós-modernidade as identidades buscariam qualificações heterogêneas, em áreas diversas, para acompanharem as evoluções da sociedade, enquanto que na modernidade havia padronização dos conhecimentos. Bauman também esclarece que na modernidade líquida as identidades são construídas mediante esforço pessoal, pois o caminho a percorrer já não é mais certo e previsível como era na modernidade.

11 Aula inaugural da ESAO – compilada em brochura denominada “A ESAO e o chefe militar”, datada de 25 de fevereiro de 1977. Exemplar existente na Biblioteca do Centro de Estudos de Pes-soal – Leme, Rio de Janeiro/RJ, com o código PM 148.

Questão 7

O senhor fez algum curso de pós-graduação civil?					
	Grupo A	Grupo B	Grupo C	Grupo D	Total
Não.	81,8%	62,3%	49,2%	37,1%	56,4%
Sim. Concluí o curso presencial.	3,4%	18,1%	27,0%	44,9%	23,3%
Iniciei curso presencial, mas não concluí.	4,5%	2,8%	1,6%	2,2%	2,5%
Sim. Concluí o curso a distância.	3,4%	12,1%	20,2%	15,7%	14,5%
Iniciei curso a distância, mas não concluí.	6,8%	4,7%	2,4%	0,0%	3,4%

Análise da questão 7

Quadro resumo da questão 6					
	Grupo A	Grupo B	Grupo C	Grupo D	Média
Não cursaram pós-graduação civil	82%	62%	49%	37%	56%
Iniciaram/concluíram pós-graduação civil	18%	38%	51%	63%	44%

Algumas escolas de especialização do Exército têm realizado convênios com instituições de ensino civis para que seus alunos possam cursar pós-graduações de alto nível a distância. Podemos perceber que esse incentivo se reflete nos índices do gráfico. O índice do grupo C (51%) mostra que mais da metade da oficialidade cursa ao menos uma pós-graduação civil antes do final da carreira.

A busca por novas qualificações, pós-graduações, está perfeitamente alinhada com a modernidade líquida descrita por Bauman¹² em que diante das incertezas é melhor estar preparado para todas as possibilidades e que é preciso adquirir a capacidade de mudança incessante, a habilidade de terminar rapidamente o que começou e partir para um novo começo. Destaco que as pós-graduações em assuntos militares são incentivadas na caserna, somando pontos para as promoções dos oficiais. O fato de 38% do grupo B, 51% do grupo C e 63% do grupo D terem realizado pós-graduações civis, que não somam pontos diretamente para as promoções da carreira militar, pode ser percebido como variação do comportamento dos oficiais, uma relevante busca por heterogeneidade e inconformidade com a homogeneidade. São mostras de que cada oficial busca construir sua identidade por caminhos diferentes, acrescentando conhecimentos por seus próprios esforços, mesmo que não sejam pontuados na carreira militar.

¹² Citado no capítulo 1 deste livro.

Questão 8

O senhor fez algum concurso para cargo público civil?					
	Grupo A	Grupo B	Grupo C	Grupo D	Total
Sim. Apenas antes de ingressar no Exército.	14,8%	5,1%	7,7%	2,2%	7,0%
Sim. Depois de ingressar no Exército.	20,5%	18,6%	12,5%	6,7%	14,8%
Não. Só prestei concurso para ingresso em instituições militares.	36,4%	30,7%	39,1%	33,7%	35,2%
Não. Só prestei concurso para ingresso no Exército.	28,4%	45,6%	41,1%	57,3%	43,1%

Análise da questão 8

Quadro resumo da questão 8					
	Grupo A	Grupo B	Grupo C	Grupo D	Média
Fez concurso para cargo civil	35%	23%	20%	9%	21%
Não fez concurso para cargo civil	65%	77%	80%	91%	79%

O gráfico deixa claro que os oficiais mais novos tentaram ingressar em carreiras civis com maior intensidade que os grupos com maior tempo de serviço (grupo A 35%, B 23%, C 20% e D 9%). Pode ser que hoje em dia esteja mais fácil prestar concursos. Pode ser também que, mesmo sendo aprovados nesses outros concursos civis, alguns tenham optado pela carreira militar ou, ainda, estes índices podem sugerir uma mudança de identidade em que a vocação perde importância. A comparação com as respostas de outras questões poderá nos esclarecer estes índices.

Questão 9

Em relação a sua situação profissional, escolha apenas uma das alternativas abaixo:					
	Grupo A	Grupo B	Grupo C	Grupo D	Total
Eu mudaria para outra carreira, sem abrir mão da estabilidade.	51,1%	40,0%	19,8%	11,2%	29,7%
Eu mudaria para uma carreira melhor remunerada, mesmo sem estabilidade.	13,6%	4,7%	4,0%	2,2%	5,3%
Se eu fosse mais novo ou sem dependentes, mudaria para outra carreira.	3,4%	16,3%	23,8%	7,9%	16,3%
Estou satisfeito. Não penso em mudar de carreira.	31,8%	39,1%	52,8%	78,7%	48,9%

Análise da questão 9

Salta aos olhos a variação de satisfação com a carreira em relação ao tempo de serviço. O índice do grupo A pode ser considerado como elevado e motivador para a evasão. Cerca de 68% dos jovens oficiais pensa na possibilidade de mudar de carreira, sendo que, para 51% deles, a estabilidade pesa muito na decisão.

A diferença de 53% para 79% da satisfação com a carreira entre os grupos C e D é maior que o dobro da diferença entre A e B ou B e C. Talvez possa estar vinculada com a situação apresentada na questão 4 em que o grupo D é formado majoritariamente por oficiais com curso de Estado-Maior e que têm benefícios diferenciados enquanto permanecerem na ativa.

Analisando apenas os grupos A, B e C que representam os 30 anos obrigatórios de carreira, verifica-se que apenas metade da oficialidade do Exército está plenamente satisfeita com a carreira. A grande variação do índice também indica que a parte desses oficiais satisfeitos é que permanece por mais tempo na ativa, adiando a aposentadoria já assegurada (grupo D), enquanto que os insatisfeitos se aposentam quando completam os 30 anos de serviço.

O alto índice de oficiais que admitem a possibilidade de mudança de carreira também é reflexo da modernidade líquida em que não há amarras que sejam suficientemente fortes para prender os indivíduos. Cada um buscará seu próprio caminho para a satisfação, inclusive mudando de carreira se for necessário.

Questão 10

Se não fosse militar, qual outra carreira o senhor seguiria?					
	Grupo A	Grupo B	Grupo C	Grupo D	Total
Profissional liberal.	6,8%	8,4%	18,5%	29,2%	15,0%
Funcionário de empresa privada.	3,4%	5,6%	4,4%	5,6%	4,8%
Servidor público concursado.	72,7%	62,8%	48,8%	30,3%	54,2%
Empresário da iniciativa privada.	8,0%	8,8%	16,9%	16,9%	13,0%
Não sei.	9,1%	14,4%	11,7%	18,0%	13,1%

Análise da questão 10

Novamente salta aos olhos a estabilidade como fator importante para a escolha profissional entre os oficiais. Na questão 9 já fizemos uma análise deste aspecto e o cruzamento dos dados com as questões 16 e 17 reforçará este traço na identidade dos oficiais do Exército. O elevado índice para apenas uma das outras carreiras (servidor público concursado) acende a dúvida em relação à vocação dos oficiais para a carreira militar, já que as demais opções só atingiram cada uma por si no máximo 29,2% das respostas e justamente no grupo D, que já tem a aposentadoria garantida. Entre os grupos A, B e C o índice de respostas para as opções diferentes da mais respondida (servidor público concursado) não ultrapassa 18,5%. Viver em um mundo pós-moderno cheio de incertezas pode trazer desconfortos e inquietações. O oferecimento de trilhar uma carreira estável mostra-se interessante para esse grupo que escolheu ser militar.

Questão 11

Para um oficial de carreira, fazer outro curso de graduação...					
	Grupo A	Grupo B	Grupo C	Grupo D	Total
é recomendável pois agrega valor ao profissional militar.	55,2%	51,6%	55,2%	52,8%	53,7%
pode agregar algum valor ao profissional militar.	27,6%	24,2%	22,6%	28,1%	24,6%
Na maioria dos casos, só atende aos interesses pessoais do militar.	17,2%	24,2%	22,2%	19,1%	21,8%

Questão 12

A ESAO, o CEP e a ECEME oferecem mestrados em assuntos militares. Para um oficial de carreira, fazer mestrado ou doutorado em outros assuntos...					
	Grupo A	Grupo B	Grupo C	Grupo D	Total
é recomendável pois agrega valor ao profissional militar.	52,9%	50,2%	53,2%	64,0%	53,7%
pode agregar algum valor ao profissional militar.	29,9%	31,6%	31,5%	23,6%	30,2%
Na maioria dos casos, só atende aos interesses pessoais do militar.	17,2%	18,1%	15,3%	12,4%	16,1%

Análise das questões 11 e 12

Existe um equilíbrio entre as respostas dos grupos A, B, C e D, refletindo um pensamento comum a favor da realização de cursos civis de graduação e pós-graduação *lato* ou *stricto sensu*. Esse pensamento comum também fica evidenciado nas respostas às questões 6, 7 e 15. Mais uma vez reforçam-se os reflexos da pós-modernidade na opinião dos oficiais. Como na década de 1970, os oficiais mais experientes não recomendavam a realização de cursos civis, percebe-se que houve clara mudança de opinião nesses últimos quarenta anos. Os altos índices do grupo D, 64% apoiando a realização de graduações civis e 52%

A construção da identidade do oficial do Exército Brasileiro

apoiando a realização de pós-graduações civis, não deixam dúvidas de que houve mudança de identidade dos oficiais. Um grupo que se julgava autossuficiente para a capacitação dos seus quadros agora reconhece a importância de buscar conhecimento fora da instituição.

Questão 13

Na lista abaixo, escolha os 10 (dez) valores que, em sua opinião, mais distinguem um militar:					
	Grupo A	Grupo B	Grupo C	Grupo D	Total
Patriotismo	67,4%	77,5%	74,7%	65,9%	73,4%
Lealdade	66,3%	66,7%	64,1%	87,5%	68,5%
Civismo	37,2%	40,8%	40,4%	27,3%	38,3%
Disciplina	93,0%	96,7%	96,3%	92,0%	95,4%
Fé na missão do Exército	30,2%	30,5%	29,4%	25,0%	29,3%
Espírito de corpo	57,0%	65,7%	56,3%	63,6%	60,6%
Aprimoramento téc. profissional	26,7%	21,1%	19,6%	33,0%	22,9%
Amor ao Exército	39,5%	34,7%	44,5%	51,1%	41,5%
Hierarquia	84,9%	88,3%	87,3%	79,5%	86,2%
Dignidade	36,0%	32,4%	39,2%	47,7%	37,7%
Atitude	44,2%	39,4%	28,2%	22,7%	33,4%
Coesão	5,8%	7,55%	8,2%	6,8%	7,4%
Competência	32,6%	31,9%	36,3%	31,8%	33,7%
Persistência	55,8%	41,3%	36,7%	28,4%	39,7%
Honra	52,3%	60,1%	67,8%	73,9%	63,9%
Camaradagem	55,8%	58,2%	56,3%	58,0%	57,1%
Comprometimento	74,4%	70,4%	69,0%	71,6%	70,6%
Coragem	50,0%	46,0%	51,0%	46,6%	48,6%
Decisão	52,3%	51,2%	43,7%	48,9%	48,1%
Trabalho em equipe	38,4%	39,4%	51,0%	38,6%	43,7%

Questão 14

Entre os 10 (dez) valores que o senhor elegeu na questão anterior, separe agora apenas 6 (seis) que o senhor considera imprescindíveis para um militar:					
	Grupo A	Grupo B	Grupo C	Grupo D	Total
Patriotismo	40,7%	46,9%	44,9%	31,8%	43,2%
Lealdade	45,3%	52,6%	48,6%	71,6%	52,7%
Civismo	4,7%	12,7%	10,6%	5,7%	9,8%
Disciplina	89,5%	88,7%	87,3%	89,8%	88,4%
Fé na missão do Exército	15,1%	15,5%	14,7%	12,5%	14,7%
Espírito de corpo	23,3%	29,1%	18,4%	21,6%	23,1%
Aprimoramento téc. profissional	16,3%	8,9%	7,3%	11,4%	9,7%
Amor à profissão	23,3%	21,6%	26,1%	30,7%	24,8%
Hierarquia	68,6%	72,8%	73,5%	72,7%	72,5%
Dignidade	19,8%	16,0%	17,6%	23,9%	18,2%
Atitude	20,9%	17,4%	11,0%	8,0%	14,1%
Coesão	0,0%	1,9%	0,4%	1,1%	0,9%
Competência	23,3%	17,4%	22,0%	18,2%	20,1%
Persistência	24,4%	16,9%	19,2%	13,6%	18,4%
Honra	27,9%	39,0%	46,1%	52,3%	42,1%
Camaradagem	23,3%	29,6%	25,7%	29,5%	27,2%
Comprometimento	60,5%	46,5%	50,2%	44,3%	49,5%
Coragem	23,3%	19,7%	27,3%	25,0%	23,9%
Decisão	32,6%	26,3%	24,1%	21,6%	25,6%
Trabalho em equipe	17,4%	20,7%	24,9%	14,8%	21,0%

Análise das questões 13 e 14

Antes de analisar as duas questões é necessário lembrar quais são os valores militares previstos no Estatuto dos Militares que é o código de ética da profissão militar, Lei N° 6.880, de 9 de dezembro de 1980, da Presidência da República. A lista é a seguinte: patriotismo, civismo, fé na missão do Exército, amor à profissão, espírito de corpo e aprimoramento técnico-profissional. O estatuto, por ser uma lei federal, é também válido para a Marinha e para a Força Aérea.

No capítulo 4 vimos que não há apenas uma definição de valores militares. Com o passar do tempo, desde a edição da primeira lista de valores em 1969, no terceiro Estatuto dos Militares, outros regulamentos militares trouxeram definições que divergem do texto original do estatuto. Diante das definições diferentes dos valores militares nos próprios regulamentos militares e quartéis é fácil perceber por que os oficiais que responderam o questionário divergiram tanto em suas marcações do que é previsto até em lei federal. Indica também que o ensino teórico dos valores expressos nos regulamentos não foi bem assimilado ou foi apagado quando a vivência profissional indicou outros mais significativos.

Na montagem das questões 13 e 14, utilizei como critério dispor vinte opções na lista, o que considerei um leque amplo de opções. Foram incluídas as seis virtudes militares do

estatuto, mais quatro valores que compõem a ética militar (lealdade, dignidade, honra e camaradagem) do *Vade-mécum*, mais dez da campanha de valores da Brigada de Operações Especiais, sendo que honra e disciplina coincidem com valores do manual de liderança militar (C 20-10).

Para a análise das questões 13 e 14 vamos montar um quadro só com os nove valores mais indicados, em ordem decrescente de escolha:

Quadro 2

Grupo A	Grupo B	Grupo C	Grupo D
Disciplina	Disciplina	Disciplina	Disciplina
Hierarquia	Hierarquia	Hierarquia	Lealdade
Comprometimento	Patriotismo	Patriotismo	Hierarquia
Patriotismo	Comprometimento	Comprometimento	Honra
Lealdade	Lealdade	Honra	Comprometimento
Espírito de corpo	Espírito de corpo	Lealdade	Patriotismo
Camaradagem	Honra	Espírito de corpo	Espírito de corpo
Persistência	Camaradagem	Camaradagem	Camaradagem

Agora veremos no quadro abaixo os sete valores mais indicados, também em ordem decrescente de escolha:

Quadro 3

Grupo A	Grupo B	Grupo C	Grupo D
Disciplina	Disciplina	Disciplina	Disciplina
Hierarquia	Hierarquia	Hierarquia	Hierarquia
Comprometimento	Lealdade	Comprometimento	Lealdade
Lealdade	Patriotismo	Lealdade	Honra
Patriotismo	Comprometimento	Honra	Comprometimento
Decisão	Honra	Patriotismo	Patriotismo

Do quadro 3 podemos extrair sete valores, porém o valor “decisão” aparece apenas na lista de seleção do grupo A, dos oficiais mais jovens, tomando o lugar do valor “honra” que viria logo a seguir, recebendo 5% a menos de indicação dentro desse grupo A. Os valores escolhidos pelos grupos B, C e D são idênticos. Apenas diferem na ordem em que aparecem nas listas dos grupos. Assim, podemos separar os seguintes valores como os mais indicados pelos oficiais respondentes: *disciplina, hierarquia, lealdade, comprometimento, patriotismo e honra*. Desses seis escolhidos, apenas o patriotismo está na lista do Estatuto dos Militares.

Parece que os oficiais marcaram no questionário o que foi experimentado e vivenciado durante a carreira. Essa lista de valores indicados espontaneamente, sem consulta a manuais, nos dá fortes sinais da identidade desse grupo de profissionais.

No quadro 4 aparecem destacados os valores eleitos no *survey* separados nas colunas que indicam as listas de valores militares disponíveis nos manuais do Exército.

Quadro 4

Valores militares			
Estatuto dos Militares	<i>Vade-Mécum</i>	Manual de Liderança Militar	Campanha da Brigada de Operações Especiais
Patriotismo	Patriotismo	Patriotismo	Patriotismo
Civismo	Civismo	Civismo	Camaradagem
Fé na missão do Exército	Fé na missão do Exército	Idealismo	Coesão
Amor à profissão	Amor à profissão	Disciplina	Disciplina
Espírito de corpo	Espírito de corpo	Espírito de corpo	Espírito de corpo
Aprimoramento técnico-profissional	Aprimoramento técnico-profissional	Interesse pelo aprimoramento técnico-profissional	Coragem
Hierarquia*	Hierarquia*		Decisão
Disciplina*	Disciplina*		Dever
			Comprometimento
			Competência
			Honra
			Iniciativa
			Lealdade
			Atitude
			Persistência
			Trabalho em equipe

Observações:

Apenas o *patriotismo* é comum às quatro listas.

A *hierarquia* e a *disciplina* constam no Estatuto dos Militares e no *Vade-Mécum* como deveres militares e não como valores militares.

A *honra* consta do *Vade-Mécum* como sendo parte da ética militar.

A *lealdade* consta do *Vade-Mécum* como sendo parte dos deveres militares.

O *comprometimento* aparece apenas na campanha da Brigada de Operações Especiais e é descrito como dedicação à Pátria. Assim, no Estatuto e no *Vade-Mécum*, a dedicação (comprometimento) estaria entre os deveres militares.

A nova lista de valores que foi extraída da opinião dos oficiais indica a adaptação do grupo à nova sociedade. A variação de importância dada ao culto aos valores civismo, fé na missão do Exército, amor à profissão, espírito de corpo e aprimoramento técnico-profissional indica forte mudança na identidade dos oficiais, na sua escala de valores, mas não quer dizer que estes valores não sejam mais aceitos no meio militar, apenas não fazem parte

da lista dos seis mais praticados atualmente. Os valores mais cultuados pela oficialidade na atualidade parecem estar mais alinhados com as missões do Exército definidas na Constituição Federal promulgada em 1988. Esse é também um marco importante para a mudança da identidade dos oficiais, já que o Exército passou a ter novas missões constitucionais.

A Constituição Federal de 1969 previa que as Forças Armadas, essenciais à execução da política de segurança nacional, destinavam-se à defesa da Pátria e à garantia dos poderes constituídos, da lei e da ordem. A constituição de 1988 e leis complementares específicas ampliaram as missões das Forças Armadas que passaram a ser: defender a Pátria; garantir os poderes constituídos, a lei e a ordem; cooperar com o desenvolvimento nacional e com a defesa civil; e ainda participar de operações internacionais. São missões menos nacionalistas e mais globalizadas. Em decorrência das novas missões, seus integrantes precisaram se adaptar e parece coerente uma mudança na escala de valores cultuados. Os valores que ligavam os profissionais mais à instituição, como a fé na missão do Exército, amor à profissão militar e espírito de corpo, agora perdem importância diante dos novos desafios de cooperar com o desenvolvimento nacional, com a defesa civil e com outros povos nas missões internacionais. Percebe-se também que o aprimoramento técnico-profissional passa a ser uma necessidade constante para todos os profissionais, deixando de ser um valor diferenciado apenas para os militares.

Os novos valores cultuados pelos oficiais, segundo apurado no *survey*, disciplina, hierarquia, lealdade, comprometimento, patriotismo e honra, estão em sintonia com as missões atuais do Exército. São valores coerentes com uma identidade menos nacionalista e mais aberta para atender aos anseios da sociedade. São sim valores que distinguem, atualmente, o profissional militar de outras carreiras. Destacam-se a disciplina e a hierarquia como fatores marcantes da identidade dos oficiais. O patriotismo e o comprometimento como valores alinhados com a missão da instituição. A lealdade e a honra como valores éticos que se somam dando liga aos profissionais que atuam mais em grupos constituídos que isoladamente.

Do que foi apurado no *survey* e na base teórica, percebe-se que, no senso comum dos militares, não há clara distinção do que sejam “deveres militares”, “ética militar” ou “valores militares”, como está previsto no código de ética da profissão que é o Estatuto dos Militares.

Reforçando que entre os integrantes do Exército não é fixa a definição dos valores militares, vemos que, em 2014, nova publicação do Estado-Maior do Exército foi aprovada com o nome de “Manual de Fundamentos EB20-MF-10.101 O EXÉRCITO BRASILEIRO”. No capítulo IV, acerca da profissão militar, são apresentados os valores militares, os deveres militares e a ética militar, entre outros. A definição de valores militares do novo manual é a mesma que já foi abordada quando tratamos do *Vade-Mécum* no capítulo 2, porém acrescentou-se a “coragem” à lista de valores militares. No *Vade-Mécum* eram apenas os mesmos seis do Estatuto dos Militares, comuns às três Forças Armadas, agora são sete os valores militares no texto do novo manual que é particular aos militares do Exército. Como o novo manual apresenta uma lista de valores militares diferente, acrescentando um novo valor que não constava no *Vade-Mécum* de 2012 ou no Estatuto dos Militares de 1980, comprova-se a hipótese formulada no início da pesquisa realizada que buscava evidências de mudança

de valores nas publicações militares oficiais. Comprova-se também a teoria acadêmica da psicologia social e da sociologia nas quais a hierarquia dos valores de um grupo profissional sofre variações para que seja possível adaptar-se às mudanças impostas pela sociedade maior em que o grupo está inserido. No caso específico do Exército Brasileiro, como instituição tradicional e conservadora, os valores militares sofrerão variações muito leves e lentas, quase imperceptíveis, na justa medida da necessidade de acompanhar as demandas impostas pela sociedade brasileira legitimadas em textos oficiais que também demandam de longos períodos para sofrerem alterações, como é o caso da Constituição Federal.

Questão 15

A aproximação entre o Exército e a Universidade pode contribuir para o aperfeiçoamento dos seus oficiais					
	Grupo A	Grupo B	Grupo C	Grupo D	Total
Concordo plenamente.	69,8%	73,7%	67,5%	75,9%	71,1%
Concordo em parte.	26,7%	22,0%	26,4%	20,5%	24,1%
Tenho dúvidas.	2,3%	3,4%	5,6%	2,4%	4,0%
Discordo.	1,2%	1,0%	0,4%	1,2%	0,8%

Análise da questão 15

O resultado claro e equilibrado desta questão entre todos os grupos corrobora as respostas indicadas nas questões 11 e 12. Mostra também que, apesar de entenderem como importante a aproximação com a universidade, vendo os índices das questões 6 e 7, parece que é difícil para um oficial realizar cursos fora da instituição. As causas disso merecem melhor investigação.

Questão 16

Enumere de 1 (mais importante) a 9 (menos importante) cada um dos aspectos abaixo que fez o senhor optar pela carreira militar:

Gráfico com informações consolidadas dos grupos A, B, C e D									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
Tradição familiar.	7,1%	7,9%	4,3%	6,9%	6,4%	4,3%	8,4%	15,0%	39,5%
Desejo dos pais.	6,1%	9,8%	7,3%	6,6%	10,1%	10,2%	12,2%	26,6%	11,1%
Vocação.	41,8%	10,4%	10,1%	8,8%	6,0%	6,9%	7,1%	5,1%	3,8
Emprego estável.	23,8%	27,4%	15,7%	11,1%	6,1%	5,6%	4,6%	2,8%	2,8%
Remuneração digna.	3,5%	9,9%	17,4%	18,7%	16,7%	13,4%	8,4%	5,8%	6,3%
Oportunidade de ascensão social.	3,6%	6,9%	12,9%	12,2%	14,7%	16,2%	16,9%	9,9%	6,6%
Trabalho útil à sociedade.	7,1%	14,4%	11,7%	14,9%	15,5%	15,5%	10,7%	7,3%	2,8%
Previdência social.	3,6%	8,8%	14,5%	17,0%	14,7%	13,7%	13,4%	11,4%	2,8%
Justiça corporativa militar.	3,3%	4,5%	6,1%	3,8%	9,8%	14,0%	18,2%	16,0%	24,3%

Análise da questão 16

Quadro resumo da questão 16				
	Grupo A	Grupo B	Grupo C	Média
Vocação como 1ª opção	33%	30%	48%	37%
Emprego estável como 1ª opção	31%	30%	21%	27%

Observando o quadro resumo, destaca-se a variação do critério “vocação” em que a porcentagem decresce junto com o tempo de serviço, ou seja, entre os oficiais mais novos e intermediários há menos vocacionados que entre os experientes do grupo C.

Processo inverso ocorre com o critério “emprego estável” que entre os oficiais mais novos é maior e decresce enquanto aumenta o tempo de serviço dos oficiais.

Fica clara a sinalização de um processo em andamento de diminuição no ingresso de oficiais por vocação e aumento do ingresso dos que procuram estabilidade. Mantida a tendência, em dez anos teremos menos de um terço de vocacionados entre os oficiais formados pela Aman.

A mudança ocorrida em 1990 nas regras de ingresso na Aman pode ter pesado nas variações de porcentagens entre os grupos C, B e A. Até 1990 havia o concurso interno para os concludentes dos colégios militares ingressarem na Aman. A partir de 1991 o ingresso na Aman passou a ser exclusivamente mediante concurso nacional e os alunos dos colégios militares passaram a concorrer às vagas da Aman nas mesmas condições que os candidatos

de origem civil, deixando de ter um número de vagas reservadas. Assim, no grupo C estão os últimos ex-alunos de colégios militares beneficiados com concurso interno, grupo esse que considero ter maior probabilidade de ser considerado como vocacionado para a carreira militar. Outra forte mudança ocorreu em 1990 quando a Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEEx), que dava acesso direto à Aman, deixou de oferecer o primeiro e segundo ano do ensino médio, passando a escola a ter somente a duração de um ano, equivalendo ao terceiro ano do ensino médio. Com isso, o ingresso de alunos deixou de ser com média de 14 anos e passou a ser de 16 anos de idade. Considero essa mudança como muito sensível e impactante para o número de vocacionados, pois o ingresso na Aman deixou de ter uma porta para os mais novos, adiando a oportunidade de ingresso em dois anos, passando a decisão para um momento em que os jovens já estão finalizando o médio, preparando-se para o vestibular e conhecendo outras carreiras. Até 1989, no momento de um jovem tentar ingressar na EsPCEEx, ele não tinha opção de ingressar em outra carreira de ensino superior, pois só mais tarde, ao concluir o ensino médio, poderia pensar em ingressar em outras carreiras.

Essa possibilidade de o Exército selecionar novos integrantes para sua oficialidade sem concorrer com a seleção às outras carreiras deixou de existir. Creio que um jovem vocacionado que não tenha conseguido passar no concurso para a EsPCEEx e tenha passado para um vestibular, dificilmente voltaria a fazer novamente o concurso no ano seguinte, pois já estaria vivendo uma nova fase, a da educação superior, direcionada para outra carreira. Assim, alguns jovens vocacionados para a carreira militar, impactados pela mudança de ingresso na EsPCEEx, podem ter se desviado para outras carreiras. É importante frisar que a Marinha e a Força Aérea não modificaram suas escolas de ensino médio que continuam captando jovens com 14 anos e dando acesso direto às suas academias de ensino superior. Muitos jovens vocacionados para a carreira militar podem ingressar nas escolas da Marinha e da Força Aérea logo cedo. O Exército, ao fechar esta possibilidade de acesso, pode estar perdendo jovens vocacionados para as forças irmãs. Lembro que na questão 8 aparece o índice de 35% de oficiais que, antes de ingressar no Exército, prestaram concurso para a Marinha, Força Aérea, Polícia Militar etc.

Em 2012, nova mudança de ingresso na Aman ocorreu. A EsPCEEx tem seu grau de ensino modificado de médio para superior, fazendo com que o primeiro ano da Aman seja cursado na EsPCEEx. Agora o curso da Aman passa a ter a duração de cinco anos. Segundo esta recente mudança, a concorrência com outras carreiras está ainda mais acirrada. Os jovens vocacionados prestarão concurso para a Aman no mesmo ano que também farão vestibular para outras carreiras. Como as vagas para a Aman são poucas, cerca de quinhentas até 2015 e reduzidas para 450 a partir de 2016, um jovem vocacionado bem preparado intelectualmente pode não passar para a Aman e passar para uma universidade civil bem conceituada. Reduz-se assim a possibilidade de um jovem vocacionado tentar o segundo concurso de ingresso. Paralelamente, pode acontecer que um jovem não vocacionado, mas de elevado preparo intelectual, tenha sido aprovado para ingresso na Aman, além dos outros vestibulares que prestou. Esse jovem pode, mesmo não sendo vocacionado, optar pelo ingresso no Exército pela estabilidade da carreira, pelo fato de os cinco anos de curso serem remunerados (cerca de um salário-mínimo mensal) ou como se fosse um concurso público nacional. Em 2016 o sistema de ensino do Exército manifestou preocupação com a oscila-

ção do número de candidatos ao concurso da EsPCEEx que parece refletir na qualidade dos aprovados. Campanhas de incentivo são pensadas para atrair mais e melhores candidatos. O novo sistema de formação em cinco anos está em fase de validação e espero que esta pesquisa contribua para que voltemos ao sistema anterior de quatro anos na Aman, precedidos por três anos de ensino médio na EsPCEEx.

Voltando para a análise do *survey*, os critérios de ingresso na carreira “desejo dos pais”, “justiça corporativa” e “tradição familiar” são os que menos influenciam os oficiais. Os demais critérios ficaram no nível intermediário de importância.

Questão 17

Enumere de 1 (mais importante) a 6 (menos importante) cada um dos aspectos abaixo relacionados, que fez o senhor optar pela carreira militar:						
	1	2	3	4	5	6
Emprego estável.	58,3%	18,5%	7,4%	5,1%	4,1%	6,4%
Remuneração digna.	4,5%	32,1%	26,4%	16,7%	10,6%	9,8%
Oportunidade de ascensão social.	5,1%	13,7%	23,8%	23,8%	17,5%	16,0%
Trabalho útil à sociedade.	20,8%	13,6%	17,7%	24,5%	16,9%	6,6%
Previdência Social.	4,6%	17,4%	19,5%	21,3%	29,9%	7,3%
Justiça corporativa militar.	6,6%	4,8%	5,1%	8,6%	21,0%	53,9%

Análise da questão 17

Quadro resumo da questão 17				
	Grupo A	Grupo B	Grupo C	Grupo D
1ª opção	Emprego estável 59%	Emprego estável 61%	Emprego estável 57%	Emprego estável 53%
2ª opção	Remuneração digna 31%	Remuneração digna 34%	Remuneração digna 32%	Remuneração digna 29%
3ª opção	Ascensão social 25%	Previdência social 26%	Ascensão social 23%	Trabalho útil 27%

Todos os grupos indicaram níveis semelhantes de opinião, variando dentro da margem de erro de 5%. Comparando a questão 17 com a 16, confirmamos o quanto o critério “estabilidade” influencia na escolha da carreira. Quando são apresentados apenas aspectos cognitivos e retiram-se os emocionais (desejo dos pais, vocação e tradição familiar), percebe-se melhor a gradação de importância dos demais critérios racionais. Podemos ligar estas influências com as respostas da questão 5 (maioria vem da classe média), da questão 9 (maioria não abriria mão da estabilidade) e da questão 10 (maioria optaria por ser servidor público concursado). Temos aqui um traço claro da identidade da oficialidade.

Questão 18

Em sua opinião, o Exército Brasileiro se reconhece mais quando atua em ações subsidiárias ou em ações operacionais?					
	Grupo A	Grupo B	Grupo C	Grupo D	Total
Igualmente em ambas.	30,2%	29,9%	42,7%	39,8%	36,2%
Somente nas ações operacionais.	3,5%	5,4%	3,1%	7,2%	4,5%
Somente nas ações subsidiárias.	5,8%	5,4%	4,4%	3,6%	4,8%
Mais nas ações operacionais que nas subsidiárias.	41,9%	38,2%	33,0%	33,7%	36,2%
Mais nas ações subsidiárias que nas operacionais.	18,6%	21,1%	16,7%	15,7%	18,3%

Questão 19

Em sua opinião, o Exército Brasileiro é reconhecido (mais valorizado) quando atua em ações subsidiárias ou em ações operacionais?					
	Grupo A	Grupo B	Grupo C	Grupo D	Total
Igualmente em ambas.	17,4%	13,2%	20,3%	24,1%	18,0%
Somente nas ações operacionais.	0,0%	1,5%	0,0%	0,0%	0,5%
Somente nas ações subsidiárias.	15,1%	22,1%	18,5%	15,7%	18,8%
Mais nas ações operacionais que nas subsidiárias.	16,3%	7,4%	6,6%	4,8%	8,0%
Mais nas ações subsidiárias que nas operacionais.	51,2%	55,9%	54,6%	55,4%	54,7%

Análise das questões 18 e 19

Nestas questões 18 e 19 os oficiais respondem que a identidade da instituição perante a sociedade não corresponde à realidade do que acontece dentro dos quartéis. Recordo agora uma citação de um antigo chefe do Departamento de Ensino e Pesquisa, general Paulo Cesar de Castro, que dizia “A virtude da faca está no corte”. Ele sempre procurava lembrar a seus subordinados o quanto é importante realizar ações subsidiárias, socorrendo vítimas das secas, combatendo a febre aftosa, realizando atendimentos médicos nas Tribos Indígenas etc. Porém, o Exército tem que ser reconhecido por suas habilidades como Força Armada na sua missão principal que é a defesa do país. Este anseio pelo reconhecimento da sociedade não é recente. Edmundo Campos Coelho cita a frustração dos militares quando retornaram da Guerra do Paraguai e não foram reconhecidos pelo “tributo de sangue vertido em defesa da nação” (Coelho, 1975: 46). A missão do Exército descrita na Constituição de 1988 se viu acrescida, com leis complementares, das ações subsidiárias e as internacionais. Os oficiais e a sociedade aos poucos estão se adaptando à nova e mais ampla missão do Exército.

Questão 20

O senhor atribui a credibilidade do Exército principalmente a(o):					
	Grupo A	Grupo B	Grupo C	Grupo D	Total
Excelência na formação militar.	10,5%	14,7%	13,2%	8,4%	12,7%
Prática de ações sociais.	15,1%	9,8%	6,2%	3,6%	8,3%
Garantia da lei e da ordem.	5,8%	5,9%	5,3%	4,8%	5,5%
Profissionalismo no cumprimento das missões.	53,5%	52,5%	64,3%	69,9%	59,5%
Isenção nas questões políticas da Nação.	15,1%	17,2%	11,0%	13,3%	14,0%

Análise da questão 20

De uma maneira geral (59,5%), a oficialidade concorda que a credibilidade da instituição decorre do profissionalismo no cumprimento das missões. Os mais antigos têm maior convicção disso, enquanto quase a metade dos mais jovens entende que a credibilidade é fruto dos outros fatores propostos na questão de forma pulverizada. Aqui encontramos um reforço ao comprometimento como valor militar indicado entre os seis mais importantes na questão 14, pois o comprometimento como uma das marcas da identidade dos oficiais contribui para o profissionalismo no cumprimento das missões.

Questão 21

Que grupo de valores abaixo melhor representa o espírito militar?					
	Grupo A	Grupo B	Grupo C	Grupo D	Total
Espírito de corpo/ Camaradagem/ Lealdade.	18,6%	18,6%	15,0%	15,7%	16,8%
Honestidade/Integridade/Honradez.	23,3%	16,7%	17,2%	19,3%	18,2%
Responsabilidade/Dedicação/ Disponibilidade.	18,6%	19,6%	28,2%	24,1%	23,3%
Civismo/Idealismo/Patriotismo.	4,7%	8,3%	6,2%	10,8%	7,3%
Liderança/Motivação/Iniciativa.	10,5%	5,9%	4,4%	2,4%	5,5%
Organização/Disciplina/Obediência.	24,4%	30,9%	29,1%	27,7%	28,8%

Análise da questão 21

Mais uma vez fica clara a falta de convicção acerca dos valores cultuados no meio militar. Ao separar diversos valores três a três, percebe-se que em todos os grupos as marcações foram difusas. O maior índice é de apenas 30,9%. A última opção, em que aparecem os valores “organização, disciplina e obediência”, foi a mais indicada por todos os grupos. Novamente a disciplina e a obediência (hierarquia) sobressaem sobre os demais, porém, repito, não em grandes índices.

Questão 22

Como o senhor incorporou os valores militares?					
	Grupo A	Grupo B	Grupo C	Grupo D	Total
Na minha família.	27,9%	40,2%	33,0%	20,5%	33,0%
Ainda cedo no Colégio Militar.	14,0%	16,2%	19,8%	22,9%	18,2%
Na minha escola de formação (EsPCEx/AMAN).	51,2%	40,2%	43,2%	45,8%	43,7%
Depois de formado, influenciado por outros militares mais experientes.	4,7%	1,0%	2,2%	8,4%	3,0%
Com meus pares.	0,0%	0,5%	0,9%	0,0%	0,5%
Não sei.	2,3%	2,0%	0,9%	2,4%	1,7%

Análise da questão 22

Um reflexo do fator endógeno de recrutamento aparece forte nesta questão. A aquisição dos valores militares ocorre predominantemente durante a socialização nas escolas de formação, porém, como boa parte dos oficiais estudou em colégios militares e/ou são filhos de militares, a aquisição também acontece antes mesmo da formação.

É certo que os oficiais tinham em mente ao responderem esta questão os principais valores que elegeram na questão 14, ou seja, disciplina, hierarquia, comprometimento, patriotismo, honra e lealdade, assim é possível aceitar que 33% tenham adquirido esses valores na família, pois são valores que podem ser universais. Mais uma influência pós-moderna podemos observar nessa lista de valores – a universalidade – reduzindo valores nacionalistas como a fé na missão do Exército, amor à profissão e espírito de corpo. Recordando Bauman,¹³ as instituições na modernidade líquida se liquefazem e surge o clima de incertezas. Diante dessa instabilidade, como o nacionalismo já não cabe mais na atualidade sem adaptações, Estados e suas instituições adotam novas safras de reivindicações visando proteção contra a globalização, mais autonomia e independência. Talvez as Forças Armadas, mediante seleção de valores nacionalistas a partir de 1969, quando definiram uma lista fixa de seis valores militares em seu estatuto, tenham tentado construir uma trincheira para protegerem-se dos riscos da globalização, porém, essa medida restritiva não é absoluta, mas permeável, e os oficiais do Exército demonstraram no *survey* que cultuam, hoje, outros valores com maior intensidade.

13 Capítulo 1 deste livro.

Questão 23

Marque a alternativa que melhor expressa sua opinião em relação à aquisição do caráter militar.					
	Grupo A	Grupo B	Grupo C	Grupo D	Total
O aprendizado ocorre espontaneamente.	39,5%	34,3%	30,0%	30,1%	32,8%
O aprendizado ocorre nas escolas militares.	57,0%	62,3%	67,8%	66,3%	64,2%
Não sei.	3,5%	3,4%	2,2%	3,6%	3,0%

Análise da questão 23

Os índices desta questão estão coerentes com a afirmação da psicóloga Daniela Wortmeyer¹⁴ que em sua pesquisa de mestrado observou que na Aman a socialização ocorre centrada em torno das práticas mais do que em crenças e valores. Para uma boa parcela dos oficiais pode parecer que o aprendizado ocorreu espontaneamente por ter sido prático e não teórico, mas a maioria concorda que a aquisição ocorre durante o processo de socialização nas escolas de formação.

Questão 24

O senhor acredita que o culto aos valores militares varia de que maneira em relação ao tempo de serviço militar?					
	Grupo A	Grupo B	Grupo C	Grupo D	Total
Amadurece com o passar dos anos na carreira militar.	47,7%	60,8%	63,0%	74,7%	61,7%
Permanece o mesmo durante toda a carreira militar.	11,6%	6,4%	12,8%	14,5%	10,7%
Tende a se relaxar com o passar dos anos da carreira militar.	33,7%	30,9%	21,6%	9,6%	24,8%
Não sei.	7,0%	2,0%	2,6%	1,2%	2,8%

Análise da questão 24

A maioria dos oficiais aponta variação no culto dos valores militares em relação ao tempo de serviço. Os oficiais mais experientes (grupo D) não concorda muito que haja relaxamento com o passar dos anos (9,6%), índice duas e três vezes menor que o indicado pelos grupos C, B e A. Parece ser reflexo do expressivo número de oficiais vocacionados do grupo D. O baixo índice geral de apenas 10,7% dos que consideram que o culto é invariável confirma todo o suporte teórico dos capítulos anteriores em que não se pode provar determinismo de comportamento atrelado a valores ou atitudes, assim como também não há identidades fixas no tempo.

¹⁴ Ver capítulo 2.

Questão 25

Qual afirmação abaixo mais se aproxima da imagem que o senhor tem do Exército Brasileiro?					
	Grupo A	Grupo B	Grupo C	Grupo D	Total
A história do Brasil se confunde com a história do Exército.	18,6%	32,4%	39,6%	50,6%	35,7%
O Exército é o guardião da democracia	11,6%	8,3%	7,0%	3,6%	7,7%
A hierarquia e a disciplina são os fundamentos de uma instituição patriótica.	34,9%	38,2%	34,4%	34,9%	35,8%
O Exército é a única instituição que defende os interesses maiores da Pátria.	22,1%	17,2%	13,7%	8,4%	15,3%
Não sei.	12,8%	3,9%	5,3%	2,4%	5,5%

Análise da questão 25

Dentro dos grupos há bipolaridade de opiniões e entre os grupos há divergência de opinião de qual opção melhor reflete a imagem do Exército. Creio que essas incertezas refletem a crise de identidade da instituição que não é recente. Vimos na análise das questões 18 e 19 que a percepção dos oficiais acerca da imagem de que goza o Exército perante a sociedade também não reflete o que julgam eles ser a realidade.

Questão 26

Enumere de 1 (mais relevante) a 8 (menos relevante) as seguintes profissões segundo a qualificação "SACERDÓCIO".								
	1	2	3	4	5	6	7	8
Bombeiro	4,5%	15,3%	21,1%	23,9%	17,2%	10,1%	6,5%	1,4%
Juiz	1,55	4,1%	9,3%	11,9%	15,3%	23,5%	33,7%	0,7%
Médico	3,8%	10,7%	17,0%	16,7%	16,0%	20,1%	15,1%	0,7%
Militar	32,1%	38,0%	11,3%	5,0%	4,55	3,4%	3,8%	1,9%
Padre/Pastor	43,8%	12,0%	6,4%	5,0%	9,1%	9,3%	10,0%	4,5%
Policial	1,0%	8,1%	14,9%	21,0%	20,3%	18,4%	16,2%	0,2%
Político	6,7%	0,0%	0,9%	0,5%	0,5%	1,0%	2,4%	88,0%
Professor	6,5%	11,9%	19,1%	16,2%	17,2%	14,1%	12,4%	2,7%

Análise da questão 26

A dedicação exclusiva dos militares à profissão e os sacrifícios exigidos refletem-se nas respostas a esta questão em que os oficiais apontam apenas a carreira dos padres/pastores como mais afetas ao sacerdócio, deixando claro que ser militar não é considerado por eles como sendo uma carreira fácil, tranquila. Para uma melhor comparação, podemos cruzar esses dados com os das questões 9 (satisfação com a carreira), 16 (vocação) e 17 (emprego estável). Nessas questões os oficiais pontuaram que o índice de plena satisfação com a carreira e o número de vocacionados não chegam a um terço dos oficiais e que mais de 60% buscaram a carreira pela estabilidade oferecida.

Questão 27

Ser um bom profissional militar exige principalmente:					
	Grupo A	Grupo B	Grupo C	Grupo D	Total
Aperfeiçoamento intelectual diversificado.	44,7%	55,5%	50,2%	60,3%	52,6%
Excelente desempenho das atividades práticas.	51,8%	39,5%	45,2%	30,8%	42,3%
Dedicação exclusiva aos estudos militares.	3,5%	5,0%	4,6%	9,0%	5,2%

Análise da questão 27

A preferência pelo aperfeiçoamento intelectual revela que a atividade militar hoje é muito diferente do tempo em que os patronos do Exército como Caxias, Osório e Sampaio atuaram, revelando mudança significativa na profissão, que hoje exige muito estudo e menos desempenho de atividades práticas.

Questão 28

Em sua opinião, quais são atualmente os três maiores problemas das Forças Armadas?				
	Primeiro problema	Segundo problema	Terceiro problema	Contagem
Orçamento inadequado.	35,8%	36,9%	27,2%	279
Salários baixos.	58,0%	24,0%	18,0%	445
Revanchismo político.	28,0%	37,3%	34,7%	236
Desprestígio social.	16,9%	36,1%	47,0%	83
Equipamentos obsoletos.	18,0%	38,7%	43,2%	222
Incompreensão do papel das Forças Armadas.	23,95	32,3%	43,8%	201
Pouco interesse do Congresso pelas questões militares.	20,0%	36,8%	43,2%	280

Análise da questão 28

Observando a última coluna do gráfico percebe-se que o principal problema do Exército apontado pelos oficiais é o dos salários baixos (445 marcações). O segundo e terceiro aparecem praticamente empatados e são o pouco interesse do Congresso pelas questões militares (280 marcações) e o do orçamento inadequado (279 marcações). As respostas estão plenamente alinhadas com a valorização da estabilidade demonstrada na questão 17 e também podem ser explicações plausíveis para o alto índice de insatisfação com a carreira, confirmando o perfil da oficialidade que está sendo traçado.

Questão 29

Algumas organizações possuem uma “cultura” própria. No Exército, o senhor acha que:					
	Grupo A	Grupo B	Grupo C	Grupo D	Total
Há uma cultura conhecida e compartilhada por todos os membros da corporação.	41,2%	40,0%	49,8%	64,1%	47,1%
Há uma cultura que nem todos conhecem e/ou compartilham.	29,4%	32,5%	29,2%	16,7%	28,7%
Há a convivência de várias culturas.	18,8%	16,0%	13,7%	6,4%	14,3%
Há permanentes mudanças na cultura organizacional.	4,7%	7,5%	2,7%	11,5%	5,8%
Não sei.	5,9%	4,0%	4,6%	1,3%	4,1%

Análise da questão 29

As respostas apontam para um comportamento heterogêneo dos militares em que apenas metade dos oficiais indica que há uma cultura organizacional conhecida e compartilhada por todos os membros e quase um terço dos oficiais indica que a cultura organizacional não é conhecida ou compartilhada por todos. Há coerência com a diminuição de importância dada ao valor espírito de corpo que era muito valorizado na modernidade e, segundo o *Vade-Mécum* do Exército, significa vontade coletiva, orgulho coletivo, reflexo da coesão e da camaradagem da tropa. Tais características coletivas decrescem de importância na pós-modernidade em que as identidades são heterogêneas, esquizofrênicas e individualistas.

Últimas questões

Questão 30

O senhor pode indicar o grau de influência política que, em sua opinião, os seguintes grupos ou instituições exercem de fato no Brasil?			
	Muito	Pouco	Nenhum
Associações empresariais.	77,9%	19,8%	2,3%
Bancos.	85,6%	12,1%	2,3%
Cientistas e intelectuais.	8,6%	70,6%	20,8%
Congresso Nacional.	85,1%	11,6%	3,3%
Empresas multinacionais.	75,8%	21,4%	2,8%
Empresas nacionais.	49,0%	47,6%	3,3%
Grandes proprietários rurais.	58,3%	35,4	6,3%
Igreja Católica.	33,6%	57,8%	8,6%
Igrejas Evangélicas.	37,0%	54,6%	8,4%
Imprensa escrita.	75,0%	23,3%	1,8%
Rádio.	39,2%	56,0%	4,7%
Judiciário.	58,0%	37,0%	5,1%
Militares.	6,8%	48,3%	44,8%
Movimentos sociais.	55,0%	40,5%	4,6%
Organismos financeiros internacionais.	63,9%	31,2%	4,9%
Partidos políticos.	76,0%	19,1%	4,9%
Sindicatos de trabalhadores.	55,2%	39,8%	5,1%
Técnicos do governo.	10,5%	65,1%	24,3%
Televisão.	91,6%	7,5%	0,9%
Organizações não governamentais (ONG).	34,7%	57,1%	8,2%

Questão 31

E o grau de influência política que eles deveriam exercer?			
	Muito	Pouco	Nenhum
Associações empresariais.	30,8%	58,3%	10,9%
Bancos.	11,0%	67,6%	21,4%
Cientistas e intelectuais.	81,6%	14,9%	3,5%
Congresso Nacional.	83,7%	14,7%	1,6%
Empresas multinacionais.	7,5%	58,7%	33,8%
Empresas nacionais.	39,8%	51,5%	8,8%
Grandes proprietários rurais.	14,7%	64,8%	20,5%
Igreja Católica.	11,6%	49,6%	38,9%
Igrejas Evangélicas.	10,3%	49,7%	39,9%
Imprensa escrita.	41,5%	51,5%	7,0%
Rádio.	34,7%	56,7%	8,6%
Judiciário.	62,2%	29,1%	8,8%
Militares.	45,4%	44,8%	9,8%
Movimentos sociais.	17,5%	52,9%	29,6%
Organismos financeiros internacionais.	5,4%	41,7%	52,9%
Partidos políticos.	34,5%	45,0%	20,5%
Sindicatos de trabalhadores.	15,2%	59,2%	25,6%
Técnicos do governo.	29,6%	46,2%	51,7%
Televisão.	27,1%	57,8%	15,1%
Organizações não governamentais (ONG).	3,7%	44,7%	51,7%

Questão 32

O general Góes Monteiro, ministro da Guerra e chefe do Estado-Maior do Exército na década de 1930, defendia que a política deveria ser mantida fora dos quartéis. Qual das opções abaixo melhor expressa sua opinião em relação à afirmação de Góes Monteiro?					
	Grupo A	Grupo B	Grupo C	Grupo D	Total
Só foi válida para aquela época.	16,5%	16,3%	17,3%	15,8%	16,6%
Se tivéssemos seguido essa linha apolítica, não teríamos a democracia de hoje.	3,5%	12,8%	13,1%	13,2%	11,6%
Cabe ao Exército agir, mesmo que politicamente, quando a Pátria estiver em perigo.	63,5%	58,7%	46,7%	48,7%	53,6%
Não cabe mais nenhuma participação de militares na política do país.	10,6%	10,7%	17,8%	19,7%	14,5%
Não sei.	5,9%	1,5%	5,1%	2,6%	3,7%

Análise das últimas questões

Ao serem questionados acerca de posições políticas, os oficiais indicaram que o grau de influência política do Exército é pouco ou nenhum. Indicaram que desejariam ver o Exército com um grau de influência maior, porém apenas metade dos oficiais julga que deve ser alto e a outra metade julga que deve ser pouco. Reconhecem que altos graus de influência política cabem mais ao Congresso, ao Judiciário e aos cientistas e intelectuais. Por fim, manifestam mais uma vez estarem impregnados do valor patriotismo quando a maioria assinala que cabe ao Exército agir quando a Pátria estiver em perigo.

Conclusão

No meio militar, a identidade é conhecida como “caráter militar”. Manuel Brochado, autor militar de temas sociológicos, explica que o caráter militar se adquire mediante a prática constante dos valores militares, sendo o conjunto desses valores a base profissional dos militares quando em contexto de combate. Essa interpretação de que a repetição do comportamento se sedimenta como hábito na expressão do caráter do sujeito é o que aproxima o conceito de Brochado aos conceitos de Sennett e Ricoeur.

Através do diálogo, cada indivíduo negocia com os outros sua identidade e o rótulo que uma pessoa recebe é o reconhecimento que tem dos outros. A identidade também suscita a diferença. Enquanto as tradições tentam homogeneizar os comportamentos, a diferença entre os indivíduos distingue-os. A diferença não decorre da biologia ou da geografia, mas surge nos espaços entre as identidades totalizantes e essencialistas. As tradições formam identidades coletivas, mas a diferença surge, em momentos de transformações históricas, como um direito de questionar as tradições, modificando-as.

Na conceituação de identidade profissional fica evidente que sua construção passa pelo reconhecimento e também pelos aspectos da consciência, constância, continuidade e das semelhanças e diferenças. A compreensão da identidade profissional é, portanto, mais coletiva que individual e serve para identificar profissionais por semelhança e não por igualdade, indivíduos diferentes, porém com identidades sociais semelhantes. A representação social é que dá sinais dos valores que caracterizam a identidade profissional. Todo um conjunto de símbolos e costumes é praticado pelos indivíduos, conformando linguagens corporais e verbais próprias, além de organizar comportamentos e crenças. Mesmo diante de comportamentos semelhantes, as profissões são formadas por grupos heterogêneos sendo comuns as disputas entre eles. O clássico exemplo abordado da formação dos profissionais do mundo do direito nos dá provas disso. As crenças, os valores e o linguajar, entre outros aspectos, são comuns aos grupos que atuam como promotores, advogados, juízes ou defensores que vivem em constante disputa e são claramente heterogêneos, mesmo tendo sido formados durante igual socialização na graduação superior. Entre os oficiais do Exército, formados pela Aman, também existe o que chamamos de “Espírito da Arma” que distingue os militares em suas especializações (Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia, Comunicações, Material Bélico e Intendência). Como exemplo, podemos ver um infante bradar “O que vier nós traça!” Entre eles o significado é de que toda tarefa recebida será executada, não importando se faz sol ou chuva, se é fácil ou difícil, enquanto que para os

outros evidencia que são mais impulsivos ou autossuficientes. Um artilheiro é visto como um lorde, metuculoso e detalhista, pois no combate é treinado para não errar sequer um milímetro na precisão dos tiros do seu canhão, o que pode resultar em catástrofe. Este usa como lema a “Rapidez e precisão!” Quem não é militar, não distingue o Espírito das Armas. É algo que só o tempo em constante convivência com eles poderá evidenciar. Vemos no Espírito da Arma uma clara manifestação da heterogeneidade que existe entre os militares, tal como dito pela socióloga Rennê Martins, especialista em identidades profissionais. Essa heterogeneidade, semelhantemente com o que ocorre entre os profissionais do direito, subsiste, mesmo tendo esses profissionais sofrido o mesmo processo de sociabilização na Academia Militar.

Enquanto algumas correntes de pensamento procuram caracterizar a dependência do comportamento de um indivíduo às atitudes, às crenças e aos valores como preditores da ação, vimos que não há comprovação disso, pois os indivíduos agem e reagem não apenas motivados por suas forças internas, mas também pelas forças externas, tendo a força social sempre elevada influência sobre o comportamento. Sozinho, um indivíduo poderia agir num sentido, mas diante de outros, seu comportamento poderá ser diverso, motivado pela necessidade de aceitação, reconhecimento, censura ou outros mais. Também pode o indivíduo reorientar sua escala de valores para agir de forma diversa do usual, visando um bem específico. Hoje o sujeito pode atuar com misericórdia e amanhã poderá invocar justiça sem perder o sono à noite. Os modelos que procuram explicar as relações entre comportamento, atitude e valores focam os comportamentos individuais. Falta a análise de comportamentos de persuasão, negociação e liderança, além dos interpessoais, grupais e intergrupais para aumentar o conhecimento das influências culturais das sociedades sobre os comportamentos das pessoas.

Com relação aos aspectos dos valores do trabalho e das organizações, a psicologia social aponta uma face da relação do brasileiro com o trabalho que o diferencia da relação que têm povos de países desenvolvidos como os norte-americanos e japoneses em que o trabalho dignifica o homem. Aqui no nosso país, o trabalho tem um forte significado de garantia da sobrevivência. Essas características sionormativas congregam o sentido de obrigação geral e de dever, de fins sociais e de direitos, impactando nas escolhas profissionais. De um lado da balança de escolha profissional temos o peso da vocação para uma carreira e do outro lado a busca por estabilidade financeira.

Nas organizações, os valores exercem função integradora, orientando a vida institucional, mesmo não coincidindo com os valores dos seus membros. Esses valores organizacionais percebidos pelos membros nem sempre coincidem com os valores organizacionais previstos nas normas das organizações. É normal também ocorrerem variações de valores entre os setores das organizações. “A avaliação dos valores organizacionais percebidos é perfeitamente possível e mais rica do que a avaliação dos valores contidos nos documentos oficiais” (Ros; Gouveia, 2006: 418-419).

A relação da identidade com o caráter foi posta por Berger. “O *homo sapiens* é sempre, e na mesma medida, *homo socius*” (Berger, 1966: 73). Para ele as ações habituais tornam-se partilhadas por grupos de pessoas e passam a ser reconhecidas reciprocamente, tornando-se

instituições sociais. “É impossível compreender adequadamente uma instituição [social] sem entender o processo histórico em que foi produzida” (Berger; Luckmann, 1966: 77). O autor ensina que as instituições sociais são passadas de uma geração para outra e sempre haverá perda de significado, já que deixam de ser fruto da vivência própria das novas gerações. Surge aí a necessidade da legitimação das instituições sociais, a fim de levar convicção às novas gerações. Como exemplo, distintivos militares, provérbios ou medalhas servem para transmitir significados institucionais implicando também procedimentos de controle e legitimação. A legitimação é o processo que explica e justifica a ordem institucional. Em certas organizações, como as militares, todo um universo simbólico é construído e seus indivíduos passam a se localizar integralmente nele.

Neste nível de legitimação a integração reflexiva de processos institucionais distintos alcança sua plena realização. Um mundo inteiro é criado. Todas as teorias legitimadoras menores são consideradas como perspectivas especiais sobre fenômenos que são aspectos desse mundo. Os papéis institucionais tornam-se modos de participação em um universo que transcende e inclui a ordem institucional. (Berger; Luckmann, 1966: 128)

Mesmo que pareça concreta, uma identidade é sempre precária e subjetiva e varia conforme as relações individuais que podem mudar ou desaparecer. As identidades são variáveis, já que as socializações nunca são plenamente bem-sucedidas. Assim, temos que a identidade militar também é variável e flexível. Mesmo que os manuais militares fixem procedimentos e instituições sociais rígidos, na transmissão, que ocorre durante o período da socialização nas escolas militares de formação, os preceitos sofrerão alterações e a convicção dos novos militares não será total, mesmo sob a ação de fortes mecanismos de legitimação.

Com oportunidade, Goffman acrescenta à nossa pesquisa que as identidades que os indivíduos trazem antes de ingressarem em instituições totais, como no caso das Forças Armadas, não são plenamente apagadas pelo novo processo de socialização. Porém, ocorre certo “desculturamento” ou “destreinamento” em que os indivíduos não se sentirão à vontade quando retornarem aos seus grupos sociais de origem. Essa sensação de “peixe fora d’água” pode levar o indivíduo a se prender ainda mais ao novo grupo social por ser mais confortável.

Ao investigarmos a fundo a identidade moderna e a pós-moderna, com suas conformações e diferenças, constatamos que a pós-modernidade tal qual definida por David Harvey significa a morte das metanarrativas que tinham por objetivo legitimar a ilusão de uma história humana universal. Para ele, o pós-modernismo veio para pluralizar e heterogeneizar o que o modernismo queria totalizar. É paradoxal a percepção de que o modernismo prometia fragmentação, efemeridade e mudança caótica, assim como o pós-modernismo, porém, o modernismo, principalmente mediante o Iluminismo, buscou no desenvolvimento da ciência e na racionalidade sua maior expressão, tomando a forma de uma jaula de ferro burocrática da qual não haveria saída, para usar a consagrada expressão de Max Weber. A ciência e a razão não poderiam oferecer todas as soluções para a humanidade.

O pós-modernismo não se preocupa com o progresso, ao contrário abandona a memória e a continuidade. Assim, os valores, crenças e descrenças perdem importância. O sentimento paranoico da modernidade é substituído pela esquizofrenia da pós-modernidade (Harvey).

Na modernidade a identidade era tarefa de construção mediante esforço individual. As regras eram claras, seguras e bem definidas. O futuro era previsível e certo. Com o tempo, as certezas foram se esvaindo e a confiança foi perdida. A pós-modernidade, modernidade tardia, radicalização da modernidade ou modernidade líquida está diante de nós e tem persuadido muitos indivíduos e instituições. Ela prega que é preciso saber jogar com as incertezas, com as indefinições, com o volátil e versátil. Que é preciso adquirir a capacidade de mudança incessante. Tenta convencer que uma identidade fixa é agora um fardo pesado demais para se carregar e que as identidades precisam ser inacabadas, fluidas, politizadas, para darem conta das diversas frentes em que estão inseridas.

Um importante paralelo pode ser traçado para ligarmos a carreira militar ao modernismo em que a estabilidade pode ser considerada uma utopia da racionalidade moderna. Com a impossibilidade de construirmos hoje uma identidade duradoura, Zygmunt Bauman nos leva a questionar como instituições militares podem desejar identidades fixas, imutáveis e inabaláveis em um mundo pós-moderno, segundo está descrito no texto da Lei Federal, no Estatuto dos Militares. Também Michel Foucault indica que o gosto pela organização, hierarquia e disciplina pode isolar os indivíduos no mundo pós-moderno. Percebemos traços desse isolamento nas respostas dos oficiais ao *survey* quando indicam que a sociedade desconhece a missão do Exército. O isolamento também é fruto do nacionalismo pregado durante o modernismo e algumas instituições procuram resguardar seus membros construindo trincheiras que os isolem do mundo tenebroso e inseguro que deve ficar do lado de fora, enquanto que dentro das fronteiras das instituições há segurança e tranquilidade. Os defensores da pós-modernidade não levam em conta que a globalização não tem o sucesso esperado de alcançar todas as nações com a liberdade e o acesso a novas culturas de maneira uniforme. Ao contrário, a resistência das nações ou de parte delas tem sido forte, buscando a fixação de fronteiras rígidas e intransponíveis de suas culturas. O Exército Brasileiro, como instituição que tem por missão defender a Pátria, certamente sempre se colocará contra a esquizofrenia da pós-modernidade, mantendo a coesão de seus integrantes mediante a prática de um código de normas e valores que expressem o comportamento esperado de seus quadros em prol da sua missão constitucional. No entanto, como seus novos integrantes vêm da sociedade já com marcas pós-modernas e os atuais também sofrem pressões dela, o processo de socialização deve encontrar nova fórmula que leve em conta a variável da pós-modernidade. Assim também deve ocorrer com os processos de reafirmação e legitimação dos valores da instituição.

Para conhecer um grupo social, é preciso entender a realidade da vida cotidiana dele, do “aqui” e “agora” do presente dele, do foco da atenção à realidade da vida do grupo. Quem defende essa abordagem é o sociólogo Peter Berger. “A vida cotidiana apresenta-se como uma realidade interpretada pelos homens e subjetivamente dotada de sentido para eles na medida em que forma um mundo coerente” (Berger; Luckmann, 1966: 35). Porém, antes de estudar

o aqui e agora é preciso entender a estrutura do mundo do sentido comum da vida cotidiana e é através da história e da sociologia que encontraremos as respostas de como as realidades de hoje foram construídas. Assim, foi preciso estudar, inicialmente, a sociedade brasileira, suas instituições e os militares. Autores consagrados formularam a concepção que foi apresentada da sociedade brasileira. Foram evidenciados aspectos da cordialidade do brasileiro, da frouxidão dos ritos, da dificuldade de reconhecerem autoridade, segundo Sérgio Buarque de Holanda; da busca pela fortuna rápida, a instabilidade social e o individualismo formulados por Vianna Moog; também os conceitos de indivíduo e pessoa elaborados por Roberto DaMatta embasam as origens da sociedade brasileira que temos hoje.

As instituições brasileiras foram abordadas por Eduardo Raposo, Bernardo Ricupero, Tavares Bastos e Wanderley Guilherme dos Santos. Este último explica que na primeira parte do século XX existia no Brasil uma dicotomia entre liberalismo e autoritarismo e a política buscava as soluções para os problemas nacionais seguindo uma ou outra dessas correntes. Tavares Bastos abordou a questão política segundo Rousseau, porém, declara que, no Brasil, este conceito foi distorcido e tornou-se corrupto em virtude da maneira desigual que a propriedade foi tratada desde o início. Os direitos e obrigações civis serviriam para apenas uma parcela da sociedade, sem causar estranheza nas outras parcelas, que consideravam isso tudo muito natural. Os indivíduos nasciam e viviam sem ter um espírito público. Para Tavares Bastos, seria necessária a reforma do Estado com a despolitização do poder público, a profissionalização do funcionalismo e o enxugamento da máquina estatal, visando tão somente a funcionalidade da própria máquina.

A leitura que Eduardo Raposo faz da formação e do caráter do Estado brasileiro é que existe um paradoxo entre as influências tradicionais ibéricas e as da modernidade difundidas na Europa protestante. A influência ibérica indicava o uso das instituições públicas como moeda de troca em barganhas corporativas e negociações políticas, enquanto que a influência moderna gerou a democracia. A consequência disso, afirma Raposo, é que nossas instituições públicas se caracterizam por serem hierárquicas, corporativas e patrimoniais. A instabilidade política nacional consolidou uma sociedade estratificada e hierarquizada. Para Eduardo Raposo, a instabilidade é o reflexo da ambiguidade do Estado brasileiro, que também se reflete na sua formação social e institucional nos temas abordados por outros intérpretes nacionais como atraso e modernidade; centro e periferia; público e privado; desenvolvimento e subdesenvolvimento; estatismo e liberalismo; ordem oligárquica e ordem burguesa; democracia e hierarquia; iberismo e americanismo; desenvolvimento nacional e desenvolvimento global. Todas estas tensões precisam ser compreendidas para entendermos o que é o Brasil.

Após entender como a sociedade brasileira foi formada e também suas instituições, passamos para a compreensão particular da formação do Exército como instituição. Edmundo Campos Coelho sugeriu três processos para marcar a evolução do Exército da proclamação da Independência até 1976. Primeiramente temos o grau de interesse e de necessidades da própria organização como fatores de seu comportamento político; depois o crescente grau de autonomia nas relações com outros segmentos da sociedade; e o progressivo fechamento aos influxos da sociedade civil.

Logo após a Independência, o Exército sofreu com a política da erradicação em que era forte o desejo político por se evitar a existência de uma Força Armada permanente e profissional. A origem dessa política advinha da repulsa natural nutrida contra as forças coloniais repressoras e violentas. Também pelas práticas de recrutamento violento e trato desumano nos quartéis vividos até 1930. A carreira militar só atraía os jovens com tradição militar na família e os que não tinham alternativa de emprego. Durante mais de cinquenta anos, até 1930, o que se viu na caserna foi um tipo de hibernação em que o Exército se ajustou para continuar existindo diante da política de erradicação.

Com a morte de Caxias e a proclamação da República surge a consciência de que era necessária a aquisição de uma identidade para o Exército.

Durante a década de 1920, a modernização e a profissionalização foram intensificadas e mudaram o Exército. Buscou-se a orientação de uma missão militar francesa, jovens oficiais foram estudar na Alemanha, reestruturações importantes foram impetradas pelo Alto Comando e, na década de 1930, o Exército deixa de ser uma organização para ser uma instituição com identidade própria e reconhecido pela sociedade.

Na visão de Coelho, a identidade do Exército é marcada pela solidariedade, hierarquia e disciplina de seus quadros. Essas marcas são sentidas até hoje. Segundo ele, a hierarquia impõe que somente as autoridades militares possam manifestar o pensamento da instituição. Corroborando as análises de Coelho, José Murilo de Carvalho acrescenta que as Forças Armadas não são simples representantes de grupos sociais. As instituições militares constroem identidades fortes e esperam que seus membros tenham identidades fortes, pois identidades assim aumentam o grau de autonomia da instituição em relação às demais.

Além de José Murilo de Carvalho, Celso Castro e Piero Leirner abordaram o tema da identidade do Exército indiretamente e suas ideias foram úteis para a presente pesquisa. As análises e interpretações dos dados que Coelho nos forneceu vão até 1976 e foram utilizadas como referência e comparadas com os dados e opiniões recentemente colhidos. É interessante perceber que Coelho escreveu acerca do Exército na década em que surgia a pós-modernidade. É justamente a influência dessa pós-modernidade sobre a construção da identidade do oficial do Exército que busco clarificar.

Um capítulo inteiro abordou a questão dos valores militares. Mediante pesquisa bibliográfica dos manuais, regulamentos, estatutos e estamentos militares, desvelaram-se variações sensíveis na definição dos valores militares. Não há uma lista única de valores ou uma sequência que demonstre evolução ou substituição de valores por outros. As listas variam, porém são descritas como absolutas. Tais variações da bibliografia militar confirmam os conceitos sociológicos de identidade individual (Castells e Taylor) e profissional (Bonelli), em que são descritas como flexíveis, mesmo quando ocorre processo de socialização em instituições totalizantes.

A última parte da pesquisa foi dedicada à análise do *survey*, respondido por mais de seiscentos e quarenta oficiais de carreira formados na Aman, para se obter um perfil da oficialidade do Exército, testando as hipóteses teóricas apresentadas na introdução. Todo o referencial conceitual dos capítulos anteriores serviu de base para a análise do *survey*. Necessário rigor metodológico de pesquisa foi seguido e o número de respondentes garantiu

um nível de confiança estatística de 98% e uma margem de erro estatístico de 5%. Esses resultados garantem todo um ineditismo à dissertação, pois não foi encontrado nenhum trabalho anterior de ciências sociais que tivesse uma testagem estatística dessa amplitude, com tamanha margem de confiança.

A aplicação do questionário foi *online* pela *internet*, o que ofereceu o alcance, a velocidade, a aleatoriedade e a confiabilidade necessários ao trabalho. Um *site* profissional foi contratado, o que proporcionou facilidade para a coleta e análise dos dados. Esse método também ofereceu segurança aos oficiais respondentes, que tiveram suas identidades preservadas. As respostas foram tratadas de forma impessoal e computadas eletronicamente. Ninguém teve ou terá acesso aos questionários individuais, somente às respostas consolidadas automaticamente. Essa garantia de impessoalidade era importante para termos respostas sinceras e não as politicamente corretas, que poderiam mascarar os resultados.

O questionário foi enviado pelo *site* profissional diretamente para os e-mails de 2.115 oficiais de carreira, sendo que 643 responderam, 571 completamente e 72 parcialmente. Estatisticamente, precisaríamos de 371 questionários completos para validar o universo composto por 10.767 oficiais formados pela Aman. O número superior de respondentes aumentou a confiança estatística de 95% para 98%.

Os oficiais foram separados em quatro grupos utilizando-se o critério de tempo de serviço para a testagem das hipóteses em que era necessário verificar se houve alteração de identidade ao longo do tempo.

De início, verificou-se que o recrutamento para a oficialidade do Exército é endógeno. Cerca de 45% dos oficiais são filhos de militares, enquanto que dados da década de 1960 relatam que o índice era de 35%. A alta proporção de quase metade da oficialidade ser de filhos de militares pode estar em processo de redução, pois entre os oficiais mais novos o índice é menor que a média, chegando a 31% entre os que têm menos de dez anos de serviço.

O índice dos oficiais que estudaram em colégios militares também revela o fator de recrutamento endógeno. Em média, 51% dos oficiais estudaram em colégios militares. O gráfico também apresenta uma tendência de queda do número de oficiais que estudaram em colégios militares. Entre os oficiais mais novos o índice é de 41%, enquanto que entre os mais velhos é de 55%. Talvez tenhamos encontrado um reflexo da ação da pós-modernidade no recrutamento em que os jovens passam a ter mais liberdade para a escolha profissional.

O curso de Estado-Maior é de acesso por concurso interno para capitães, maiores e tenentes-coronéis com vagas limitadas. Aos que cursam são oferecidas várias vantagens para a carreira, inclusive financeiras. A análise indicou que os oficiais que não têm curso de Estado-Maior tendem a se aposentar assim que completam o tempo mínimo da carreira, que é de 30 anos de serviço. Para alterar essa realidade, o Exército apresentou recentemente uma proposta diferenciada de planejamento de carreira para seus oficiais combatentes. A chamada Carreira em Y oferece oportunidades mais atraentes também para oficiais que se dedicarem a outras carreiras como ensino e comunicação social. É preciso acompanhar a evolução da adesão dos oficiais para saber o impacto dessa medida na retenção de talentos para a instituição.

Em 1941 a carreira militar não era a preferida da elite civil e o analfabetismo, elevado nas classes mais baixas, impedia o acesso ao oficialato. Hoje, a maioria dos oficiais (70%) indicou pertencer à classe média, não tendo origem na classe alta, nem na baixa, como no passado.

Cerca de 42% dos oficiais concluíram ou, ao menos iniciaram, uma graduação civil e 44% iniciaram ou concluíram cursos de pós-graduação civis, ratificando o que a teoria sociológica apontou como sendo necessário na pós-modernidade, ou seja, buscar um leque maior de conhecimentos heterogêneos para fazer frente aos novos desafios profissionais da sociedade e às incertezas que se apresentarem. Na década de 1970, os oficiais mais experientes não recomendavam a realização de cursos civis de graduação ou pós-graduação. Percebe-se que houve clara mudança de opinião nesses últimos quarenta anos. Uma categoria profissional que se julgava autossuficiente para a capacitação dos seus quadros agora reconhece a importância de buscar conhecimento fora da instituição.

Cerca de 35% dos oficiais mais novos tentaram ingressar em carreiras civis, mediante concurso público. Esse índice mostra que essa procura por outras carreiras tem aumentado, já que entre os oficiais mais velhos o índice é de 9%. Essa questão reflete também maior flexibilidade dos novos oficiais em relação à escolha da profissão por critério diferente da vocação.

Um índice que surpreende é o de oficiais que indicam que mudariam de carreira, perfazendo 51%, enquanto que a outra parte diz estar satisfeita com a carreira. Entre os oficiais mais novos apenas 32% estão satisfeitos com a carreira. O alto índice de oficiais que admitem a possibilidade de mudança de carreira também é reflexo da modernidade líquida em que não há amarras que sejam suficientemente fortes para prender os indivíduos. Cada um buscará seu próprio caminho para a satisfação pessoal, inclusive mudando de carreira se for necessário.

Viver em um mundo pós-moderno cheio de incertezas pode trazer desconfortos e inquietações. O oferecimento de trilhar uma carreira estável mostra-se interessante para esse grupo que escolheu ser militar. Entre os oficiais, 54% admitem que, se mudassem de carreira, seria para a de servidor público concursado, ou seja, a estabilidade exerce grande atração para esse grupo. O índice aumenta para 73% quando se trata dos oficiais mais novos.

Os oficiais foram chamados a elencar em uma lista com vinte itens os valores que mais distinguem um militar. Independentemente do tempo de serviço, se mais novos ou experientes, os oficiais expressaram suas opiniões de maneira uniforme. Os seis valores que indicaram foram, em ordem decrescente de indicação: disciplina, hierarquia, lealdade, comprometimento, patriotismo e honra. A escolha parece ter sido feita com base na experiência da vida cotidiana e indica traços da identidade do grupo. Os valores civismo, fé na missão do Exército, amor à profissão, espírito de corpo e aprimoramento técnico-profissional não foram escolhidos pelos oficiais indicando que não fazem parte da vida cotidiana nos quartéis com a intensidade que se poderia esperar por estarem previstos no código de ética da profissão militar, o Estatuto dos Militares. Não quer dizer que estes valores não sejam mais cultuados, mas sua intensidade não se fez sentir no *survey*. Como a Constituição Federal de 1988 e leis complementares deram nova forma às missões do Exército, percebe-se que os seis valores escolhidos pelos oficiais estão alinhados com o novo texto constitucional.

Os novos valores cultuados pelos oficiais, segundo apurado no *survey*, são valores que parecem coerentes com uma identidade menos nacionalista e mais aberta para atender aos

anseios da sociedade, distinguindo o profissional militar de outras carreiras. Destacam-se a disciplina e a hierarquia como fatores marcantes da identidade dos oficiais. O patriotismo e o comprometimento como valores alinhados com a missão da instituição. A lealdade e a honra como valores éticos que se somam dando liga aos profissionais que atuam mais em grupos constituídos que isoladamente.

Sobre a aquisição dos valores militares, os oficiais indicaram que ela ocorre predominantemente durante a socialização nas escolas de formação, porém, como boa parte dos oficiais estudou em colégio militares e/ou são filhos de militares, a aquisição também acontece antes mesmo da formação.

Perguntados acerca do culto aos valores militares, a maioria dos oficiais aponta que há variação no culto dos valores militares em relação ao tempo de serviço, confirmando a conceituação sociológica de que não se pode provar determinismo de comportamento atrelado a valores ou atitudes, assim como também não há identidades fixas no tempo.

Perguntados acerca dos motivos que levaram os oficiais a escolher a carreira militar, apareceu claramente a sinalização de um processo em andamento de diminuição no ingresso de oficiais por vocação e aumento do ingresso dos que procuram estabilidade. Mantida a tendência, em dez anos teremos menos de um terço de vocacionados entre os oficiais formados pela Aman. A dedicação exclusiva dos militares à profissão e os sacrifícios exigidos refletem-se nas respostas que deram e apontam apenas a carreira dos padres/pastores como mais afetas ao sacerdócio, deixando claro que ser militar não é considerado por eles como sendo uma carreira fácil, tranquila. O ingresso por concurso público também é obstáculo para os vocacionados. Chamados a opinar acerca da importância para a carreira militar das atividades práticas e intelectuais, a preferência deles pelo aperfeiçoamento intelectual revela que a atividade militar hoje é muito diferente do tempo em que os patronos do Exército atuaram. Essa mudança constatada é significativa na profissão, já que hoje exige muito estudo e menos desempenho de atividades práticas.

A identidade do Exército como instituição ainda não é clara. Para os oficiais, a sociedade percebe o Exército de maneira deturpada, diferente do que é na realidade. Podemos inferir que a imagem da instituição não está consolidada entre os oficiais e menos ainda na sociedade.

Para os oficiais o principal problema do Exército é o dos salários baixos, seguido do pouco interesse do Congresso pelas questões militares e do orçamento inadequado. As respostas estão plenamente alinhadas com a valorização da estabilidade e também podem ser explicações plausíveis para o alto índice de insatisfação com a carreira, confirmando o perfil da oficialidade que está sendo traçado.

Tratando da cultura organizacional do Exército, os oficiais apontam para um comportamento heterogêneo dos militares em que apenas metade dos oficiais indica que há uma cultura organizacional conhecida e compartilhada por todos os membros e quase um terço dos oficiais indica que a cultura organizacional não é conhecida ou compartilhada por todos.

Ao serem questionados acerca de posições políticas, os oficiais indicaram que o grau de influência política do Exército é pouco ou nenhum, mas desejariam ver o Exército com um grau de influência maior. Reconhecem que altos graus de influência política cabem mais ao

Congresso, ao Judiciário e aos cientistas e intelectuais. Por fim, manifestam mais uma vez que permanecem cultuando o valor patriotismo, tendo a maioria assinalado que o Exército deve agir, mesmo que politicamente, quando a Pátria estiver em perigo.

Podemos perceber que os sinais dos eventos que caracterizam a chamada pós-modernidade insistem em entrar nos quartéis por qualquer porta, janela ou brecha que encontrar e são melhor percebidos na vida cotidiana dos oficiais, o que se conseguiu colher mais nas suas opiniões por intermédio do *survey*, do que nos textos oficiais da instituição que não contemplam as variações nas hierarquias dos valores cultuados hoje. As mudanças ocorrem constantemente, em ritmo lento, somente na estrita medida do necessário e seguindo os ditames do conservadorismo característico da instituição. É importante ressaltar que a instituição faz o constante acompanhamento da opinião pública e tem correspondido aos anseios da sociedade brasileira, que manifesta elevada confiança no Exército. Tal situação tem sido medida em pesquisas¹⁵ nacionais de opinião e as Forças Armadas sempre aparecem entre as três primeiras instituições de maior confiança nacional.

O que foi constatado e medido nesta pesquisa está em consonância com a percepção do comando da instituição manifestada na diretriz do comandante do Exército Enzo Martins Peri para o período de 2011-2014 que cito abaixo:

Há que se olhar para a frente. Renovar o antigo que habita em cada soldado profissional é um necessário ato de coragem. Sem desprezar o permanente, desfazer-se do provisório; sem perder os valores que conformam e dão credibilidade à nossa Instituição, abrir as claraboias para o arejamento e preparar-se para vencer a guerra do futuro – com tudo que ela terá de “nunca visto”. É este o desafio que concito todos a enfrentar.

Tenho ciência de que o desvelamento da identidade atual do oficial do Exército Brasileiro pode chocar os mais presos às tradições construídas na modernidade ou os progressistas que desejam ver mudanças mais rápidas nas Forças Armadas. Conservadores e progressistas concordam com mudanças, mas discordam na velocidade e no sentido que devem ocorrer. Temos em comum que a sociedade mudou, como também a forma dos conflitos entre os povos. O desafio de bem preparar novos oficiais para o século XXI passa por entender quem somos hoje, como percebemos o mundo, nossas aspirações, motivações e limitações. Como previa no início do meu trabalho, sem fugir das limitações dos objetivos propostos, creio que este texto torna-se útil para a comunidade acadêmica conhecer mais do universo militar e também é útil para os decisores militares que trabalham no intuito de ver a oficialidade sempre bem preparada e motivada para o cumprimento das missões constitucionais do Exército Brasileiro.

Vislumbro que novas pesquisas podem aprofundar o que foi constatado neste trabalho. Medições científicas periódicas poderão dar sinais dos reflexos sobre o perfil dos oficiais das

15 Pesquisas de Índice de Confiança Social (ICS) do Ibope. Média dos anos de 2009 a 2015: Corpo de Bombeiros, 81 pontos, Igrejas, 70 pontos, Forças Armadas, 67 pontos. Dados do site http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Documents/ics_brasil.pdf

A construção da identidade do oficial do Exército Brasileiro

ações que forem implementadas no currículo dos cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras. Assim, com a vontade de vencer os novos desafios, sinto que as ciências sociais, aplicadas criteriosamente, podem trazer significativas e consistentes colaborações para a Revolução em Assuntos Militares prevista na Estratégia Nacional de Defesa.

Referências bibliográficas

- ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS (AMAN): *Caderno de Instrução do Projeto Liderança (CIPL)*. Resende/RJ: Editora da Aman, 2014.
- BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005.
- BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.
- BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. 34ª ed. Petrópolis: Vozes, 1966.
- BERLIN, Isaiah. *Limites da utopia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- BHABHA, Homi. *The Location of Culture*. Londres e Nova York: Routledge, 1994.
- BONELLI, Maria da Glória... et al. *Profissões jurídicas, identidades e imagem pública*. São Carlos: EDUFSCAR, 2006.
- BROCHADO, João Manoel Sinch. *O caráter dos soldados*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2001.
- CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e política no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2006.
- CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- CASTRO, Celso. *A invenção do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2002.
- COELHO, Edmundo Campos. *Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Iuperj, 1975.
- DUARTE, Paulo de Queiroz Sampaio. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1988.
- ESTATUTO DOS MILITARES: Lei Nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980. Disponível no sítio eletrônico http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6880.htm
- GALINDO, Wedna Cristina Marinho. A construção da identidade profissional docente. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v. 24, n. 2, jun. 2004. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932004000200003&lng=pt&nrm=iso. Acessos em 17 out. 2011.
- GOFFMAN, Ervin. *Manicômios prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- HABERMAS, Jürgen. *Teoria de la acción comunicativa*, vol II. Madrid: Taurus, 1988.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.

- HUSSERL, Edmund. *Meditações cartesianas: introdução à fenomenologia*. São Paulo: Madras, 2001.
- MAGALHÃES, João Batista. *Osório: síntese de seu perfil histórico*, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1978.
- MANUAL DE CAMPANHA C 20-10 - *Liderança Militar*. 2ª ed. Estado-Maior do Exército, 2011.
- MOOG, Clodomir Viana. *Bandeirantes e pioneiros: paralelo entre duas culturas*. Rio de Janeiro: Globo, 1954.
- MOTTA, Jeovah. *Formação do oficial do Exército*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2001.
- PASSARINHO, Jarbas Gonçalves. *Liderança militar*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1987.
- PEIXOTO, Paulo Matos. *Caxias: Nume tutelar da nacionalidade*. Rio de Janeiro: Edico Editora de Comunicação Limitada, 1973.
- PILLAR, Olyntho. *Os patronos das Forças Armadas*. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército Editora, 1966.
- RAPOSO, Eduardo. O Leviatã Ibérico: modernidade, corporativismo e desigualdade na formação institucional brasileira. *Desigualdade e Diversidade*. Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio, n.2 jan/jun 2008.
- ROS, Maria & GOUVEIA, Valdiney. *Psicologia social dos valores humanos*. Senac: SP, 2006.
- SANTOS, Wanderley Guilherme. *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo: Duas Casas, 1978.
- SECRETARIA GERAL DO EXÉRCITO (SGEX). *Vade-Mécum de Cerimonial Militar do Exército. Valores, Deveres e Ética Militares (VM 10)*, 2002. Disponível no site: http://www.sgex.eb.mil.br/vade_mecum/valores_etica_militares/vade_mecum.htm. Consultas em dezembro 2012.
- SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- SILVA, Antônio Marcelo Jackson F. da. *Tavares Bastos: biografia do liberalismo brasileiro*. Tese de doutorado, IUPERJ, 2005.
- TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle. *Visconde de Taunay, 1843-1899 Diário do Exército, Campanha do Paraguai, 1869-1870*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2002.
- TEIXEIRA, Joaquim de Souza. *Ipseidade e alteridade. Uma leitura da obra de Paul Ricoeur*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2004.